



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
COORDENAÇÃO DE CURSO DE HISTÓRIA**

**ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS**

**“UMA QUESTÃO DO SENTIR”: memórias e sensibilidades das vivências  
cotidianas com a seca, em face às experiências dos horebenses  
Monte Horebe – PB  
(1958-1985)**

**CAJAZEIRAS  
OUTUBRO DE 2020**

**ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS**

**“UMA QUESTÃO DO SENTIR”: memórias e sensibilidades das vivências  
cotidianas com a seca, em face às experiências dos horebenses  
Monte Horebe – PB  
(1958-1985)**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em Licenciatura em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

**Orientador:** Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

**CAJAZEIRAS  
OUTUBRO DE 2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

**ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS**

**“UMA QUESTÃO DO SENTIR”**: memórias e sensibilidades das vivências cotidianas com a seca, em face às experiências dos horebenses  
Monte Horebe – PB  
(1958-1985)

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em Licenciatura em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Aprovada em: 09 / 10 / 2020

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos  
(Orientador – UACS/CFP/UFCG)

---

Prof. Dr. Viviane Gomes de Ceballos  
(Examinador interno– UACS/CFP/UFCG)

---

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Junior  
(Examinador externo – DPEC/CE/UFRN)

---

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa  
(Suplente – UACS/CFP/UFCG)

"O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim:  
esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,  
sossega e depois desinquieta. O que ela  
quer da gente é coragem."

Guimarães Rosa

## AGRADECIMENTOS

Chegar até esse momento é muito gratificante, pois representa o fim de um ciclo que se iniciou no ano de 2015. De lá para cá contei com a ajuda de muitos que tornaram essa caminhada o mais leve possível. Não poderia deixar de agradecer a vocês que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização desse momento, afinal não andamos sós e somos o resultado dos encontros que a vida nos proporciona.

Agradeço...

A **Deus**, pelas diversas formas que se fez presente na minha vida.

Aos meus pais, **Fátima** e **Manoel**, pela vida, pelo amor, educação e apoio dado a mim e aos meus irmãos; sem a referência de ser humano que vocês são, não nos tornaríamos quem somos hoje. Obrigado por não medir esforços para ter mais um filho formado, chegando a espaços que a vida não os permitiu conhecer; estar aqui é honrá-los.

Aos meus Irmãos **Everton**, **Érica** e **Dudu**, pela proteção e presença cotidiana na minha vida. Por ser o “caçula” da casa vi vocês entrando por caminhos que teria de desbravar, e em certa medida isso me motivava, pois sabia que também teria de trilhar caminhos semelhantes. Obrigado por estarem por perto.

Meus cunhados **Anamizia** e **Aldyneberg**, que acompanharam parte dessa caminhada.

Aos meus pequenos sobrinhos, **Santino** e **Manoel Neto**. Deus me deu vocês no meio dessa caminhada; tê-los por perto é como um combustível que alimenta a minha vida. Amo vocês.

Aos **professores** e **funcionários** da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UFCG-CFP) pelos ensinamentos e dedicação.

De forma especial, agradeço ao meu orientador, **Rodrigo Ceballos**, o qual tive a satisfação de compartilhar as feitura desse trabalho; foi bom te ouvir e seguir as suas orientações que geraram um enorme aprendizado; obrigado por acolher minhas ideias.

Agradeço a professora **Viviane** e aos professores **Israel** e **Azemar**, pela disponibilidade em participar da banca examinadora e pela leitura deste trabalho.

Minhas amigas, **Janete**, **Vanessa** e **Keity**. Obrigado por todo incentivo, amizade e confiança. Ter vocês é importante. Juntos formamos um tripé que sustenta nossos sonhos. Quando um fraquejou o outro suportou, mas não permitiu os sonhos caírem. Assim um ajudou o outro ao longo desses anos.

Agradeço aos meus amigos de (per) curso: **Rodrigo, Mariana, Emily, Maria José, Luziene, Isabelly** e a todos os colegas do curso de História com os quais compartilhei vivências ao longo desses cinco anos.

Agradeço a minha amiga e historiadora **Leiana Isis** pela cumplicidade e tardes nos arquivos municipais. Sua monografia facilitou, e muito, o caminho dessa pesquisa. Obrigado por tudo.

Não poderia deixar de mencionar outros amigos, futuros historiadores: **Aline Lacerda, Natália Mello e Fernanda Heloisa**. A amizade de vocês é muito importante. Foi bom compartilharmos nossas inquietações, medos, estresses e alegrias. Obrigado por me escutar.

Agradeço de todo coração aos colaboradores: **Arlete de Araújo, José Barbosa e Maria de Fátima** por me receber em suas casas em meio à pandemia que atravessamos. Obrigado por confiarem neste historiador-aprendiz e terem compartilhado suas histórias de vida. Suas experiências, ao serem narradas, me fez viajar no tempo. Com vocês senti cheiros, sabores, o cansaço do trabalho e também ouvir cantos. Realizei-me com cada conversa tida com vocês.

A **Câmara Municipal** de Vereadores de Monte Horebe por permitir as consultas ao arquivo do legislativo.

*Dedico este trabalho para vocês, minha fonte de coragem e inspiração, que mesmo com as intemperes da vida não me permitiram pensar em desistir.*

***Mãe, Pai, Irmãos e Sobrinhos.***



## RESUMO

A presente pesquisa problematiza as vivências cotidianas de moradores da zona rural da cidade de Monte Horebe (PB) entre os anos de 1958 a 1985. Na medida em que esse estudo revela a experiência social de homens e mulheres “simples”, ele contribui para pensar a temática das secas para além das relações de causa efeito. Neste texto defendemos a perspectiva de que os sujeitos ordinários quebram as regras que são socialmente impostas e inventa o seu cotidiano com costumes, crenças e práticas próprias que validam seus modos de fazer. Por meio da metodologia da História Oral apresentamos algumas das “artes do fazer” no convívio cotidiano com as secas, tais como os elementos da fé, saber popular e as experiências, a partir da década de 1960, com o trabalho nas Frentes de Emergência. Para a construção deste trabalho recorreremos às fontes orais como o principal ponto de reflexão e análise, estas foram produzidas a partir de entrevistas realizadas com moradores da zona rural da cidade Monte Horebe. A media em que a oralidade nos apresentou alguns elementos que tiveram uma repercussão maior como a atuação do poder público, obras e ações de camponeses, buscamos compilar essas infamações com as contidas em fontes primárias que foram produzidas no recorte espacial e temporal da pesquisa, assim achamos conveniente usar atas de sessão do legislativo municipal no período de 1962 a 1985 e matérias do periódico Jornal do Brasil entre os anos de 1970 a 1879 e de 1980 a 1989.

**Palavras-chave:** Nordeste, Cotidiano, Frentes de Emergência.

## ABSTRACT

The present research problematizes the daily experiences of residents of the rural area of the city of Monte Horebe (PB) from 1958 to 1985. As this study reveals the social experience of “simple men”, it contributes to thinking about the theme of droughts beyond cause-effect relationships. In this text we defend the perspective that “the ordinary man” breaks the rules that are socially imposed and invents his daily life with customs, beliefs and own practices that validate his ways of doing. Through the methodology of Oral History we present some of the “arts of doing” in the daily contact with droughts, such as the elements of faith, popular knowledge and experiences, from the 1960s, with work on the Emergency Fronts. For the construction of this work we used oral sources as the main point of reflection and analysis, these were produced from interviews conducted with residents of the rural area of the city Monte Horebe. The media in which orality presented us with some elements that had greater repercussion, such as the performance of the public authorities, works and actions of the peasants, we sought to compile this information with those contained in primary sources that were produced in the temporal and spatial cutout of the research, so we found it convenient to use minutes of the session of the municipal legislature in the period from 1962 to 1985 and articles of the Newspaper of Brazil from 1970 to 1879 and from 1980 to 1989.

**Keywords:** Nordeste, Everyday life, Emergency Fronts.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 01 .....</b>	<b>17</b>
<i>A questão das secas no Nordeste brasileiro .....</i>	<b>17</b>
A construção de um Nordeste seco .....	17
Secas e políticas públicas .....	21
O caso de Monte Horebe por meio das atas do poder legislativo .....	26
<b>CAPÍTULO 02 .....</b>	<b>37</b>
<i>Homem do campo: fé, saber popular e secas .....</i>	<b>37</b>
Praticantes ordinários: os indivíduos que narram sua história.....	39
Práticas populares e secas em Monte Horebe na década de 1970 .....	42
Narrativas de uma experiência com as secas: o caso do “roubou” de São José.....	44
Experiências de inverno: a etnoclimatologia .....	49
<b>CAPÍTULO 03:.....</b>	<b>54</b>
<i>As experiências com as políticas públicas de 1959 a 1985.....</i>	<b>54</b>
O início das emergências .....	54
Memórias de infância (1959-1965) .....	56
“Água, rapadura e farinha para eles”: um socorro paternalista (1965 a 1983) .....	60
Tornando-se flagelados: convívio e cotidiano entre as obras públicas e a lavoura .....	62
As emergências chegam ao fim (1983 a 1985) .....	67
Para além das emergências.....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>83</b>
Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	83
Entrevistas de história oral.....	89

## INTRODUÇÃO

Não sei bem como explicar, mas é como um vazio, de outro tempo, que ecoa dentro mim. Às vezes parecia um mero medo que rondava a minha memória e a minha própria existência. O medo que me consumia era de que as coisas se desfizessem e se perdessem no tempo sem ao menos deixar lembranças para que outros também possam as conhecer e se reconhecer dentro deste longo tempo. Buscava de forma incessante rastros e indícios que me pudessem levar ao passado, rastros que permitissem me conhecer. Pois, sentia-me perdido em um tempo de longa duração, anterior a minha existência; e queria achar-me dentro dele.

Essa preocupação sempre me assolou e era motivo das minhas inquietações, que sempre foi expressa na forma de questionamentos que direcionei aos mais velhos ou aos álbuns de fotografias: às coisas e aos lugares que existiam em seus *corpus* – sejam as folhas sensíveis das fotografias reveladas ou rostos que expressam emoções como a querer falar. Nelas podia enxergar as marcas do tempo, penso eu, onde estavam as respostas que queria: como homens de um outro tempo viveram neste lugar que hoje ocupo e de onde eles vieram? Como eram seus costumes? Por que as coisas mudam tanto de um tempo para outro?

Hoje compreendo o que eram essas inquietações: tratava-se do meu desejo em presentificar um passado e me reconhecer nele. Existia dentro de mim a vontade de preencher este vazio do tempo que é cruel e não faz distinção. O tempo trata de apagar aquilo que não é guardado por nós, sem sequer permitir que pudéssemos exumá-los, caindo aos poucos ao esquecimento, restando apenas em nós o medo de que as coisas se percam. Hoje este vazio é o que alimenta o meu ofício de historiador, e espero que ele nunca seja preenchido, pois é o meu combustível para o fazer historiográfico.

Apaixonei-me pela vida dentro da história. A vida de pessoas simples dentro dos seus lares, que amanhecem com o cheiro da lenha queimando no fogão e inicia seu dia com o sabor do café torrado e pisado por suas mãos; de homens que acordam cedo para ir para seus roçados e de mulheres que percorrem quilômetros para trabalhar nas emergências. São tais personagens que dão sentido a minha história: é no seu cotidiano que estão inscritas as vivências de tais homens e mulheres, e é onde podemos encontrar as engrenagens da vida que transformam e resignificam as ações humanas. Estas ações estão cheias de marcas do tempo; marcas inscritas no cotidiano, fontes ricas, e onde encontramos os “rastros de historicidade” ou simplesmente as marcas do tempo, das quais nos possibilitam o fazer historiográfico (PESAVENTO, 2007, p. 19).

Que nós, historiadores, ao nos debruçarmos sobre nossas fontes, não sejamos egoístas ao ponto de preocuparmo-nos exacerbadamente, apenas, em dar versões sobre fatos e esquecer dos elementos que dão sentido à vida: cor, sabor e sentimentos. Que possamos, então, na nossa prática, notar uma dimensão única do humano, já que nos propomos a estudar as coisas à qual ele toca, transforma e significa. Que possamos nos atentar ao fato de que o homem por essência transborda subjetividades nos seus gestos desde o olhar até o ato de externar memórias por meio de sua voz, da escrita e de imagens; e são nestas marcas de historicidade, arestas deixadas pela produção humana, que nós encontramos as sensibilidades que são tão caras para o historiador cultural.

Neste sentido, como é colocado por Pesavento (2005):

É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos (PESAVENTO, 2005).

É esta dimensão – da ação valorativa do homem e da tessitura das suas relações sociais que nos fala Pesavento – que eu os convido a encontrar nas páginas que seguem nesta pesquisa: uma leitura que vai além das descrições, e que aqui busquei transcender às estruturas físicas de uma região que comumente é reconhecida pela pobreza e pelas secas. Este é um exercício que de forma cuidadosa teci, da maneira que achei melhor, para construir uma história das sensibilidades ligadas às experiências dos agentes históricos com os seus lugares de vivências cotidianas com as secas.

As sensibilidades como forma de análise do passado estão a nossa disposição para descortinar outros olhares sobre a história. É uma perspectiva de estudo que possibilita uma apreensão de vivências sensíveis do passado em nossas pesquisas. Quando Frédérique Langué (2006, p. 25) apresenta “A história das sensibilidades como câmara subjetiva contra a cegueira da história.”, mostra-nos que a as sensibilidades nos abre olhos para questões despercebidas e ainda não observadas por nós, como os sentimentos e sentidos. Sugere-se, dessa forma, uma “antropologia dos sentidos”, como fez Alain Corbin (1994) ao apontar as leituras das “paisagens sensíveis”; ou como fez Johan Huizinga (1919) ao mostrar “as formas de vida e de pensamento” inscritas na cultura, religião, formas de expressão do medo e de arte, o amor e a morte na França e nos Países Baixos dos séculos XIV e XV.

Foi com o objetivo de fazer uma história viva e sensível que busco apresentar neste trabalho monográfico práticas, costumes e vivências de uma sociedade imersa em um contexto tipicamente rural, a da cidade de Monte Horebe. A cidade está localizada no interior

paraibano, com uma população estimada de 4.816 pessoas e suas origens remontam o ano de 1925, quando foram doadas terras para a construção da igreja de São Francisco de Assis. Teve seu florescimento como cidade no ano de 1961, quando obteve sua autonomia administrativa e política deixando de ser subordinada a cidade vizinha de Bonito de Santa-Fé.

A cidade de Monte Horebe na década de 1960 é marcada pelos seus traços rurais. Toda economia do município girava em torno da agricultura. As secas são um elemento que, de alguma maneira, os indivíduos dessa cidade tiveram contato. Em Monte Horebe, segundo os relatos orais que foram trabalhados nessa pesquisa, foi entre os anos de 1958 a 1985 que houveram grandes períodos de estiagens. Essas secas foram experimentadas de maneiras diversas por meio da fé e do saber popular desse povo e, ainda, acompanhada de um “assistencialismo paternalista” e de exploração do trabalho por meio da política pública conhecida como “Frentes de Emergência”.

As Frentes Produtivas de Trabalho ou “as de emergências”, como ficou conhecida entre os sertanejos, foi uma política pública instituída no âmbito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) no ano de 1950. Eram acionadas pelos governantes municipais e estaduais quando havia períodos longos de estiagem, alistando-se parte da população para trabalhar nas obras consideradas necessárias para combater as secas. As Frentes Produtivas de Trabalho atuaram na cidade de Monte Horebe em duas perspectivas: a do desenvolvimento regional com a construção de obras públicas, como açudes e estradas; e do assistencialismo às comunidades afetadas pelas secas, com a oferta de trabalho temporário e recebimento de cestas básicas.

O recorte temporal da pesquisa foi sendo delimitado com base nos relatos orais dos colaboradores e as memórias de seus primeiros contatos com as secas que se estendeu do ano de 1958 até 1985. É interessante observamos que essas vivências com as secas, na medida em que foram narradas, foram acompanhadas de algumas práticas culturais e religiosas que marcam uma identidade sertaneja.

Estamos falando da relação de homens e mulheres com o sagrado: orações, procissões e sua crença nos santos; das “experiências de tempo” em que o saber tradicional prevê o período vindouro das chuvas; e dos seus trabalhos nas Frentes de Emergências. Aqui, eu apresento indivíduos que viveram em uma Monte Horebe que figura o início da segunda metade do século XX indo até a década de 1980. Passeou-se por esse recorte temporal e espacial analisando de que modo se deram as experiências desses homens e mulheres com as secas.

Nesta pesquisa, faremos uso dos processos de subjetivações do mundo concreto como uma forma de explicação para as sociabilidades desses sertanejos. Entendemos, nesse sentido, que as memórias narradas por esses sujeitos fazem referência às experiências vividas, mantidas e qualificadas por eles; elas têm entre outras funções a de atribuir sentidos a essa realidade da vida concreta desses sujeitos. Portanto, o nosso objeto de saber são *os relatos de memória produzidos por homens e mulheres Horebenses que viveram entre os anos de 1958 a 1985 nos espaços campestres de Monte Horebe*. Buscamos neste estudo compreender *como homens e mulheres do campo atribuem sentido e valores ao seu passado a partir de suas vivências com a seca e como essas experiências são narradas na memória*.

Para atingir tal objetivo, faremos o uso de fontes orais enquanto um recurso “que guarda vestígios de manifestação da oralidade humana” (MEIHY, 2018, p. 13), ou seja, estamos lidando com um dado real, de uma manifestação humana, que por meio da fala esses agentes expressam as suas diversas experiências, sejam elas vividas em situações de coletividade com a sociedade ou em experiências mais íntimas com a família ou as vividas individualmente. Entendo, neste sentido, que a dimensão narrativa desta pesquisa pode proporcionar a expressão de memórias das diversas vivências que o sujeito manteve no passado.

A memória é produzida a partir do presente, portanto, levamos em consideração toda a bagagem de vida do sujeito, ou seja, a memória lida com as narrativas de vida, mas como ela não é monolítica, estagnada, ela se transforma no e com o tempo. Ela sofre mudanças, filtros, reconstruções do passado controladas a todo o momento pelo indivíduo que narra. Sendo assim, o passado nos é apresentado por um espelho do presente que mostra “a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos” (DELGADO, 2006, p. 16).

Na medida em que fomos analisando essas vivências, notamos que a produção dessas experiências é subjetiva a cada indivíduo. Tivemos o cuidado de mostrá-los enquanto espaços que são praticados: estamos falando de elementos religiosos, do trabalho nas roças e nas emergências e as táticas de convívio com a seca. Portanto, *entendemos que são as experiências práticas que qualificam a realidade*, e é o que dão sentido ao cotidiano de homens e mulheres aqui apresentados. Portanto, foram essas experiências vividas, mantidas nos seus relatos de memória, que permitiram a realização desta pesquisa, que mostra entre outras coisas, as formas de ser e sentir desses homens, que estão ligadas às variáveis da experiência e da identidade de cada um dos entrevistados.

Este trabalho monográfico está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado **A QUESTÃO DAS SECAS NO NORDESTE BRASILEIRO**, buscamos explorar uma

historiografia clássica das secas e do Nordeste que versa sobre as suas questões discursivas e políticas, marcando a sua invenção como um produto histórico e local a partir da chamada grande seca de 1887. “Escovando” a “contrapelo” essa história, dita clássica, buscamos mostrar que tal discurso de seca que produz um Nordeste está inserido em processos históricos mais amplos e se relaciona a trajetória política e econômica do país. Mostramos que as práticas políticas fruto dessas relações produziu sobre esse espaço uma ótica de “cuidado” com o povo, onde as elites políticas e rurais intervêm na coisa pública e suas instituições, estabelecendo, desse modo, práticas patrimonialistas e clientelistas que repercutem desde a criação da cidade de Monte Horebe até na instalação de tais políticas neste espaço.

No segundo capítulo, intitulado *HOMEM DO CAMPO: FÉ, SABER POPULAR E SECA*, mostramos outra perspectiva das secas a partir das vivências comuns de agentes históricos deste espaço estudado. Na medida em que os apresentamos, neste capítulo, evidenciamos suas práticas populares para o convívio com a seca, que vai desde a sua relação com os elementos do sagrado perpassando ao saber popular, onde ambos foram compartilhados e construídos socialmente por meio das experiências com a secas ao longo dos anos. Destacamos a ideia de que a seca é um dado real vivido por esses agentes históricos e foi experimentado de diversas maneiras por eles, não se limitando aos aspectos assistências ou políticos; envolve, também, cultura, identidade e saberes compartilhados por eles.

No terceiro capítulo (*AS EXPERIÊNCIAS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE 1958 a 1985*), discutimos sobre o contato desses sujeitos com as Frentes de Trabalho Emergencial implantadas desde o ano de 1958, onde foram reveladas experiências de camponeses nos trabalhos assistenciais durante a infância e quando adultos. Mostramos que apesar dos agentes históricos estarem na condição de sujeito assistidos por tais políticas públicas, eles delineiam o seu cotidiano, estabelecendo (re)apropriações do espaço e dos seus usos. Os sertanejos continuam mantendo suas vivências no campo paralelo às políticas públicas de enfrentamento das secas, por meio de suas artes de fazer, fabricando um espaço próprio e peculiar a eles.



## CAPÍTULO 01

### *A questão das secas no Nordeste brasileiro*

Para se escrever a história são necessários alguns elementos, indispensáveis, que nos possibilitem a ligação entre as nossas inquietações e a temática proposta para estudo, afinal não é possível fazer história apenas com ideias. As fontes se apresentam, dentro desse contexto, como elemento primordial e necessário para a pesquisa histórica em que, apesar das suas limitações, nos permite estabelecer uma “ponte” de ligação entre o pesquisador que fala do presente e a sua fonte, um elemento produzido no passado; através desta relação, cada um retira os elementos que julgam como válidos de serem analisados para a pesquisa histórica.

A história vem se apresentando como um fruto desse entrecruzamento de informações obtidas e dos saberes utilizado para operacionalizá-las. Toda narrativa histórica, fruto desse processo, é um ponto de vista de um fato, tendo por detrás deles outros elementos que também devem ser levados em consideração. Ao historiador coube a premissa de reescrever o passado, o revisitando a partir das demandas do presente, trazendo aspectos ainda não mostrados. Ao fazer esse exercício, encaramos uma árdua função do ofício: a da reconstrução constante do passado, que deve ter por intuito quebrar verdades, já que não lidamos com elas.

Toda vez que uma verdade é questionada e dissolvida, novos caminhos se abrem e saímos dos círculos que corriqueiramente entramos e os reproduzimos. Assim, muitos temas na história foram se tornado verdades, sendo repetidas sem ser questionadas. A história do Nordeste brasileiro é um bom exemplo de tema que foi sendo construído e atrelado a alguns aspectos estereotipados da sua cultura, política e economia; elementos que a descrevem atribuindo estigmas que inscreve essa região no país como aquela que é dotada de alguns aspectos ditos “peculiares”.

#### **A construção de um Nordeste seco**

A seca é um exemplo de estigma que foi tido como um produto próprio do Nordeste, e que é lembrada como um problema que causa desordem na região de ocorrência; mas esse discurso afadigado da seca não foi sempre assim, tendo em vista que a ocorrência da seca é algo secular. Foi a partir do ano de 1887 que ela tornou-se um produto local, em um momento particular da história do Brasil, em que deixa de ser um fenômeno puramente natural e torna-se uma estratégia política para chamar atenção do país para uma região que

perdia força no cenário político nacional. Assim, a seca paulatinamente foi se tornando um “produto histórico fruto de práticas e discursos, como invenção histórica e social” (ALBUQUERQUE, 1995, p.111).

Para entender esse processo, faz-se necessário perceber qual foi a influência dos movimentos sociais, políticos e econômicos para a ocorrência dessas mudanças, em que uma nova forma de compreensão e percepção de seca passou a circular nos estados do Norte e a nível nacional. Este aspecto possibilitou que a ocorrência das secas fosse utilizada com um mecanismo engendrado nas relações políticas e sociais de uma região. Aqui pretendemos mostrar de forma sucinta como se deu esse processo, partindo do pressuposto de que esse passado é um espelho do presente que faz parte de uma história pregressa do atual Nordeste brasileiro, espaço macro a qual esta pesquisa dialoga.

A historiografia no mostra que os estados do Norte no século XIX estavam passando por intensas transformações, impulsionada pelos processos de modernização que ocorria no país; e a recepção dessas ideias modernas implicava, para as elites nortistas produtoras de cana de açúcar, algodão e o gado, uma brusca mudança em seus espaços, estabelecendo uma verdadeira crise nos padrões de sociabilidade nortista, pois novas formas, a qual não estavam habituados, passam a ditar essas relações. O discurso regionalista “que procurava basicamente afirmar os valores culturais tradicionais da região, como forma de evitar, pelo menos no plano do discurso, a destruição desta, vista como particularidade” foi uma reação ao processo de homogeneização das relações capitalistas em termos nacionais que integravam as regiões, notadamente a do Norte, de uma forma subordinada a outro espaço, o Sul (ALBUQUERQUE, 1988, p. 59; 60).

O discurso de seca e de crise vem junto com “O declínio político do Norte”, que foi “um processo que tem suas raízes na progressiva diferenciação econômica que se estabeleceu entre Norte e Sul ao longo do século XIX ao XX” e que diferentemente das outras estiagens, a de 1887/89 as elites passaram a sentir essas mudanças atreladas a essa nova configuração geoeconômica do país (ALBUQUERQUE, 1988, p.36).

Como observado por Faoro (2012), o processo de modernização da economia nacional no começo do século XX, associados à ascensão da economia exportadora industrial, bem como a centralização política das elites mineiras e paulista, acentuou as diferenças existentes nos eixos econômicos nacionais, evidenciando que apesar do Norte (Nordeste) estar “vinculado à capital da nação” (momento em que estava carregada pelo discurso de modernidade), sua economia era “excêntrica ao centro dinâmico da economia do mercado interno” (FAORO, 2012, p. 468).

Enquanto a região Sul se modernizava e adaptava-se aos modos de produção capitalista, o Norte era tido como região resistente a essas mudanças, o que significava para eles uma verdadeira “desestruturação das relações econômicas e políticas tradicionais”, estas são concepções distintas de como cada região desenvolveu-se. O Nordeste não é “atrasado”; ele é criado como atraso diante do novo pragmatismo político que emerge no século XX no Brasil, para, além disso, e ocasionado em partes por essas mudanças, o Norte passava pela baixa dos preços dos principais bens produzidos: algodão, açúcar e pela evasão da mão de obra escrava, motor da economia nortista, que ia de contra um sul do café e do leite com mercado mais lucrativo, sem falar de sua industrialização; e a seca ela vem acompanhada dessas mudanças e passa a ser utilizada como um mecanismo político na tentativa de reverter essa situação (ALBUQUERQUE, 1988, p. 33).

O discurso de seca vem atrelado “a uma estratégia de denunciar à decadência deste espaço e a necessidade de se voltar os olhos do estado e da nação para resolver seu problema”. O fenômeno das secas enquanto uma ação natural, por si só, não explicaria a repercussão que o discurso de “seca do Norte” teve a partir do marco de 1887, tendo em vista que em anos anteriores houve secas severas e com perdas mais significativas e não teve o mesmo impacto a nível nacional; inclusive ela não foi tão duradoura ou intensa quanto às outras secas que atingiram o Norte (ALBUQUERQUE, 1988).

Com uma duração inferior a outras, atingindo um espaço menor, a seca de 1887/9 não foi tão intensa porque ocorreram chuvas isoladas e a população atingida foi proporcionalmente inferior a das secas que ocorreram 1825. Esta seca, por exemplo, matou cerca de 14,4% das pessoas que habitavam a província do Ceará, enquanto a seca de 1887/89 matou cerca de 13,9%. O que tornou a seca de 1877 tão grave foi o fato de que o Norte do país passava por uma desorganização em seu espaço econômico e político,

com o declínio dos preços, das exportações de açúcar e do algodão e a evasão da mão-de-obra escrava para as províncias do Sul. As elites de suas províncias sofrem uma progressiva perda do espaço política nacional e enfrentam uma reorganização da divisão de poder entre suas diferentes parcelas (...) (ALBUQUERQUE, 1988; ALBUQUERQUE, 1995, p. 122).

Dentro deste cenário, e como uma forma de voltar às atenções novamente a esta região, essas elites passam a utilizar-se de estratégias para chamar atenção dos poderes federais. Através dos meios jornalísticos e discursivos, as elites políticas passaram a apontar a região, em suas falas, como frágil e repleta de flagelados pela seca, na tentativa de angariar recursos para os seus estados, ajudando deste modo a criar “a seca do Nordeste” reforçando

mais ainda os estereótipos que foram criados e encontrados nos discurso regionalista (ALBUQUERQUE, 1995, p, 112).

Entendemos, também, que esses discursos foram atrelados a processos históricos mais amplos. Afirmo que a ideia de Nordeste, assim como de outras regiões, nasce ligada a trajetória política e econômica do país. No caso do Nordeste brasileiro, vemos que esses discursos de seca e do Nordeste como região emergente são intencionais, e marcam o declínio da uma velha oligarquia rural nordestina, que perdia forças no cenário político nacional em detrimento da ascensão da nova burguesia industrial do Sudeste, principalmente aquela herdeira dos rendimentos das antigas fazendas de café (ALBUQUERQUE, 1999).

O Nordeste foi sendo gestado como um espaço que se contrapõe às transformações econômicas e políticas que ocorriam nos país e que foram impulsionadas pelo processo de modernização capitalista na economia com a industrialização dos meios de produção, que foram aflorando na região Sul do país no início do século XX. A partir deste momento marcamos o declínio de uma elite açucareira e da região que era centro do monopólio econômico do país durante três séculos.

Percebemos, desse modo, que todas essas transformações que ocorriam nas províncias do Norte se relacionam a processos sociais amplos, que implicou mudanças em suas estruturas sociais, econômicas e políticas. Estamos nos referindo a um período em que “O vazio imperial deixa o lugar para a República, eventualmente desagregadora” (FAORO, 2012, p. 430). Consequentemente, os arranjos sociais e políticos sofrem mudanças com uma nova concepção de pátria. A identidade nacional passa a ter um novo sentido de unidade produzida pelos moldes republicanos, e o Nordeste surge no século XX como uma nova possibilidade de existência, dentro desse cenário, assim como houve outras pelo Brasil.

O Nordeste, em sua configuração espacial usual, nasce no século XX como um modelo de Brasil fruto de um processo de regionalização que utilizou como critério as características culturais e naturais para dividi-lo. O Nordeste foi sendo delimitado tendo por base o “perímetro das secas” à área de atuação do IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas). Corriqueiramente essa expressão passa a ser utilizada também para demarcar esse conjunto de identidades e a ser o critério de criação de uma geografia regional, oficializada na década de 1940.

O [termo] Nordeste já nasce, portanto, associado à ocorrência do fenômeno das secas, que passa a ser quase um monopólio desse espaço, já que as demais áreas do país passam a sofrer estiagens e não secas, assim como passa a monopolizar a expressão sertão, para se referir às terras que ficam no interior, já que este também ficou associado no imaginário nacional ao espaço de ocorrência das secas (ALBUQUERQUE, 2012, p. 99).

Desse modo percebemos que a seca tornou-se um produto local, uma terminologia própria, que nos remete ao Nordeste: uma região carregada de símbolos que corriqueiramente são utilizados para descrever um espaço imagético e afetivo do país.

### **Secas e políticas públicas**

Vemos que o mesmo discurso de um “Nordeste seco”, que dá dizibilidade a um espaço formativo do país, foi o mesmo que auxiliou na criação de mecanismo de poder e controle social. A “seca” que acentua a “crise vivida por essa área, levando a que se estabeleça uma situação de caos, seja no plano econômico e social” foi a mesma que “colocou em xeque vários mecanismos de dominação, que garantiam a manutenção da ordem e do *status quo*” por meio da organização de alianças regionais que mantem a hegemonia das localidades exercendo controle das políticas públicas e seus órgãos (ALBUQUERQUE, 1995, p, 113).

Dentro desse contexto, o da perspectiva de “assistir” as regiões “decadentes” afetadas pela seca, a partir do início do século XX notamos a criação de diversos órgãos governamentais que com suas respectivas políticas iriam atuar nestas regiões marcadas como o polígono das secas. Dentro delas destacamos os estados do Nordeste e parte de Minas Gerais.

A Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS-1909) foi a instituição precursora de outras que viriam surgir, como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), de 1937, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959. Ambas as instituições agiram sobre essas regiões, a SUDENE, que tinha por função promover o desenvolvimento regional por meio de obra que eram executadas, por exemplo, pelo DNER com a abertura de estradas e asfaltamento de rodovias estaduais e federais em todo o Nordeste.

Foi através do decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, editado pelo presidente Nilo Peçanha, que surgiu o primeiro órgão destinado a “estudar a problemática do semiárido”. Interessante observarmos que a partir desse momento a seca passa a ser institucionalizada, não apenas no plano do discurso, mas por meio de um órgão exclusivo, que se prestaria a solucionar a problemática das regiões afetadas pelas secas, nitidamente a do Nordeste. O discurso que o órgão é erguido surge como uma resposta daquele utilizado pelas elites políticas nortistas do século XIX e XX: o de solucionar o “problema” de um espaço em “decadência”, afetado pelas secas.

A Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), como foi chamado inicialmente o DNOCS, foi um órgão com a função de gerir as obras públicas e alocar seus recursos nas regiões “necessitadas”, com a finalidade de “combater a seca”.

Os órgãos, frutos da máquina pública, ficaram sujeitos às interferências políticas locais, às quais lutavam por verbas públicas. Os órgãos públicos não conseguem romper com a lógica de que o poder público deve estar subordinado aos interesses dos coronéis regionais e dos latifundiários, como mostrado por Furtado (1997)

As máquinas e equipamentos do DNOCS eram utilizados por fazendeiros ao seu bel-prazer. Nas terras irrigadas com água dos açudes construídos e mantidos pelo governo federal, produzia-se para o mercado do litoral úmido, e em benefício de alguns fazendeiros que pagavam salários de fome [...] Em síntese, a seca era um grande negócio para muita gente (FURTADO, 1997, p. 86).

Caracterizamos essas ações enquanto práticas patrimonialistas, de um patronato político rural nordestino, que se caracteriza pela integração da vida privada aos interesses públicos. Notadamente, esses costumes buscavam usar dos serviços públicos para atender demandas pessoais, privadas, de grandes latifundiários, que em suas terras alocavam uma maciça parte das obras públicas. Os socorros públicos não eram apenas para o simples produtor sertanejo, e sim para uma elite decadente e sedenta de poder, com práticas alicerçadas em relações sociais que foram sendo estabelecidas por séculos (POMPONET, 2009).

A seca passa a ser um “inverno” para os políticos, na medida em que as verbas enchiam cofres públicos, e as obras de enfrentamento, com seus trabalhos gerados, eram utilizadas como moeda de troca por votos e favores; e as respostas para a sociedade, que eram dadas por meio de medidas paliativas, caracterizam-se por um paternalismo, que sustenta a concepção de que as pessoas detentoras de poder devem desempenhar, para aqueles em situação subalterna, um papel análogo ao de pai para com os filhos. A seca demonstrou-se então como um verdadeiro negócio, fortemente influenciada e controlada pelos poderes locais.

Segundo Ferreira (1993, p. 72), essa prática caracterizou um fenômeno chamado de “indústria da seca”, e que repousa em três aspectos: as condições econômicas regionais que eram frágeis e colocava os indivíduos em situações de vulnerabilidade; a organização política local fortemente influenciada pelos poderes oligárquicos, que notadamente detinha o poder e o controle econômico sobre suas áreas de domínio; e o assistencialismo, resultado dos outros elementos.

Ferreira (1993, p. 61) nos mostra ainda que esse fenômeno político deve ser ainda observado sobre dois níveis:

1. (...) o local, onde ocorriam os desvios diretos de verbas e gêneros alimentícios por membros das comissões de socorros públicos, justamente com tropeiros e comerciantes. 2. E (...) por um nível mais amplo, com a conscientização dos representantes nordestinos no sentido de aproveitar e usar as secas como meio de conseguir investimentos governamentais na região (FERREIRA, 1993, p. 61).

A partir dessa constatação feita pela autora, afirmamos que a “indústria da seca” seria a mobilização de recursos públicos em benefício das elites nordestinas, onde as suas raízes tem origens progressiva a partir da “grande seca” de 1877, com as primeiras intervenções estatais por meio de um sistema de socorros públicos e, posteriormente, através da criação de outros órgãos oficiais para combater as secas, como os que foram mostrados anteriormente.

Notamos que os órgãos públicos não estão livres das influências de um patronato político local, e que apesar das políticas públicas terem o sentido de melhoria regional acabam ficam a mercê dos poderes locais, que interferem fortemente na sua execução.

Após 10 anos de atuação do IOCS, por meio do decreto nº13.687 passou a ser chamado de Inspeção Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS); no ano de 1945, através do decreto-lei 8.846, de 28 de dezembro de 1945, foi transformado em autarquia federal através da lei nº 4229, de 1963, recebendo sua atual denominação. Suas ações objetivavam, em seu arcabouço legal, promover ações nas seguintes linhas: (a) beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações; (b) irrigação; (c) radicação de população em comunidades de irrigantes ou em áreas especiais, abrangidas por seus projetos; (d) subsidiariamente, outros assuntos que lhe sejam cometidos pelo Governo Federal, nos campos do saneamento básico, assistência às populações atingidas por calamidades públicas e cooperação com os Municípios (DNOCS, DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2016).

Vemos que as ações do DNOCS não se limitaram apenas a atividades relacionadas ao combate à seca. A sua política de atuação buscou, também, promover qualidade de vida para as populações das regiões afetadas pela seca, reduzindo os danos causados por ela.

Firmou-se também como uma agência que promoveu o desenvolvimento da região por meio de obras públicas. Suas ações durante todo o século XX foram tão grandes que essa autarquia federal chegou a se constituir na maior “empreiteira” da América Latina na época em que o Governo Federal construía, no Nordeste, suas obras por administração direta tendo marcado com a sua presença, praticamente, todo o solo nordestino. Além de grandes açudes, como Orós, Banabuiú, Araras, podemos registrar a construção da rodovia Fortaleza-Brasília e o início da construção da barragem de Boa Esperança (DNOCS, DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2016).

Para além dos aspectos citados, percebemos que como debatido anteriormente o Nordeste surge como um espaço emergente no país e que se difere de outras regiões economicamente falando. O voltar dos olhos da nação para esses estados se resumiu na necessidade da presença do Estado brasileiro sobre o solo nordestino, baseando-se em uma maciça concentração de obras neste espaço. As obras públicas nesse contexto passaram a ser sinônimo de desenvolvimento.

A partir desse momento passamos a perceber a intervenção cada vez mais forte nos estados do Nordeste, que vem, também, com o intuito de criar medidas para reduzir essas divergências no plano nacional que foi tão exposta a partir do ano 1887. Intervir neste espaço tinha o objetivo de produzir uma nação mais homogênea, ou apenas buscava reduzir os contrastes no plano econômico e social a nível nacional; essa foi uma das funções desses órgãos, e suas ações passaram a ser uma efetivação dos discursos políticos nortistas que validam e ajudam a cristalizar um Nordeste decadente e seco.

As atuações desses órgãos vieram com o intuito de reduzir as divergências regionais no plano nacional e é uma efetivação dos discursos políticos. Mas na década de 50 do século XX, quando as práticas patrimonialistas e paternalistas são reconhecidas e é notado o favorecimento de uma clientela, é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, por decreto Lei N° 3.692 editado pelo presidente Kubitschek.

Como uma resposta a essas práticas patrimonialistas, detectadas por Celso Furtado, seu fundador, a SUDENE tornou-se uma autarquia subordinada diretamente à presidência da república. De 1959 a 1964, Celso Furtado foi responsável pela estratégia de atuação do órgão, definida a partir do diagnóstico apresentado em seu livro “A operação Nordeste” (1959) que propôs a criação do órgão com a finalidade de

Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; executar, diretamente ou mediante convênio, acôrdo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor; coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste (BRASIL, 1959).

A SUDENE surge como uma resposta a essas situações de abuso do poder público, e objetivava: quebrar com os agenciamentos políticos locais; o fim do poder dos latifundiários sobre a SUDENE, que conseqüentemente eram contra a criação do novo órgão; e proporcionar meios para que aos estados nordestinos pudessem alavancar suas economias e reduzir as divergências no plano nacional. A SUDENE, a partir de suas linhas de ação, tinha por objetivo colocar o DNOCS sob a sua supervisão, extinguindo seu poder na execução de



obras, que passaria a ser reponsabilidade dos estados, e suas atividades ficariam voltadas apenas para a execução de planos para o aproveitamento da água (FURTADO, 1997, p. 129; POMPONET, 2009).

As Frentes Produtivas de Trabalho surgem no âmbito de ações do DNOCS/SUDENE. As atividades direcionadas para o alto sertão paraibano estavam ligadas a obras que promoviam o desenvolvimento regional, como a construção da rodovia estadual PB-400, no trecho que liga São José de Piranhas a Monte Horebe, obras que eram feitas por homens e mulheres que habitam essa região. Eram serviços que conseqüentemente para a sua execução e efetivação seria necessária uma mão de obra abundante e de fácil contrato. As Frentes Produtivas de Trabalho auxiliaram nesse objetivo, na medida em que ofertavam uma assistência em remuneração e alimentação condicionada ao trabalho nessas obras.

Conseqüentemente, caracteriza-se como mais uma política pública engendrada nas relações de poder local, e ela não ficaria de fora das influencias dos poderes locais. Quando essas populações sobreviviam às secas eram “artificialmente” mantidas no campo através das ações assistencialistas do governo federal, como as Frentes de Trabalho e distribuição de alimentos, o que poderia conter as migrações em massa e possíveis revoltas de camponeses que saqueavam feiras públicas (FURTADO, 1997, p. 72).

As Frentes Produtivas de Trabalho foi mais um mecanismo de poder para o controle social e político. Elas ocorreram em todo o interior paraibano. As Frentes de Trabalho Emergencial em Monte Horebe, conforme os dados coletados nas entrevistas de História Oral, datam de 1959 e se estenderam até a primeira metade da década de 1980.

Mais do que uma irregularidade pluviométrica, a seca pôde ser percebida, a partir de então, como um fenômeno social inserido nas redes de relacionamentos políticos e socioeconômicos, em que as condições de pobreza de uma parcela significativa da população que habita o semiárido são gravemente acentuadas em momentos de crise (NEVES, 2001, p, 108-109).

Percebemos que a historiografia aqui exposta explica a repercussão das secas como fenômeno que teve vários sentidos e formas de expressão, e focada nos aspectos discursivos políticos e econômicos. Segundo Ferreira (1993, p. 14), as secas que ocorrem no Nordeste brasileiro, bem como na Paraíba, podem ser compreendidas a partir de duas correntes historiográficas existentes que versam sobre o referido tema: uma “que encara prioritariamente sob o aspecto climático e como causadoras de todos os males econômicos e sociais da região Nordeste; e outra que percebe as secas em um contexto mais amplo, e sem

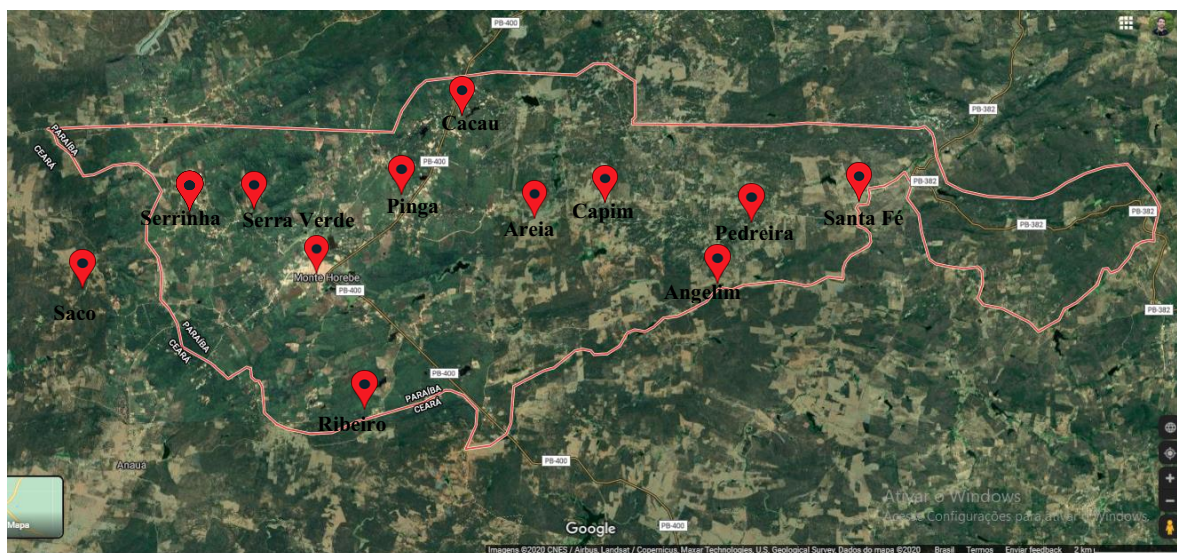
colocá-las como fator determinante da situação sócio-econômica nordestina” (FERREIRA, 1993, p. 14).

Notamos que esses aspectos citados são ditos como estruturais da história de um espaço. Elas são importantes por nos dar um teor palpável de uma região e permite entender o contexto no qual os colaboradores dessa pesquisa, bem como seu próprio espaço, estão inseridos. Mas esses elementos estruturais, por si sós, não são capazes de explicar as sociabilidades de um povo, seus costumes e principalmente a forma como esses agentes se apropriam desses elementos e como eles os entendem.

### O caso de Monte Horebe por meio das atas do poder legislativo

Não obstante dessa realidade exposta nos tópicos anteriores, Monte Horebe, como espaço urbano formal, vai surgir durante segunda metade do século XX como um fruto de entrecruzamentos entre interesses de poderes locais e estaduais. Em Monte Horebe, na passagem da década de 1950 para a de 60 destacava-se entre a população, conforme a historiografia local mostra, a presença de uma elite rural que aspirava ver a Vila de Monte Horebe tornar-se cidade.

**Mapa 01:** Cidade de Monte Horebe e Sítios citado ao longo da pesquisa, 2020.



**Fonte:** Imagem retirada do Google Maps e pontos marcados pelo autor.

O desejo de modernizar a vila e torná-la em um espaço urbano com centro político independente, afluía entre esses sujeitos, que com isso objetivava o seu desmembramento da cidade de Bonito de Santa Fé. Alegavam que apesar de ser vila, ali já existiam meios que proporcionavam a criação de uma cidade autônoma, pois gozavam de números crescentes da população e seu espaço contava com mercado público, cartório de notas, correio, cemitério e igreja.

A memorialista Dias (2011) reforça que na Vila de Monte Horebe se pedia autonomia, pois:

Por esse motivo muitos cidadãos daquela localidade começaram a manifestar seu desejo de lutar por sua independência. Entre eles destacou-se: Lauro Dias de Oliveira, apoiado por Miguel José de Araújo, Miguel Monteiro, Santino Monteiro, Cícero Lôla, João Pereira de Sousa, Ivo Saraiva de Moura, entre outros (DIAS *et al*, 2011).

Sendo assim, no ano de 1961, por meio de um acordo político feito por Lauro Dias de Oliveira, morador da vila e futuro primeiro prefeito, ao então candidato a governador do estado da Paraíba, Pedro Moreno Gondim, exigiu-se a obtenção de mil votos da Vila, criando-se, na prática, mais um colégio eleitoral. Com vitória de Pedro Moreno Gondim nas eleições de 1960, foi lançado o lei estadual de nº 2.608 de 5 de dezembro de 1961 que tornou a vila em cidade e o senhor Lauro Dias de Oliveira tornou-se prefeito interino do recém criado município até as primeiras eleições para prefeito e vereadores no anos de 1962 (OLIVEIRA, 2018; DIAS *et al*, 2011).

Monte Horebe, filha postiça do patronato político e de seu patrimonialismo<sup>1</sup>, surge em meio ao cenário exposto nos tópicos anteriores como mais uma cidade para o entroncamento de obras públicas e de espaço de atuação para a indústria das secas. O acordo firmado entre um “notável” cidadão, representante dos valores de uma elite rural da vila de Monte Horebe, tornou-o no primeiro prefeito desse espaço contextualizado, que passou a mediar “interesses dos cidadãos” junto ao legislativo.

A cidade tornou-se algo real para esses sujeitos, teve o custo do sufrágio de seus moradores e possibilitou, também, mais um espaço possível de práticas patrimonialistas para suas elites. Em Monte Horebe, a partir da década de 1960, marco do espaço político, vai circular no poder legislativo questões relativas aos desejos de homens, que a partir desse momento não recorreriam mais as elites das cidades vizinhas, a qual era subordinada, para atender as suas demandas, sejam pessoais ou públicas.

Monte Horebe não foi um caso particular do sertão ao litoral paraibano. No ano de 1961 estava havendo um movimento de emancipações políticas, onde outras vilas conseguiram elevar-se a categoria de cidade. Para citar algumas do alto sertão: Aguiar: 22 de dezembro de 1961; Diamante: 21 de dezembro de 1961; Cachoeira dos Índios: 21 de

---

<sup>1</sup>Faoro (2012) em sua obra busca conceituar o patrimonialismo enquanto um termo que é utilizado para descrever a forma como os políticos lidam com o patrimônio público sem fazer a distinção dos seus limites de atuação e intervenção entre o público e o privado. Como resultado dessa integração dos interesses públicos e privados, o estado patrimonial e seus políticos intervêm nos espaços para satisfazer seus interesses. Para o nosso caso, essas intervenções pontuais, como as que Pedro Gondim, fez no sertão paraibano é um exemplo da atuação que caracteriza o patronato político local da Paraíba.

dezembro de 1961; Carrapateira: 12 de dezembro de 1961; Paulista: 23 de dezembro de 1961, Serra Grande: 14 de dezembro de 1961 e Triunfo: 22 de dezembro de 1961.<sup>2</sup>

Então se estabelece uma “dúvida”: a emancipação política, que conseqüentemente favorecia um grupo de indivíduos que iriam pleitear uma meta de votos proposta, seria uma estratégia usada por Pedro Moreno Gondim para se eleger governador no estado da Paraíba? A meu ver, essa prática, se enquadra como uma atuação dos chamados “donos do poder” que pertencem a um patronato político local com práticas de uma velha, mas atual estratégia política brasileira, que busca formar seus curais eleitorais em troca de favores. Desse modo estabeleceram-se relações de clientelismos e patrimonialismo, onde o público e o privado se integram de uma forma viciante (FAORO, 2012; HOLANDA, 1995).

Não seria de se estranhar ao notar que em Monte Horebe os nomes dos políticos que estavam à frente desse movimento se repetem em atas da câmara Municipal; e que durante anos dedicaram-se a aprovar contas do executivo, formatação de um espaço urbano acessível com estradas carroçáveis. Foi criada no ano de 1962, como consta a ata de reunião nº 2 de 10 de dezembro, o Departamento Municipal de Estradas e Rodagens (DMER), que copia o modelo e finalidade do departamento estadual, a partir desse momento algumas comunidades ao redor da cidade, notadamente aquelas que os 04 primeiros vereadores detinham domínio político ou pertencia a ela, é citada em inúmeros pedidos de abertura e reforma de estradas.

“*O desejo ardente de tudo fazer pelo povo*” ficou apenas no plano do discurso de vereadores ao se apossarem do cargo; e não se fez evidenciar, nesta instituição, as necessidades humanas, que vai além da formatação de uma *urbe* frequentável e higienizada, com ruas limpas e calçadas. Os dois poderes criaram ao longo do tempo um espaço urbano possível para aqueles moradores da zona rural, um lugar próprio para eles e os que nele mantem sociabilidades.

A harmonia política, muitas vezes mencionadas na segunda sessão extraordinária de 23 de agosto ano de 1967, se resumia a elogios aos atos do executivo que, nitidamente, foram tecidos por existir um alinhamento de interesses entre os dois poderes. Com tais atitudes clientelistas, acreditava-se que “*o município vai se desenvolver com mais progresso*” e que era resultado da “*maneira simples e correta de trabalho, de luta e progresso*”. Após seus discursos aclamados, mais contas e receitas são aprovadas.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. Emancipação dos municípios: relação dos municípios com respectivas leis e datas de criação. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/espaco-do-cidadao/emancipacao-dos-municipios>. Acesso em 23 de Junho de 2020.

<sup>3</sup> LIVRO DE ATAS 01. 2ª sessão extraordinária de 23 de agosto ano de 1967, p. 35.

A preocupação que mais se fez presente foi a da construção de escolas, mas a formação do espaço educativo não chegou ao mesmo tempo em todas as áreas; à medida que vereadores de outras localidades chegam ao legislativo, começam a pleitear melhorias neste sentido para suas regiões de interesse. Até esse momento as várias crianças que não dispunham de educação formal dedicavam-se ao trabalho agrícola junto com a família.

Toda a população era basicamente camponesa, e uma parte do legislativo também, tanto que foram pedidas ajudas de custo ao prefeito referentes à alimentação e transporte para que os vereadores saíssem dos seus sítios para participar das reuniões na cidade. Apesar desses homens “edis” serem do meio rural, não vemos nas primeiras décadas a preocupação com o povo do campo e suas necessidades. As questões relacionadas à agricultura e saúde vão sendo pontuadas de forma discreta nos anos de 1973 a 1976, como ações voltadas aos “mais pobres”.<sup>4</sup>

Esboçamos nesse primeiro quadro de informações as características do perfil de atuação política em Monte Horebe nas suas primeiras décadas de existência, em que a seca era tratada como uma “senhora desconhecida” naquele plenário até o ano de 1981, ou seja não há uma discussão sobre a seca nesse período. Importante observar que a cidade de Monte Horebe, anteriormente ao ano de 1962, era subordinada a Bonito de Santa Fé. Portanto, antes disso, em Monte Horebe não existiam representatividade direta de sua população.

A seca em Monte Horebe passa a ser evidenciada juntamente com a formação do poder público na localidade a partir de 1981. Mais uma vez vemos o discurso político como uma forma de dar visibilidade a pobreza, mas o problema recai quando esse discurso apenas precariza o sujeito e o assiste de forma frágil; e o que foi conquistado como uma ajuda aos pobres, na prática torna-se mais um meio de controle social, barganhas políticas, e cumplicidades para atender as demandas privadas.

Os meios jornalísticos, assim como os relatos orais que serão trabalhados mais adiante, nos faz revelar essa afirmação de que problemas como a falta de água rondava a cidade desde a década de 1970 quando “O Vereador Luiz Pedrosa, de Monte Horebe, disse que as populações dos distritos de Santa Fé, Capim, Areia, Serrote, Serra Verde e Ribeiro estão se valendo unicamente da água do Açude público, localizado a uma distância de 8 km” (JORNAL DO BRASIL, 1976, p. 19). Interessante observar que somente na década de 1980 a

---

<sup>4</sup> LIVRO DE ATAS 01. 6º Reunião de 12 de abril de 1973: Tratou da contratação de dentista prático, p. 78. *Idem*. Reunião extraordinária, 26 de dezembro de 1973: Transporte de doentes para cidades vizinhas, p. 82. *Idem*. Reunião extraordinária de 8 de agosto de 1974: Aquisição de um trator para serviços agrícola, p. 85. *Idem*. 4º Reunião extraordinária de 20 de junho de 1974: Construção de unidade sanitária p, 92.

seca toma espaço no legislativo do município, após um quadro de situações que se espalhava por todo o sertão.

Durante a segunda metade da década de 1980 se tem notícias de saques a feiras públicas que ocorreram em todas as cidades vizinhas à Monte Horebe, localizadas no alto sertão paraibano. Os saques eram movimentos de grupos organizados que roubavam as feiras públicas e causavam grandes tumultos nos centros das cidades; inclusive os saqueadores eram atacados pelos comerciantes que “estavam preparados para jogar cimento na cara dos invasores e muitos saíam como cegos do estabelecimento” (NEVES, 2018, p. 50; FARIAS, 2018).

O Jornal do Brasil, de 11 de março de 1981, na página 12 mostrava de forma mais detalhada a situação que esses municípios se encontravam.

Aos gritos de “estamos com fome, queremos comer”, 5 mil pessoas invadiram a cidade de **Bonito de Santa Fé**, na divisa da Paraíba com Ceará, provavelmente um quebra-quebra, houve tiroteio e o prefeito Tirbutino Almeida teve que sair correndo para Capital, onde contou o fato às autoridades. Segundo ele, muito dos invasores famintos vinham do Ceará. Ninguém se feriu. Nas proximidades de **Uiraúna**, no alto sertão, a situação também é de desespero. Em sítios próximos à cidade, as reses que morrem de fome são esquartejadas pelos flagelados, que, sem terem o que comer, se alimentam de carne podre. Essa denúncia foi feita por prefeitos e vereadores do interior que ontem estiveram em João Pessoa para expor a situação ao Governador do Estado. Insustentável. A invasão à cidade de Bonito de Santa Fé foi narrada pelo prefeito Tiburtino Almeida ao deputado estadual José Lacerda Neto, que transmiti-o aos jornalistas. Segundo o deputado, o Prefeito está desesperado, temendo novos saques. O próprio Prefeito teve que correr para João Pessoa, porque foi ameaçado, uma vez que não tinha condições de alimentar as 5 mil pessoas. Em Riacho dos Cavalos, aproximadamente 300 homens invadiram a cidade, reclamando contra a EMATER que tinha atrasado o pagamento do pessoal alistado nas frentes de emergência. Na cidade de **Catolé do Rocha** a situação também é crítica, conforme relato dos 32 prefeitos e vereadores da área que estiveram ontem nesta Capital. **Ibiara, Conceição e São José de Piranhas** foram outras três cidades invadidas pelos flagelados (JORNAL DO BRASIL, 1981, p. 12. grifos nossos).

Vemos que os municípios vizinhos a Monte Horebe, inclusive o mesmo como se mostrará a seguir, viveram ações de resistência de camponeses por meio dos saques e pressões direcionados aos meios públicos, que ocorriam quando esses sujeitos se viam desassistidos pelos programas sociais e estavam passando por períodos difíceis.

O Jornal do Brasil lançou em 04 de maio de 1981 uma matéria intitulada “chuvas param na Paraíba e o sertão começa a temer reinício da seca” em que mostra o temor que ainda rondava a região após as primeiras ações de camponeses no mês de março.

E estimulados pela necessidade da barriga, grupo de agricultores têm invadido as cidades do interior nordestino. Na Paraíba, no Alto Sertão, agora o período é de expectativa. Mas o prefeito de São José de Piranhas já recebeu informações de que os agricultores começam a se desesperar a tal ponto que fala na possibilidade de saques, aproveitando os dias em que se realizam feiras livres (JORNAL DO BRASIL, 1981, p. 05).

O Jornal do Brasil complementa a matéria fazendo referência às Frentes de Trabalho, e por consequência afirmam que os movimentos de saques as feiras públicas tem reduzido posteriormente a sua ampliação de vagas; traz em seguida a fala de um agricultor da cidade de Monte Horebe que expressa as reais condições a qual esses camponeses enfrentavam:

Nelas, o movimento tem caído bastante nos últimos fins de semana. Os agricultores alistados na frente de trabalho queixam-se de que a diária de Cr\$ 100 é insuficiente para alimentar cinco, seis e até mais de 10 filhos. Um quilo de feijão, por exemplo, não é comprado por menos de Cr\$160 e o de farinha fica em torno de Cr\$ 60. "Ganhando Cr\$100 por dia, como posso alimentar minha família?", pergunta o agricultor José Januário, de Monte Horebe. "A bodega cortou o fornecimento." completa cabisbaixo. (JORNAL DO BRASIL, 1981, p. 05)

Segundo os registros da câmara de Vereadores da cidade Monte Horebe, a primeira menção as obras públicas de enfrentamento contra a seca foi feita no dia 10 de novembro de 1981, portanto logo após as situações expostas pelo Jornal do Brasil em no mês de outubro do mesmo ano.

Em meio a esse clima exposto, os vereadores discutiram a necessidade de ampliar as vagas para tais obras, tendo em vista que nem todas as regiões eram assistidas<sup>5</sup>. O que se circula no meio legislativo, de início, é a preocupação com a distribuição das vagas para o alistamento de trabalhadores nas Frentes de Emergência, conforme se vê a seguir:

O vereador Elias Galdino de Abreu, fez o uso da palavra, onde fez ver aos demais colegas um certo sentimento, em virtude da má distribuição de vagas para o alistamento, mostrando que a sua região está sendo mal distribuída, haja visto que por sua parte não exige vagas para pessoa de sua família, sempre procurou colocar pessoas carentes no entanto não está sendo atendido. Em seguida o vereador Bolívar Dias Guarita, fez uso da palavra tecendo elogios ao pronunciamento do vereador Elias Galdino. Ao mesmo tempo o vereador Vicente Benedito dos Santos se pronuncia dizendo que sua região e do vereador Elias Galdino. Que se diz desde Areias a Santa Fé é de fato uma das menos servidas, Em seguida os demais vereadores se pronunciaram no mesmo sentido<sup>6</sup>.

Nesta menção feita pelo vereador, observamos que em suas palavras o requerimento não é visto como algo voltado para enfrentamento das secas, e sim para assistir a pobreza, reforçando o que já sabemos: que a seca, em menor ou maior grau, é algo vivenciada cotidianamente por esses sujeitos. As obras públicas que ocorrem aqui no sertão paraibano se tornam mais uma forma de lidar com essa realidade onde o governo passa a fornecer renda e cereais para os que nela trabalham e aqueles camponeses que se veem nessa situação possam requerer ajuda do poder público.

<sup>5</sup> Observamos que conforme se verá nos relatos orais, as obras de enfrentamento contra a seca ocorrem desde o dano de 1959 no município de Monte Horebe (PB).

<sup>6</sup> LIVRO DE ATA 02. Ata da 10ª reunião ordinária da câmara municipal de Monte Horebe. 10 de novembro de 1981, p. 69.

Porém, observamos que a realidade que é expressa, e que preocupava o legislativo, vai além das secas, e se refere à pobreza, quando informam que o requerimento visa atender “os mais carentes... que ainda se acham a precisar”.

Na oportunidade resolveram unir-se para solicitar dos poderes competentes, mais vagas a fim de atender os mais carentes do município, para tanto fizeram abaixo assinado. Juntamente com o Senhor Prefeito dirigido ao secretário da agricultura, solicitando mais vagas a fim de atender o número de pessoas que ainda se acham a precisar<sup>7</sup>.

Quem eram esses “precisados mais carentes”? Sem dúvida, uma grande parcela da população que, conforme se vê, o seu alistamento era solicitado pelos seus representantes. A citação nos faz perceber que a pobreza, até então, não era sinônimo decorrente das secas, já que ambos são um dado real na vida desses sujeitos. O que muda é que a partir da década de 60 passam a existir no município outros meios de conviver e enfrentá-las. Mesmo sendo considerado pouco, esses sujeitos requerem esse auxílio, como mencionado anteriormente pelo agricultor José Januário no Jornal do Brasil.

Com a situação das secas que se agravou entre os anos de 1980 a 1981 é que vemos tais obras serem requeridas com o propósito de enfrentamento da seca:

[...] houve um movimento combinado entre toda a bancada, onde foi comentado a situação do fracasso do inverno do qual ficou ajustado para pleitearem dos governos estadual e Federal permaneça das frentes de trabalho da emergência. Justificando os edis horebenses que a queda de chuva na região, não garante a safra de cereais, diante do quadro que se apresenta, a crise continua e a uma tábua de salvação é a continuação de Emergências<sup>8</sup>.

Outras ações no mesmo sentido de enfrentamento são pleiteadas pela bancada, que quando efetivadas, possibilitou novas formas de lidar com as secas por meio de carros pipas e perfuração de poços por todas as regiões do município. Faz-nos perceber que a situação das secas estava preocupando os legisladores:

O vereador Elias Galdino solicitou dos poderes competentes através do Exmo. Senhor Prefeito a perfuração de Poços artesianos para os sítios Capim, Areia, Pinga, e Serrinha dos Dantas, alegando que todos estes sítios são bastantes populosas e não dispõem do precioso líquido, especialmente nos anos secos ou fracos. Em seguida o vereador Miguel José de Araújo solicitou a construção de um açude para o sítio Serrinha dos Dantas.<sup>9</sup>

Do ano de 1981 até fins do ano de 1982, como observado pelas atas lidas, a cidade de Monte Horebe estava passando por um período de secas que preocupava a todos e foi um estopim para futuras ações de camponeses nesta cidade (ASSIS, 2018).

<sup>7</sup> LIVRO DE ATA 02. Ata da 10ª reunião ordinária da câmara municipal de Monte Horebe. 10 de novembro de 1981, p. 70.

<sup>8</sup> *Idem*. Ata da 2ª reunião ordinária da câmara realizada no dia 8 de março de 1982, p. 74.

<sup>9</sup> *Idem*. Ata da 3ª reunião ordinária da Câmara realizada em 12 de março de 1982, p. 74.



A partir desse momento começa a existir processos de migrações internas que partiam das regiões menos assistidas pelas obras públicas e que não possuíam água para aquelas áreas que dispunham de recurso, como se mostra nas atas de 1982:

[...] Vereador Elias Galdino de Abreu deu entrada a um requerimento na câmara municipal solicitando do senhor prefeito Lourival Dias de Oliveira seu empenho junto às autoridades competentes no sentido de conseguir carros-pipas para abastecer as populações dos sítios Areias, Capim, Batata e Rita deste município, que segundo o edil, a falta de água nas referidas localidades está provocando o deslocamento dos habitantes para o povoado de Santa Fé e para a cidade de Monte Horebe, os componentes da câmara achou a reivindicação justa e deram a apoio total.<sup>10</sup>

Nesse sentido, na tentativa de conter possíveis revoltas e desorganizações sociais, ocasionadas pela falta do “*precioso líquido*” e pelas más colheitas na agricultura, o legislativo solicitou algumas medidas, que como se vê mais adiante não foram eficazes.

Posteriormente a essas ações, no final do ano de 1983 se tem notícias da invasão de camponeses na cidade, que mediante ao quadro exposto faziam pressão nas vias públicas, possivelmente para pedir empregos e alimentos; como se vê adiante, atrapalhou até mesmo as reuniões do legislativo, que se comprometeu a estudar a situação:

Esclareceu o senhor presidente que a reunião marcada para o dia 15 do corrente não se realizou em face do acúmulo dos flagelados em toda cidade e, inclusive aos arredores da Prefeitura e Câmara de Vereadores, forçando o presidente e os demais vereadores a suspender a reunião e tomarem providências no sentido de amparar a situação dos flagelados naquele dia<sup>11</sup>.

Conforme se vê nas atas do poder legislativo desse município, observamos que a suposta tentativa de saque, organizada por camponeses que circulavam na cidade, ocorre em 1983 e é antecedida por um quadro que começa a se agravar a partir de 1981, conforme mostra os registros analisados.<sup>12</sup>

Esses trabalhos eram em grande parte coordenados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que não anula a possibilidade de interferências políticas municipais nesta instituição. Ela era responsável pelo alistamento, distribuição de gêneros alimentícios e realizar os pagamentos. Atuava junto com outros órgãos como o exército que supervisavam as obras empreendidas com recursos estaduais e federais nesta região.

Ser um trabalhador da emergência era de certa forma ser subjugado. A sua imagem era vinculada ao do gambá ou cassacos, como o animal é conhecido em alguns estados do

<sup>10</sup> LIVRO DE ATA 02. Ata da 3ª sessão ordinária da Câmara realizada em 25 de outubro de 1982, p. 86.

<sup>11</sup> *Idem*. Ata de reunião da câmara de vereadores de Monte Horebe do segundo período legislativo aos 20 dias de setembro de 1983, p. 97.

<sup>12</sup> Após o ano de 1983 não se tem mais registros nas atas nem nos meios jornalísticos sobre tal ocorrido na cidade. Apenas na fala de uma das colaboradoras, que será discutida nos capítulos que seguem essa pesquisa.

Nordeste, Outras menções que são feitas a esses trabalhadores no legislativo é a sua comparação com o animal chamado cassaco: fazem-nos refletir sobre os valores e sentidos que eram atribuídos a esses homens trabalhadores das Frentes de Emergência, ou bobocas, como eram conhecidos esses locais em que atuavam, por serem de difícil acesso. Eram animais considerados fétidos e feios e que terminavam por denominar esses homens, como mostra a menção do termo presente em uma ata de reunião da câmara de vereadores de Monte Horebe:

O vereador Bolivar Dias Guarita fez uma interferência apelando ao senhor presidente que solicitasse do Senhor Prefeito uma pessoa certa para secretariar os trabalhos da casa Legislativa em virtude da reunião que teria de ser realizada no dia 2 próximo passada até a prefeitura estava fechada e os vereadores ficaram nas calçadas iguais "a caçacos" para receber pagamento da EMATER o vereador Elias Galdino de Abreu se congratulou com Bolivar (grifos nossos).<sup>13</sup>

A afirmação de que esses trabalhadores eram subjugados pelo trabalho que se submetiam é tanta que os vereadores se negavam a ficar nas calçadas enquanto aguardava a reunião do legislativo, pois eles nas ruas iriam se igualar aos cassacos em seus dias de pagamento que tomavam as ruas da prefeitura e da EMATER.

Mas quem eram os “cassacos”? De onde vinham esses homens? O que eles sonhavam e de que sobreviviam? São esses dados humanos que nos faz falta. Há a necessidade de trazer essas informações tão pouco exploradas, e não se fala sobre as vivências e percepções de quem compõe esta região e que vivenciou na prática as secas.

Falta entender *como as subjetividades humanas lidam com as secas* e de que modo tais homens e mulheres viveram essa realidade para além dos dados mostrados nesta primeira parte da pesquisa. A imagem abaixo foi obtida em arquivo privado de um dos trabalhadores e nos mostra quem eram esses homens trabalhadores do campo e das emergências que estavam inseridos neste espaço-tempo contextualizados nesse tópico.

---

<sup>13</sup> LIVRO DE ATA 02. Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Monte Horebe, realizada em 03 de outubro de 1980, p. 51.

**IMAGEM 01:** Frente de trabalho emergencial na cidade de Monte Horebe (PB) na década de 1970.



**FONTE:** Autor desconhecido. Foto cedida pelo acervo familiar do Sr. Rosendo Pereira de Assis, localizado na Rua Juscelino Kubistchek, Centro de Monte Horebe (PB).

A fotografia, enquanto um ato que figura a realidade de tais sertanejos, dá visibilidade e representação ao contexto social que a cidade de Monte Horebe estava exposta no período estudado neste trabalho. Evidenciamos que a fotografia acima possui um vínculo com o momento histórico estudado, onde “o ato do registro, ou o processo que deu origem a uma representação fotográfica, tem seu desenrolar em um momento histórico específico caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético etc” (KOSSOY, 2001, p. 39).

Faz-se necessário saber como esses sertanejos, retratados nesta fotografia: observa, entende e externa suas experiências com as secas. Vemos que existe um espaço vago, a das experiências individuais e coletivas. Portanto, a reflexão que será feita daqui para frente parte da crítica à construção dessa literatura que é feita de fora para dentro, de pessoas que não sentem ou vivem esta realidade, mas mesmo assim a cria.

Como parte deste espaço de estudo e como agente social que vivenciou parte dessa realidade, seja na prática ou na categoria de ouvinte escutando as experiências dos meus familiares com a seca, me lanço o desafio de me aproximar de um dado real vivido por esses sujeitos e fazer uma história de nós, homens e mulheres do meio rural.

A dimensão simbólica vai emergir, neste sentido, como uma forma de traduzir esse mundo material que foi apresentado por meio de representações, práticas, sentimentos e sentidos que homens e mulheres conferiram a si e o que o cerca.

Por meio dos relatos orais, tomando cuidado para não reforçar certos lugares que são resguardados para essa região e seus habitantes, apresentamos os agentes sociais produtores de suas histórias, seus costumes e vivências cotidianas que mantem com o seu espaço, possibilitando-nos perceber a produção dos lugares resultantes dessa interação, e que são particulares a cada sujeito.

Entendemos que o estudo da experiência social com as secas por meio da oralidade pode nos apresentar novas perspectivas de pensar as vivências de nordestinos, suas sociabilidades e a cultura, dissolvendo assim os discursos oficiais homogêneos e mostrando as particularidades.

## CAPÍTULO 02

### *Homem do campo: fé, saber popular e secas*

*“O tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear, nem respirar como um odor” (ELIAS, 1998, p. 7).*

O tempo, apesar de ser algo abstrato como nos mostra Norbert Elias na epígrafe, é atravessado e construído por vivências concretas, experienciadas por agentes sociais nos espaços e em tempos diferentes. As vivências, por onde elas ocorrem, deixam rastros e indícios que nos atraem enquanto historiadores nos levando a análises. Estes indícios deixados podem ser no nosso sensível, e podem ser externados por meio da fala ou por meio de escritos que trazem no presente as marcas do passado que são constantemente relidas.

Conforme Delgado (2003, p.10):

Assim sendo, o olhar do homem no tempo e através do tempo, traz em si a marca da historicidade. São os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história. As análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade.

Dessa maneira, a busca pelas sensibilidades na história custa muito caro para nós historiadores. É uma tarefa complexa que requer um exercício de observação e análise. É uma ação sensível e subjetiva, pois lidamos com pontos delicados para a construção desta história que trata de tornar o intocável e o imaterial – como as memórias que trazem sabores, dores e sentimentos – em conhecimento historiográfico. Por este fato, muitos de nós historiadores distanciamos as nossas análises destes elementos por serem difíceis de colocá-los no *roll* das coisas “reais” e pela falta de um teor palpável nas nossas fontes.

As descrições e abordagens estruturalistas, que por muito tempo foram priorizadas na história são importantes por darem este teor palpável que muitas vezes buscamos. Ela ajuda a definir nas regiões a sua economia, delimitar e descrever espaços, assim como fizemos no capítulo anterior.

Mas por detrás destes aspectos que citamos encontramos sujeitos, que tem sentimentos e produzem os seus lugares, que têm os seus espaços significados a partir de suas experiências práticas, usos do cotidiano e das coisas que nele contém. O cotidiano se apresenta, neste sentido, como o campo aonde ocorre o exercício máximo da singularidade do homem: que é a de atribuir sentido, valor e significação a ele e às coisas que o cerca.

As experiências que seguem neste texto se referem a homens simples, praticantes do ordinário, como os “cassacos” trabalhadores das emergências; também falo da experiência e

vivências de crianças no meio rural como expectadoras de práticas culturais, bem como a de meninos nas Frentes de Emergência.

O geógrafo Tuan (1983, p. 9) nos diz que a “experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”, e estas experiências são enriquecidas por sentimentos e percepções das coisas. Sendo assim, a experiência vivida por agentes sociais em um espaço específico influencia na maneira a qual ele o percebe, tornando-a desse modo única. E “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p. 6).

Neste sentido é que emerge o conceito de experiência:

A experiência é constituída de sentimento e pensamento. O sentimento humano não é uma sucessão de sensações distintas; mais precisamente, a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante fluxo da experiência, de modo que poderíamos falar de uma vida de sentimentos como falamos de uma vida de pensamento. É uma tendência comum referir-se ao sentimento e pensamento como opostos, um registrando estados subjetivos, o outro reportando-se à realidade objetiva. De fato, estão próximos às duas extremidades de um *continuum* experiencial, e ambas são maneiras de conhecer (TUAN, 1983, p.19).

Essas experiências provocam desdobramentos sensoriais que se expressam na constituição da nossa memória e identidade, que são fruto de sentimentos e pensamentos, de “mecanismos que atuam na experiência” vividos em tempos e espaços diversos. Estes espaços são experimentados no nosso cotidiano por meio das nossas experiências de trabalho, a do lar com a da família, o religioso e outras sociabilidades mais amplas que mantemos no meio a qual estamos inseridos.

As experiências são expressivas pelo poder que elas têm de deixar marcas no nosso sensível, que se registram na memória por terem sido elementos definitivos para a nossa construção social e identitária. Sendo assim, estes espaços significados por nós são lembrados de maneiras distintas, pois o nosso passado e nossas experiências são constantemente reelaborados pelo presente.

Feita essas considerações, esta pesquisa faz referência aos agentes sociais imersos em um contexto tipicamente rural, onde o espaço citadino não alterou as suas relações com o campo; foi a partir desses homens, que vivem neste espaço, que exploramos suas experiências com a seca que foi narrada a partir de suas memórias. Estamos falando de um lugar onde o tempo é medido por meio de várias representações, não se limitando a sua quantificação por meio de calendários ou relógios. Eu digo que o homem do campo supera essas quantificações modernas do tempo, eles respeitam o tempo da vida e o da natureza.

No sertão a momento para tudo: o de plantar, o de colher e o de limpar e preparar a terra para receber novamente as sementes que frutificam e alimentam a família. Trata-se de um lugar onde os sinais da natureza e da fé são apropriados por esses indivíduos de uma forma particular e peculiar a eles. Em seu cotidiano eles os observam de forma cuidadosa e a praticam com muita sabedoria.

Alinham o calendário humano com a natureza, e são nas passagens de ano que começam as suas previsões com as leituras dos meses que virão, tendo por base a observação atenta dos sinais da natureza como a da “barra do ano”: uma faixa de luz que se forma no horizonte com os primeiros raios do sol; ou a observação das plantas e animais. E quando esses sinais não são bons, apela-se para os santos por meio de orações e penitências.

Neste capítulo faremos o exercício de apreender por meio da oralidade como esses costumes fizeram parte das vivências desses sujeitos com as secas no meio rural da cidade de Monte Horebe entre as décadas de 1958 a 1980.

### **Praticantes ordinários: os indivíduos que narram sua história**

As narrativas que compõem este estudo são reveladoras de uma experiência social de horebenses que passaram por períodos de estiagens ao longo dos anos de 1958 a 1985. Aqui eu apresento os indivíduos que foram escolhidos para compor as entrevistas: pessoas que viveram sua infância e vida no meio rural.

Seus relatos orais foram importantes por proporcionarem um olhar íntimo de suas vidas e experiências com o sagrado e as secas na zona rural de Monte Horebe. Proporcionou-nos o entendimento de como essas experiências se registram na memória: a seca, a fé, o trabalho nas Frentes de Emergência e sua relação com a comunidade.

Segundo Certeau (1994), as experiências mantidas por homens e mulheres que são “práticas ordinárias” de um espaço que eles o conhecem tão bem como seus próprios corpos, que foi sendo individualizado e alterado de forma sutil para apropriá-los dentro de seu cotidiano.

Ao trabalhar com o cotidiano das secas na área rural da cidade de Monte Horebe, voltamo-nos ao espaço no qual eu também, como sujeito histórico, estou inserido. Nesta pesquisa eu não apresento pessoas desconhecidas, pois falo de homens e mulheres que fazem parte do meu dia a dia e que conviveram com meus familiares em seu cotidiano. E em suas falas também me reconheço. São homens e mulheres que trabalharam ao lado dos meus

familiares e passaram juntos e em comunidade por secas e trabalhos nas Frentes de Emergência.

Apresento pessoas que compartilham de uma cultura de trabalho nas roças, onde colheitas e plantios são feitos em família. Falo de homens e mulheres que são detentores de um saber popular para lidar com as secas, fazendo previsões das chuvas; e ainda possuem uma fé que foi sendo construída, moldada e praticada no seu cotidiano conforme suas necessidades no tempo.

A história de Monte Horebe, bem como desses homens, é marcada pela presença de um espaço religioso que desde 1925 se fez presente de forma oficial no povoado. Nessas terras serranas foi erguida a igreja de São Francisco de Assis. Este espaço religioso se fez presente durante todo o processo de formação da cidade, que apesar de ser investido como instituição que “cuidaria da fé de seus habitantes” (DIAS *et al*, 2011; OLIVEIRA, 2018) não impediu do povo ditar sua própria fé e costumes.

Encontramos neste espaço não apenas as leis ditas oficiais, impostas por dogmas cristãos, ou padrões sociais, mas exercícios culturais de crenças e costumes tradicionais. Em seu meio torna-se comum a presença de sincretismo religioso e de hibridismos culturais, formando-se na região práticas tradicionais da população que exercem suas crenças conforme suas necessidades.

Foi no rastro dessas pessoas simples, que ditam seus costumes, que cheguei até Arlete Pereira, uma das colaboradoras desta pesquisa. Sua trajetória como trabalhadora nas emergências foi lembrada por outras mulheres, por ter se submetido aos trabalhos de quebradeira de pedra quando grávida de oito meses. Ela, assim como outras, passou por situações semelhantes. Interessei-me em conhecer sua história, e ela me apresenta um tempo em que as lembranças não são boas. Mas nos diz que com a sabedoria do seu pai, no inverno ou nas secas, sempre conseguiram passar bem com sua família. Ela acrescenta em sua fala em tom firme: “*papai era homem esperto*<sup>14</sup>”, para reforçar a sabedoria do seu pai para lidar com as secas.

A senhora Arlete nasceu e se criou na meio rural em uma comunidade de nome Pedreira. Depois de casada viveu entre a cidade de Monte Horebe e o sítio Saco. Vivia com a sua família da agricultura produzindo milho, feijão gergelim e arroz. Estudou até onde lhe foi possibilitado, pois somente até a chamada “4º série” era ofertada no município. Por ser em

---

<sup>14</sup> Trecho da entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe (PB).



uma escola particular, ela me conta que enchia caixas de água de moradores da cidade para conseguir os “5 contos” para pagar a sua escola.

De forma sensível e cuidadosa, esta senhora me permitiu conhecer as suas histórias. Na medida em que conversamos vejo que suas memórias são reveladoras de experiências. Ela me conta de sua vida de forma detalhada em três tempos distintos: a infância, a juventude e a vida adulta. Vejo três tempos sendo tecidos a partir da mulher que me fala. Sem dúvida a Arlete de 68 anos é um produto resultante desta criança de sete anos que acompanhava sua mãe para o trabalho nas emergências; da jovem que lutava para estudar e da mulher casada companheira de seu esposo que viveu no sítio Saco, cerca de 11 km da cidade de Monte Horebe.

Os relatos de pessoas “simples”, como os da senhora Arlete e dos demais colaboradores, nos possibilitaram observar os “modos de fazer” dos moradores da zona rural de Monte Horebe. Eles nos revelam como esses praticantes do ordinário cotidiano utilizavam o campo, as naturezas e a sua fé para lidar com as secas. Enfim nos revelam o que possibilitou esses homens simples criar vivências neste pedaço do sertão paraibano. Sendo assim “são os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível” (MARTINS, 2008, p. 12).

Assim, “Seu” José Barbosa, em seus passos do cotidiano, convive com as secas há 72 anos, natural do sítio Guaiá, vive casado com sua esposa há 32 anos no sítio Serra Verde. Nunca abandonou a vida do campo. Seu José traz em suas memórias lembranças da primeira seca que vivenciou junto a sua família, em que aos dez anos de idade no ano de 1958 já carregava carroças de terras nos campo de trabalho das Frentes de Emergências. Ele me relata que vivenciou várias secas, “*mas nunca viu ninguém morrer*”. As secas castigavam a terra, os “*açudes não sangravam*”, as colheitas eram “*fracas*”<sup>15</sup>, mas sempre tiravam algo para o sustento. Ele se reconhece como um homem do campo, esperto e que sabe lidar com as estiagens.

O senhor José Barbosa me apresentou um dos “modos de fazer” de homens do campo, chamado de “experiências de inverno”, conhecida também como etnoclimatologia. Este saber consiste numa prática popular transmitida de forma oral de pai para filho e, compartilhada circularmente, por meio de trocas de experiências nas comunidades. Este conhecimento

---

<sup>15</sup> Trechos da entrevista concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

consiste na previsão das chuvas por meio do estudo e observação da natureza. Barbosa conta-me dessas previsões e garante que funcionam.

Ainda dentro das práticas ordinárias do convívio com a seca, soube com a senhora Maria de Fátima dos benditos e dos murmurinhos de uma comunidade que roubava santos para a vinda das chuvas. Ela me apresenta o espaço do sagrado em comunidades rurais do interior paraibano, onde o devoto e a divindade estabelecem uma relação íntima de trocas.

Ela me apresenta sua experiência nas memórias de infância no sítio Braga, cerca de 8 km da cidade. Filha de agricultores, nasceu e se criou no meio rural vendo esse fato se repetir. Ela se recorda tão bem do dia em que São José foi roubado e me traz detalhes desde a supressa da família ao notar que o santo tão estimado foi retirado do seu altar até o ato de sua devolução, quando se organizou uma procissão seguida de cantos, orações e benditos.

Estes colaboradores apresentam algumas das “artes de fazer” no convívio com as secas em seu cotidiano, nos mostra ainda que para tal fato homem e mulheres ordinários quebram regras socialmente imposta e inventa o seu cotidiano, com costumes e crendices por meio de regras próprias que validam seus modos de fazer.

### **Práticas populares e secas em Monte Horebe na década de 1970**

A religiosidade cristã é um dado real que faz parte do dia a dia dos sertanejos aqui estudados. É costume em que Azevedo (2002) afirma ter suas raízes desde a nossa colonização europeia. Porém, Hoornaert (1991), nos diz que ela não permaneceu sólida. Foi sendo reapropriada pelos sertanejos ao longo do tempo, a dando características peculiares. Essas mudanças podem ser observadas a partir de seus usos cotidianos que transcendem os elementos institucionais e dogmáticos pregados pela Igreja e tomam outras dimensões e apropriações no meio popular como nos mostra Hoornaert (1991):

Mas acontece que o catolicismo não é só instituição, ele é também expressão de vida e de sentimentos. Dentro da mesma instituição pode haver diversas maneiras de encarar a vida, os problemas sociais e morais, e pode haver antagonismo entre as diversas maneiras de ‘viver’ o catolicismo (HOORNAERT, 1991, p. 24).

O catolicismo, como parte da vida cotidiana de homens e mulheres do alto sertão paraibano, assume a “responsabilidades” ou o papel de atender demandas no nível espiritual de um povo que pertence ao mundo rural. Para esse fim ele é apropriado por esses agentes históricos de formas diversas e particulares a eles e se tornam expressão de uma fé popular.

As práticas do catolicismo popular caracterizam-se por ser algo destoante daquilo que prega os dogmas oficiais do seu culto. Estas expressões da religiosidade não abandonam os

elementos da Igreja católica que “ditam” a fé, mas a comunidade os reapropria de acordo com as necessidades do seu mundo, integrando assim os elementos do seu cotidiano no meio rural com os da fé cristã. Juntos, formam uma expressão única, com cultos próprios que são caracterizados pela ausência dos dogmas litúrgicos e por integrar práticas que não são comuns nos meios oficiais da religião. Seus devotos conversam e fazem apelos à imagem dos santos, dando-se um sentido real à vida na comunidade. Para esses indivíduos é uma forma de trazer o sagrado para mais próximo dos seus lares e de sua vida cotidiana (TAVARES, 2013).

Desse modo, o catolicismo popular repousa nos ritos sagrados destinados a santos e santas que, não necessariamente, foram canonizados pela Igreja. As crenças podem ser compreendidas como um “contato com um transcendente que, apesar de estar fortemente ligado ao institucional, ao mesmo tempo distancia-se dele, num processo de apropriação que muitas vezes marca um conflito simbólico na adoção de crenças e práticas não sancionadas”. Esse seria um dos caracteres sincréticos que o catolicismo assume no meio popular (ANDRADE, 2010, p. 132).

O catolicismo pode ser pensado como uma prática sincrética, quando entendemos que “o sincretismo, é um elemento essencial de todas as formas de religião”, e que se faz “muito presente na religiosidade popular”, como as procissões, a devoção aos santos da chuva e diversas formas de pagamentos de promessas (FERRETTI, 2007, p. 112).

Podemos ainda percebê-lo como o resultado de uma hibridização cultural, quando entendemos que as sociedades e as culturas, em algum momento, passaram por trocas. Toda a cultura deve ser compreendida como o fruto de um processo de diversos encontros, sendo impossível pensar uma cultura única que não sofre alterações por meio de apropriações de outras culturas (BURKE, 2010). Para o nosso caso, estão as práticas religiosas do furto dos santos e das previsões do clima que envolvem os dois elementos naturais e religiosos que aqui mostraremos como experiências familiares ocorridas na zona rural de Monte Horebe.

Sendo assim, o furto de São José, bem como as previsões de inverno feitas por esses sujeitos, podem ser entendidas como práticas culturais sincréticas por fazerem parte de um catolicismo popular que é fruto da interação de elementos de culturas e expressões religiosas diversas. Agrega, portanto, expressões culturais híbridas por agregar elementos de mundos distintos: um religioso, que cultua santos, e uma cultura do trabalho do homem do campo, que colhe e planta de acordo com as previsões pluviométricas trazidas por sinais da natureza.

Assim vemos que as experiências aprendidas e passadas entre os sertanejos assumem na cultura popular um papel importante por possibilitarem formas de convívio com a seca para além daquela imposta pelo mundo material citadas no primeiro capítulo da pesquisa. É

por meio desses elementos imagéticos que esses homens vão pedir chuvas e prever a sua chegada, tão importantes para a agricultura.

As chuvas (e a forma de lidar com a sua expectativa) é algo que, na cultura popular, está sob os designios de uma religiosidade. Tudo é vivenciado à sombra da fé. Mas como se verá, ela é a única maneira dos praticantes do sertão também ensinarem e aprenderem com as suas experiências mantidas nos seus espaços praticados cotidianamente.

### **Narrativas de uma experiência com as secas: o caso do “roubou” de São José**

*São José era o Santo principal daquele altar! Na casa de todos os agricultores, e como até hoje é, ele é um santo considerado o santo da chuva, o protetor dos agricultores.<sup>16</sup>*

De longe se escutava os benditos, cantos populares ligados à religião católica e que em suas letras revelam elementos de uma sociabilidade coletiva. Eles são entoados pelas mulheres que dizem: “A treze de maio na cova da iria, no céu aparece a Virgem Maria Ave, ave, ave Maria (...)”; “Meu divino São José, aqui estou em vossos pés. Dai-nos chuva com abundância, meu Jesus de Nazaré (...)”. Assim esses praticantes ordinários seguem as procissões, que se torna um verdadeiro cortejo, onde os devotos levam velas e terços nas mãos e rezavam Ave Marias e Santa Marias.

Em meio à procissão as crianças se misturavam entre os adultos. Logo à frente carregado em um andor, conduzido por homens da comunidade, estava a imagem de São José, padroeiro das chuvas, que em clima de festa retornava para o local de onde foi retirado. A notícia de que iria haver a entrega do santo “roubado” corria pela comunidade. Os preparativos para recebê-lo animavam a todas, e em clima de festividade o santo, por ter cumprido com sua missão, a de trazer as chuvas, retornava para sua casa.

O altar, para recebê-lo, estava pronto: flores de papel o enfeitavam; e o seu dono, em pé, o aguardava na entrada da sua casa.

*Aí o dono de São José, que era dono da casa onde o santo foi roubado, estava lá para receber ele na porta quando chegava e botar lá no lugarzinho dele. Era assim que acontecia<sup>17</sup>.*

As informações narradas acima fazem referência a uma das formas de culto aos santos adotados pelos praticantes do catolicismo popular na cidade de Monte Horebe, na década de 1970. Ela representa uma prática cultural de sociedades rurais, onde se tem a crença de que

<sup>16</sup> Trecho da entrevista de História Oral concedida por Maria de Fatima Queiroz de Assis. A entrevista foi realizada em sua residência, localizada no sítio Serrinha da cidade de Monte Horebe (PB), em 16 de março de 2020.

<sup>17</sup> *Idem.*

por meio do “roubo” de uma imagem de São José, a chuva torna a cair. O mundo simbólico do homem do campo e sua fé faz com que a tradição de roubar santos seja perpassada e ensinada entre a comunidade como um meio de sociabilidade de convívio com a seca.

Em seus lares, eles encontram meios de se aproximar dos elementos do sagrado por meio de altares de santos e oratórios, que têm um lugar especial em suas salas. Uma forma popular do catolicismo é criada pelo distanciamento da liturgia que é pregado nas igrejas: reza-se o terço, cantam-se os benditos e as procissões ocorriam sem a presença de clérigos. Todas as festividades religiosas, como as procissões para São José, eram organizadas pela própria comunidade, revelando que a tradição era partilhada por todos e faz parte dos seus ritos de sociabilidade coletiva das comunidades rurais.

Importante marcar, neste ponto da pesquisa, que o “roubo” de São José se apresenta como uma prática cultural comum em todo o sertão paraibano, e que faz parte de um dos ritos de sociabilidade de um povo campesino em tempos de secas. Apresenta-se, desse modo, como uma das formas de convívio adotado por comunidades para lidar com esse fenômeno da natureza em tempos difíceis.

Outras pesquisas apontam que os usos dessa prática, em cidades do estado da Paraíba, estão relacionados com o culto aos santos. Sousa (2018) afirma que o furto de São José na cidade de Pombal-PB tem relação direta com a ausência de chuvas em que nesses períodos há risco de perda da plantação, afetando a colheita de legumes.

Sendo assim, segundo Sousa (2018, p. 63):

[...] a tradição de “roubar” São José é uma manifestação religiosa que se relaciona principalmente às chuvas de início do inverno. Geralmente quando surgem, elas nutrem uma esperança nos agricultores que iniciam suas plantações. Posteriormente, as chuvas podem desaparecer ou entrar em períodos onde se tornam irregulares, algo muito comum no sertão nordestino e que põe as pequenas lavouras em perigo. (SOUSA, 2018, p. 63)

Observando desse modo, essa prática faz alusão a um dado real vivido de comunidades em situação de estiagem, e a fé é parte integrante do cotidiano, assumindo importante função para esses homens e mulheres ditando esse costume, onde as preces para a vinda da chuva são feitas em nome de São José.

Quando essas orações não bastavam, e a chuva teimava em não cair, apelava-se para outras práticas, como o “roubo” do santo, que ocorria em um momento específico, como mostrado anteriormente por Sousa (2018) e reforçado por a senhora Fátima:

*Aí quando a seca tava grande, que os agricultores já estava tudo aperreado, esperando a chuva e a chuva não vinha, aí roubava um São José de uma casa. Já roubaram da casa da minha mãe quando eu era criança, foi um alvoroço!*<sup>18</sup>

Importante marcar que o termo “roubo” usado pela colaboradora para explica o ato em que uma pessoa retira o santo de um altar que pertence à residência de outra família e assume outro sentido entre a comunidade e os seus praticantes. A Sr.<sup>a</sup> Maria de Fátima, ao me falar sobre sua experiência como espectadora e narradora de tal fato que ocorreu em sua residência durante a infância, nos revela a reação e os sentimentos que corriam em seu lar no momento em que o “roubo” era descoberto:

*Ave Maria! Quando Mamãe saiu pra fora, na sala, que olhou lá e estava só o localzinho do quadro de São José, que tinha sumido, aí mamãe "eita roubaram São José! Quem será que roubou?". (...) Aí quando o dono da casa ou a dona da casa percebia, estava lá, o localzinho do quadro de São José (...). Ai pronto, corria a notícia: Roubaram São José na casa de Fulano de Tal.*<sup>19</sup>

Quando um “roubo” de São José era praticado em alguma casa de família, causava um espanto momentâneo, revelando aí, novamente, a ambiguidade que a palavra roubo possui nesse contexto. Por ele ser considerado santo das chuvas e padroeiros dos agricultores, a própria comunidade que já tem entre seus costumes o furto de santos, não se preocupava com o sumiço da imagem nas suas residências.

O que se registra na fala da entrevistada não foi o ato em si do furto e do desaparecimento, mas o suspense sobre quem poderia ter efetuado o ato. Aquele rapto não consentido era feito na tentativa de pedir chuvas, que com sua ocorrência iriam beneficiar a todos da comunidade.

O “roubo” do São José, na sociabilidade de um povo com a seca, vai assumir uma função social bem definida e importante. Dentro da comunidade e entre os agricultores católicos que partilham dessa prática é por meio dele que se fazem apelos para a retomada das chuvas no sertão. Em momentos difíceis é no culto a São José que os agricultores se apegam.

Percebemos desse modo uma relação de troca existente entre devoto, divindade e sua relação com a sociedade, em que os santos assumem uma importância dentro da vida cotidiana dos populares, e que atribuem a eles qualidades que por meio de orações, promessas e penitências atende aos pedidos dos seus devotos.

Com São José notamos que a relação é um pouco mais complexa. Não bastavam as orações, que nem sempre eram atendidas. Como uma forma de fazer pressão ao santo, apelava-se para o seu “sequestro”, furtando a imagem de São José de alguma casa, e “ainda

<sup>18</sup> Trecho da entrevista de História Oral concedida por Maria de Fatima Queiroz de Assis em 16 de março de 2020. Onde a mesma me relata que esses roubos ocorriam nas comunidades durante os períodos de seca.

<sup>19</sup> *Idem.*

tinha a crença de roubar o santo e botar ele emborcado”<sup>20</sup>. Acreditava-se que o santo nessa posição ficaria desconfortável e para sair dela, mandava as chuvas.

Vemos que o catolicismo popular praticado por esses agentes sociais caracteriza-se por seus cultos serem feitos às “margens” da Igreja e com uma autonomia maior a ela em relação à instituição que não se faz presente nos cultos. A população tem a oportunidade de ditar o próprio enredo de sua religiosidade. Por isso notamos os elementos do cotidiano e do trabalho rural nesta prática.

Segundo Souza (2013, p. 5), no catolicismo popular:

Seus costumes e práticas são de caráter tradicional, sendo transmitidos de uma geração para outra e com eventuais alterações sendo vistas como sacrílegas ou como uma perda de respeito, e seus praticantes se situam, majoritariamente, entre os setores mais pobres e menos escolarizados da população, possuindo, ainda, profunda ressonância no meio rural (SOUZA, 2013, p.5).

Dentro desse contexto religioso, como uma prática comum do catolicismo no meio rural, essa prática mostra um tipo de relação que não é comum no catolicismo dito “oficial”. É na zona rural em que essas práticas são efetivadas, e se apresentam como um ato tradicional que sempre ocorre em momentos de aflição social de uma comunidade que passava pelo medo de perder as plantações e animais:

*Alguém que tenha coragem porque não era todo mundo que tem coragem de roubar né. Ai quem tinha coragem ia à casa da pessoa que viu o santo lá. “Vou esperar a oportunidade para eu rouba esse santo”. Ai quando tinha a oportunidade... Eram pessoas que frequentava a casa da pessoa, não era uma pessoa estranha né. Que não frequentava sua casa não, Sempre esses roubos eram pessoas que frequentava sua casa, gente da comunidade<sup>21</sup>.*

Segundo a tradição, o roubo deveria acontecer de forma silenciosa sem ninguém da comunidade saber: “Agora era um roubo que ninguém via ninguém dava uma notícia desse roubo”<sup>22</sup>. Percebemos, assim, a importância que tais práticas têm para com a comunidade, onde essa forma de culto é sociabilizada por todos.

E logo se espalhava na comunidade a notícia do roubo que plantava um suspense entre todos. Ao me relatar esse caso que ocorreu durante sua infância, ela me fez sentir os murmurinhos que corriam na vizinhança:

*Acho que eu tinha uns 8-10 anos. Porque eu me lembro do movimento todo como foi. Ai roubaram o Santo lá na casa da minha mãe, ai ficou aquele suspense: “Quem roubou o santo!”; ai ficava “Meu Deus, quem foi que roubou o São José?” “Quem roubou o São José?” Ai suspeitava de um suspeitava de outro sabe.<sup>23</sup>*

<sup>20</sup> Trecho da entrevista de História Oral concedida por Maria de Fatima Queiroz de Assis. A entrevista foi realizada em sua residência, localizada no sítio Serrinha da cidade de Monte Horebe (PB), em 16 de março de

<sup>21</sup> *Idem.*

<sup>22</sup> *Idem.*

<sup>23</sup> *Idem.*

O suspense era plantado na comunidade e, segundo a tradição, ele só seria quebrado nas primeiras chuvas, quando o santo era devolvido:

*Mas, só que a pessoa que roubava o santo... Só vinha na casa da pessoa dizer que tinham roubado o santo dele quando chovia, aí quando chovia aí vinham lá na casa da pessoa e dizia olhe fulano foi eu que roubei seu santo.<sup>24</sup>*

Percebemos que a prática do roubo dos santos era feita em momentos específicos. Não se furtava o santo todas as épocas do ano. Esses furtos aconteciam durante o inverno quando o período chuvoso terminava antes do esperado e existia o risco de perda da lavoura. Apelava-se a essa prática para a vinda de novas chuvas.

Com as chuvas de volta, finalmente o suspense era quebrado e o santo era devolvido:

*(...) vinha na casa da pessoa e dizia: olhe foi eu quem roubei seu santo. Aí nós vamos devolver tal dia, aí marcavam o dia da procissão para devolver a São José. Era um dia de festa.<sup>25</sup>*

O santo “era devolvido em procissão”. Toda a comunidade se organizava para celebrar a volta da chuva, e a entrega de São José para sua casa de origem. É uma tradição que integra os elementos da natureza, da fé e do homem, passada de forma vertical entre pai e filho e compartilhada circularmente na comunidade.

*Organizava o altar botava flor ou mandava fazer. Umas flores que tinha uma pessoa lá que fazia, as pessoas mandava fazer. Lurde de Pedro Dunga e outra que chamava se Olindrina de Zefa Dunga. O povo conhecia elas por esse nomes, era quem fazia aquelas arranjos de flores para enfeitar o santo. Para enfeitar o oratório para receber São José de volta (...).<sup>26</sup>*

Nesse depoimento concedido pela senhora Maria de Fátima ao revelar tais aspectos vivenciados por ela, nos mostra que na comunidade que ocorria os roubos todos se envolviam nas festividades de devolução dos santos, reforçando desse modo que tal prática era compartilhada por todos, também, como um momento festivo em agradecimento as chuvas que vieram. A comemoração da devolução do santo nos mostra o quanto a comunidade se envolvia para organizar a procissão. Era uma comemoração toda organizada pela comunidade. Não tinha padres em seu meio e é um rito todo ditado por aqueles homens e mulheres do campo.

*Ai era com festejo, com fogos, rezando cantando aqueles Canto da Igreja os bendito! Tinha o bendito de Nossa Senhora a 13 de maio (Cantando): "A 13 de maio na cova iria... no céu aparece a virgem Maria", é assim só que eu não sei cantar, "ave ave ave Maria, ave ave ave Maria", só sei essa partezinha, mas tinha várias.<sup>27</sup>*

<sup>24</sup> Trecho da entrevista de História Oral concedida por Maria de Fatima Queiroz de Assis. A entrevista foi realizada em sua residência, localizada no sítio Serrinha da cidade de Monte Horebe (PB), em 16 de março de 2020.

<sup>25</sup> *Idem.*

<sup>26</sup> *Idem.*

<sup>27</sup> *Idem.*



Vemos a integração da fé, homem e natureza, nos mostrando a relação do devoto e a santidade. Trata-se de um ritual que significa na prática uma verdadeira festa do povo com o santo.

*A pessoa que roubou o santo fazia aquele andor, que se chamava um andor. Não sei como que se chama hoje. Um andor, fazia andor muito bem enfeitado (...) aí vem aquela procissão a comunidade toda rezando cantando os hino, e vinha com vela, com fogos era muito bonito, era uma procissão normal pra devolver São José<sup>28</sup>.*

Nesse sentido, a procissão em seu aspecto social religioso assume a característica de comemoração e agradecimento a São José pelas chuvas que são atribuídas a ele. Representa ainda o pertencimento desses sujeitos a uma cultura e a uma religião, um culto feito longe da liturgia lida dentro das igrejas. Tais procissões seguiam nos caminhos de terra dessa comunidade.

Mas, e afinal? Quem roubou o santo da casa de “dona” Maria, a mãe de Sra. Fátima?

*Eram pessoas que frequentavam a casa da pessoa, não era uma pessoa estranha, que não frequenta sua casa não! (...) Quem roubou o santo foi Zé de Vicente, primo da minha mãe o homem que roubou o santo, que era vizinho da gente lá, aí ele veio dizer que tinha roubado o santo.<sup>29</sup>*

Mais uma vez, em um trecho da entrevista dada, ela reforça a hipótese de que o próprio ato de “roubar” o santo era uma prática social de convívio com a seca, tendo em vista que a chegada das chuvas iriam atender as necessidades de todos.

Assim, “Zé de Vicente”, quando colocou em prática o “roubo do santo” fez em nome da comunidade, que passava pelo medo de perder as colheitas na década de 1970. Era um ato de misericórdia, aonde se pedia a intercessão do santo através do seu roubo. Interessante mostrar que essas lembranças registram-se na memória social da comunidade e revelam o seu teor real como um dos elementos que dão identidade aos sertanejos agricultores que vive em comunidade e mostra sua relação com os fenômenos da natureza e da fé.

### **Experiências de inverno: a etnoclimatologia**

*“Mandacaru quando “fulorá” na seca é o sinal que a chuva chega no sertão...” (Xote das Meninas, Luiz Gonzaga)*

A etnoclimatologia, ou experiências de inverno, como é apropriada no meio rural, se expressa enquanto um conjunto de saberes e práticas, de homens e mulheres que vivem no meio rural e que são resultantes da sua relação com a natureza em seu cotidiano. No Nordeste

<sup>28</sup> Trecho da entrevista de História Oral concedida por Maria de Fatima Queiroz de Assis. A entrevista foi realizada em sua residência, localizada no sítio Serrinha da cidade de Monte Horebe (PB), em 16 de março de 2020.

<sup>29</sup> *Idem.*

brasileiro e nas comunidades rurais da cidade de Monte Horebe é um saber tradicional, transmitido de pai para filho que de forma sensível buscam promover a previsão do tempo através dos sinais da natureza, por meio da sua observação empírica.

Conhecidas também como “experiências de inverno”, os resultados obtidos por essas observações preveem o ano que está por vir, onde a ausência ou a presença dos sinais de chuva são utilizados para classificar o ano vindouro como bom ou ruim.

É o caso da experiência de inverno que analisa a “barra” do ano:

*Tem a barra do ano, é assim... Essa aí é uma experiência dos meus avôs. É assim, dia de ano é o primeiro dia que entra o ano novo, se chama o dia de ano, aí é o seguinte a barra do ano: o caba se levanta cedo antes do sair do sol, aí vai para uma cabeça de serra desse que ele veja o nascente todim, os dois canto do nascente. Se tiver uma barra bem feita no nascente por volta de 7 horas da manhã, até às 8 horas. Na experiência dos antigos o ano é bom de inverno. Agora se não tiver aquela barra o ano é de variado a seco. Isso aí já aconteceu muito, a experiência é boa. Acontece de eu fazer essa experiência muitas vezes e é certo mesmo.<sup>30</sup>*

A barra do ano é um fenômeno climático, que segundo a tradução, deve ser observado antes dos primeiros raios de sol se formar mais ou menos às 5h da manhã no dia primeiro de janeiro. Consiste em uma faixa de nuvens que se forma ao leste no “nascente” do sol. Homens e mulheres acordam cedo, vão para um lugar privilegiado que possam observar essas nuvens e o tempo; uma boa barra, com indicativos de chuvas, consiste em nuvens negras “carregadas de água” que se posicionam de forma horizontal: quanto mais escura forem, mais chuvas se esperam para o ano.

Essa “ciência popular” é e foi importante para as comunidades rurais por poder promover uma previsão do inverno, onde o sertanejo por meio delas prepara o seu cultivo conforme esses “prenúncios” do tempo. Nessas práticas diárias de convívio com a seca o homem se faz de suas vivências, observações e relações como o meio em que está inserida para retirar conclusões. Trata-se de uma cultura do povo e da terra, adquirida com o tempo e com as suas experiências: um mecanismo criado e perpassado por esses sujeitos para lidar com as secas.

Percebemos a construção de uma tradição que é socializada em comunidade e que de forma oralizada é endereçada ao outro com a finalidade de perpetuação de um saber. Saber esse que diz respeito às vivências de homens sertanejos e o seu convívio com os períodos secos e de estiagem, que de algum modo afetam ou ditam as ações de homens por meio das previsões.

---

<sup>30</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

Quando o senhor José é questionado sobre a eficácia de tal saber e o seu valor social, ele afirma que as previsões assumem o lugar de um saber tradicional, quando ele é transmitido de forma linear nesta comunidade; bem como assume o lugar da experiência do transmissor quando ele é compartilhado com mais maestria pelos mais velhos ou “pelos antigos” como ele expressou anteriormente.

*Já usei todas elas! Todas elas dá certo. Porque isso ai é experiência dos meus avós, meus pais. Eu vi muitos anos, muitas vezes eu assisti eles fazer. Ai a gente aprende com os pais da gente. Com os mais velhos a gente aprende as coisa.*<sup>31</sup>

No trecho ele nos faz revelar que as experiências de inverno é uma tradição oral que é resultado de experiências e saber dos mais velhos que é passado aos mais jovens. Tal afirmativa revela que o saber desses camponeses transforma-se com o passar do tempo, tendo em vista que ele é formado, também, pelas experiências de cada sujeito que a compartilha. Assim em uma só tradição oral diversos fios se unem e interligam-se formando um tecido híbrido.

O senhor Jose Barbosa ao me falar da maneira a qual adquiriu o saber das previsões de tempo por meio da leitura dos sinais da natureza, ele destaca a importância da observação dos seus pais e avós. Ou seja, um processo de aprendizagem que se desenvolve por meio da observação e da prática. Este costume faz-nos refletir sobre a importância da comunicação na perpetuação desse saber, que sempre é feita com mais sabedoria pelos mais velhos devido às suas experiências com a vida, e que de algum modo lhe proporcionou os saberes que são transmitidos aos mais jovens.

Assim como nos diz Benjamin (1994), ao se referir a memória e tradição:

A experiência sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a pais e netos (BENJAMIN, 1994, p. 117).

A todos nós foram contadas histórias em momentos de lazer, em uma prosa com os amigos ou com os mais velhos, sejam elas histórias verdadeiras como as de vida que carregam experiências reais ou as que têm teor de falsa verdade como nos contos, que também nos dão ensinamentos. A experiência ela é herdada e perpassada de pai para filhos e em comunidade por meio de diversos tipos de narrativas que transmitem experiências aos receptores. A transmissão das experiências é a preocupação principal de Walter Benjamin (1994) em sua obra “Experiência e pobreza” ao ressaltar a importância delas para que os saberes não se percam com o tempo e possam ser transmitidos e vivenciados por outros.

---

<sup>31</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

Com as experiências de inverno não seria diferente. Elas foram sendo ensinadas e transmitidas às crianças pelos seus pais e avós, “mostrando que narrativas sobre a natureza se coadunam com suas histórias de vida, ambas adquirem novas formas quando os profetas se tornam adultos” e essas observações da natureza podem ser mudadas de acordo com cada experiência singular do sujeito, reforçando que as previsões de inverno são um saber adquirido por meio de observações e experiências de cada sujeito, onde cada um tem sua forma de entender os sinais do tempo (PENNESI; SOUZA, 2012, p.163).

São elas objeto de atenção do sertanejo: os dias de santos, os coqueiros, as árvores que “choram” e os fenômenos astrológicos da barra do ano, que também foram utilizados pelos colaboradores para construir sua narrativa e me falar sobre essas experiências.

*Outra experiente boa: se você vê um pé de árvore no final do ano, Novembro/Dezembro e ele chorar. O pé de árvore ele estando folhadinho chora. Você fica de baixo dele e chovendo, aqueles pinguinho de água mesmo da árvore, ali é um sinal bom para o inverno.*  
*Outra também! Você vê esses catolezerio da serra? Se eles botaram muito cacho de coco em dezembro, eles têm muito cacho de coco dependurado deles é um sinal bom para o inverno e se ele não tiver, e tá pelado, não carregar de jeito nenhum, ai é um sinal fraco para o inverno.<sup>32</sup>*

Os elementos religiosos não ficariam de fora dessas previsões. Eles também integram o mundo simbólico desses sertanejos e os auxiliam, servindo de referência para esses indivíduos.

*Se chover dia de São José, ou mesmo que não chova e se houver relâmpago, ou chuva para algum canto, escutar um trovão é uma experiência boa para o ano e se você não vê não é boa. Se não tiver chuva, se não tiver relâmpago nem trovão a experiência é fraca.<sup>33</sup>*

O sertanejo se faz de um conjunto de elementos e sinais próprios do espaço que conhece e convive com ele cotidianamente. Essas observações e suas narrativas construídas sobre elas dão voz não somente à construção de um saber, como também das histórias de vida e da lida com a terra.

É importante destacar que através dos relatos orais dos colaboradores confirmamos que o clima não é um fator determinante que molde as ações humanas. Defendemos a perspectiva de que os fatores climatológicos e naturais observados e vivenciados por ele influenciam suas ações.

Essas previsões assumem um papel social quando são compartilhadas em comunidade, tendo em vista que todos usam da mesma sabedoria para guiar melhor suas ações. Ao longo do ano prepara-se a terra, deixa-a pronta a espera dos momentos ideais para serem semeadas.

<sup>32</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

<sup>33</sup> *Idem.*

Essas ações são guiadas pelos sinais das chuvas que estes homens e mulheres <sup>34</sup>observam de forma atenta; essas, entre outras experiências que são utilizadas para fazer os prenúncios dos anos, vão nortear as relações do homem com o espaço e o plantio que será feito. Trata-se de uma relação íntima que é estabelecida entre esses homens e mulheres e a natureza.

Etnoconhecimento, uma “ciência popular” relativa às questões de previsão de tempo está entre os costumes dos moradores da cidade de Monte Horebe, que compreendem o tempo e a previsão de clima como uma ferramenta para o trabalho. Por tal motivo esse saber popular se mantém vivo até os dias de hoje, pois utilizam tais conhecimentos na lida diária com o campo. E quando tudo dá certo, e os meses chuvosos compreendidos entre janeiro e julho ocorrem de forma regular, às colheitas acontecem abundantemente no mês de maio: “*Mês de maio você já teve todos os sinais se o ano é bom ou ruim. Porque mês de maio já tem criado milho feijão, você já está com a casa cheia, se não tiver havido inverno você não tem nada dentro de casa*”.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Apesar de existir mulheres que praticam tal saber, esta arte, as previsões de inverno são compartilhadas e praticadas como um saber eminentemente masculino.

<sup>35</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

## CAPÍTULO 03:

### *As experiências com as políticas públicas de 1959 a 1985*

#### O início das emergências

*Era um presidente muito bom. Juscelino Kubitschek na época, no ano de 58 o presidente do Congresso foi ele. Ele foi bom viu, alistou menino homem, todo mundo, criança, jumento até o jumento eu te juro como ele alistrava o jumento (...).<sup>36</sup>*

Foi durante o governo de JK que foi lançado o Decreto nº 43.558, de 22 de abril de 1958 autorizando a execução de obras de emergência em “estados do Nordeste flagelados pelas secas”.

O decreto:

Considerando que, conforme foi verificado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, várias regiões dos Estados compreendidos no "Polígono das Secas" continuam sofrendo as consequências de grave crise climática, que, pela sua intensidade e pela extensão da área flagelada, impõe o socorro imediato da União, através de obras de emergência e de serviços de assistência às populações da zona seca (BRASIL, 1958).

Vemos que o investimento que foi direcionado para a região Nordeste, tendo por base a verificação da necessidade de “várias regiões dos Estados compreendidos no ‘Polígono das Secas’ que continuam sofrendo as consequências de grave crise climática” justificou o investimento “pela sua intensidade e pela extensão da área flagelada, impondo o socorro imediato da União, através de obras de emergência e de serviços de assistência às populações da zona seca” (BRASIL, 1958).

O ato do poder executivo que destinou cerca de 50 milhões de Cruzeiros para serem investidos em obras públicas geridas pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e pelo 1º Grupamento de Engenharia, chegou até a cidade de Monte Horebe e marca o início de uma saga que perdurou até a segunda metade da década de 1980, aonde foram construídas algumas obras públicas paliativas, de caráter assistencial e temporário, que na maioria das vezes não conseguiam de forma efetiva solucionar o tão famigerado “problema do polígono das secas”.

O trabalho nestas obras seria exercido de forma direta pelos sertanejos que passaram a apropriá-las dentro do cotidiano do meio rural, que na prática constituísse como uma forma de negação do fenômeno das secas por meio de obras públicas ineficazes e mantenedoras de uma elite local. Que chegam até esses homens de uma forma perversa, fruto de um intenso

---

<sup>36</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

processo de exploração da seca e da miséria de uma população que é cada vez mais submetida a essas formas de dominação.

A seca e a pobreza, a partir desse momento, tornaram-se de interesse do estado. Observamos que na medida em que essas camadas pobres eram evidenciadas por tais políticas, existia um movimento contrário que precarizava o sujeito tornando-o flagelado e ocultando, muitas das vezes, o seu protagonismo.

A criação de leis que iriam liberar verbas para os indivíduos chamados de “flagelados” vinham com a intenção de minorar os efeitos das secas e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos homens e mulheres que fossem assistidos por essas ações. Mas me vem o questionamento sobre até que ponto essas políticas assistencialistas ajudavam esses camponeses e em que medida precarizava sua qualidade de vida, expondo-os em situações insalubres e em condições de trabalho desumano.

Mal se imaginava como essas políticas seriam recepcionadas dentro do cotidiano de homens, mulheres e crianças do meio rural da cidade de Monte Horebe de uma forma particular; e até que ponto elas têm a capacidade de alterar seu cotidiano. Aqui entendemos essa “submissão” como uma forma de adaptar-se a uma nova realidade que é imposta por um sistema dominante, o que não implica dizer que esses agentes históricos deixam de resistir. Sobre uma nova realidade, que se desenvolve a sua frente, eles inventam novos modos de fazer no seu dia a dia para lidar com as mudanças.

Em Monte Horebe foram feitas várias obras, como a “rodagem de barro” (estrada de terra) que liga essa cidade a de São José de Piranhas, na Paraíba, obra que data o seu início, segundo os relatos orais, no ano de 1958. Até a década de 1980 foram feitos açudes, como o do sítio Serrinha; asfaltamento de rodagens de barro durante a década de 1970 como a da rodovia estadual PB-400; e a construção de um açude para abastecimento da cidade. Paralelamente a essas construções existiram os campos de trabalho específicos para mulheres, que quebravam pedras para fornecer britas para essas obras.

O trabalho de menores é uma das marcas deixadas na memória dos nossos colaboradores, e são as primeiras lembranças narradas por eles. O trabalho infantil, como se verá, já era uma realidade no meio rural, onde nas atividades de agricultura familiar é comum às crianças, desde cedo, estarem inseridas no mundo do trabalho; e uma cultura já existente se transpõe para esse espaço de forma silenciosa, ao ponto de tornar-se muito comum encontrar crianças nos trabalhos emergenciais.

## Memórias de infância (1959-1965)

Nunca ficamos passivos diante de uma fotografia: ela incita nossa imaginação, nos faz pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem. Um indício, um fantasma, talvez uma ilusão que, em certo momento da História, deixou sua marca registrada, numa superfície sensível, da mesma forma que as marcas do sol no corpo bronzeado, como lembrou Duboi (MAUAD, 2005, p,15)

As imagens, como nos falou Mauad (2005), têm o poder de despertar sobre nós curiosidades e inquietações que nos faz refletir sobre uma realidade que ali foi montada e exposta na fotografia. Comigo não seria diferente. Quando me deparei com a IMAGEM 02, questionava-me sobre os homens que nela estavam representados, o que faziam neste local e de onde eles eram. Intrigava-me na imagem a presença de uma criança, que deduzi ser uma pelo seu tamanho: o que ela fazia no meio desses homens, apenas posando para fotografia?

**IMAGEM 02:** Frente de Emergência em área rural entre Monte Horebe e São José de Piranhas.



**FONTE:** Autor desconhecido. Foto cedida pelo acervo familiar do Sr. Rosendo Pereira de Assis. A fotografia foi realizada entre as décadas de 60 e 70 do século XX.

Esse “dado de materialidade que persiste na imagem”, às vezes ambígua, aos meus olhos foi confirmado pelos relatos orais que seguem mais adiante, sim crianças trabalhavam em obras públicas como as Frentes de Emergência.

Desse modo, entendemos que o sentido da infância (s), como fase importante para o desenvolvimento da pessoa e como lugar que resguarda para o sujeito a proteção, amor e carinho é uma invenção um tanto recentes. A concepção de infância e de criança esteve muito



relacionada aos aspectos da cultura que essa sociedade compartilha ao longo de sua existência e, portanto, estão sujeitas a sofrer mudanças ocasionadas por elas, que trata de alterar costumes para um novo contexto de apropriação, portanto nos cabe utilizar o termo infâncias no plural.

Segundo Del Priore (2013), as classes mais pobres, como por exemplo, os filhos de camponeses, não tinha acesso à educação formal, e o que ficou resguardado para essas crianças foi o trabalho na agricultura familiar, onde aprendiam desde pequenos a lida com o campo: cultivar, plantar, colher e pescar. No século XIX, como aponta a autora, “a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares” (DEL PRIORE, 2013, p. 10).

Vemos que na organização social das comunidades rurais, ao menos no período abordado, era comum a criança trabalhar junto a sua família nas atividades agrícolas, inserindo-o o mais cedo possível no trabalho para ajudar no sustento da família. Quanto maior a mão de obra, maior era o rendimento. Nessa ótica, as crianças trabalhavam assim como os adultos. Tratados sem distinções, a criança e a infância não possuíam o mesmo sentido que possui hoje.

Na tentativa de tornar-se um cidadão útil para essa nova forma de convívio com a seca, o trabalho infantil, que já existe no berço das famílias camponesas, se transpõe para as Frentes de Trabalho Emergencial. Foi em uma destas obras públicas que o senhor José Barbosa participou durante a sua infância junto a seus irmão e amigos da mesma faixa etária. Ele me relata suas primeiras memórias de infância como ser atuante nessas obras.

*A seca mais difícil que eu já passei por ela foi a seca do ano de 1958. Eu tinha meus 10 anos de idade e eu me deslocava aqui da Serra Verdade mais meu pai (...) e ia trabalhar lá no Pinga*<sup>37</sup>.

Observamos que, conforme os relatos orais mostram, as crianças do sexo masculino eram postos nestes trabalhos e, assim como nas roças, eram acompanhados e supervisionados pelos seus pais: “Era eu, o irmão meu encostado a eu alistrado, meu pai e 2 jumento, nos era 5 pessoas. Era nós três: eu, meu irmão e meu pai e dois jumento”<sup>38</sup>. Todos da casa, inclusive a força animal, eram deslocados para as emergências, assim como nas suas atividades agrícolas diárias.

---

<sup>37</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

<sup>38</sup> *Idem*.

Em meio às secas e as obras públicas, essas crianças exerciam aquelas tarefas que o corpo o permitisse, como se vê:

*Eu trabalhava ali, eu seu avô Rosendo, Mané da paz, Chico da Paz, Antônio da Paz, eu já contava 10 anos de idade e trabalhava, trabalhava carregando carro de terra não podia com o carro cheio, Mas aí eu carregava meio carro. Tinha que trabalhar que era para receber o ponto e aí de 30 em 30 dias vinha um pagamento<sup>39</sup>.*

Quando o colaborador nos relata as suas atividades, vivências e experiências nos campos de trabalho das emergências, percebemos que as memórias desses sujeitos revelam que o trabalho infantil era uma prática comum, que apesar de já estar sendo discutidas e criadas leis nesse aspecto de proteção à criança e do direito a infância, elas atuavam com seus corpos frágeis em meio aos adultos e nessas obras trabalhavam condicionados a um pagamento, que era retirado pelos seus pais.

Quando buscamos os arquivos privados do senhor Rosendo Pereira, falecido no ano de 1991, citado pelo senhor José Barbosa, deparei-me com uma imagem bem particular que nos faz refletir sobre a realidade vivenciada no cotidiano dessas crianças de sexo masculino; observando desse modo que o trabalho infantil nessas obras foi vivenciado pelo senhor Rosendo e pelo seu filho ao longo dos anos de 1959 a 1974/5.

Apesar de o ato fotográfico partir do olhar e do enquadro do seu produtor, podemos pensá-la como uma das várias formas de representação do real. Esta leitura nos auxilia na compreensão dessa realidade exposta, pois a fotografia dá cor, vida e sentido a esses nomes e a essas falas que aqui foram trabalhadas. Por meio da imagem e dos relatos orais podemos analisar o sentido da infância e do ser criança atribuídos para esses indivíduos.

Os relatos orais combinados com os elementos da imagem nos faz pensar de forma mais clara sobre a realidade dessas crianças nestes trabalhos. Vemos corpos frágeis, magros, mal vestidos; meninos homens que foram amadurecidos pela obrigação do trabalho. Estáticos na fotografia, esbanjam a masculinidade que o trabalho exige. Ali carregavam pedras, cavavam alicerces, e faziam o que era permitido ao seu corpo e ao seu tamanho.

Observando a IMAGEM 02, fica muito difícil de imaginar como essas crianças (pequenos homens) eram submetidas por sua família a um trabalho que requer responsabilidade de adultos (homens grandes), trabalhando em meio a um espaço insalubre e de difícil acesso.

Poucos são os elementos que diferem a criança que se encontra ao centro da imagem dos demais homens jovens da foto, a não ser o seu tamanho e a peixeira, um símbolo de

---

<sup>39</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

masculinidade que não está na sua cintura. Do trabalho à forma de se vestir é difícil enxergar uma criança como hoje a concebemos. Esse é o verso da realidade que pouco é mostrado ou conhecida. Não sabemos quem são esses homens, seus sonhos e muito menos suas alegrias. Não sabemos se possuem algum parentesco, mas possivelmente a criança posicionada ao centro é filho do dono do arquivo, com idade provável de 12 anos.

Aos meninos era posto o trabalho assim como aos adultos, que acompanhados dos seus pais iam para essas obras a pé. A forma que esses relatos são externados nos faz perceber que o trabalho infantil era algo comum no meio dessas obras, permitido pelos seus responsáveis e tido como algo positivo para esses sujeitos, pois estavam obtendo alguma remuneração com ele. O estranhamento para tais atitudes é desmistificado quando observamos que o que houve foi à transposição dos trabalhos nas roças, que já era comum, para as atividades nos emergências, marcando mudanças, pois a partir do momento que tal prática começa a se desvincular do seu contexto cultural de ocorrência se estabelece a exploração do trabalho infantil. Essas crianças, seus pais e a própria comunidade passam a lidar com uma nova realidade que é experimentada ao seu modo que implicou mudanças e readaptações dos seus padrões de cultura e organização social.

Para as crianças do sexo feminino, o trabalho não era posto. Especificamente, os campos de emergência (as obras públicas), era um espaço masculino. Entre os trabalhadores não existiam mulheres em seus meios, a não ser em tarefas domésticas, como no preparo das refeições nos barracos. Apesar disso, não as impediu de essas meninas frequentassem o espaço de trabalho e presenciar as experiências junto a sua família.

Foi assim que no ano de 1965, Arlete teve suas primeiras experiências com as Frentes de Trabalho Emergencial, na categoria de expectadora do trabalho de cozinheira sua mãe.

*Bem, quando era menina eu andava mais minha mãe nas primeiras emergências, tinha 7 anos de idade e eu vinha. Ela era barraqueira fazia aquela barraca para fazer comida para os... Como é que chama? Os cassacos! Chamava os cassacos. Ai eu vinha da pedreira para a aqui pá bem pertim aqui Poço Cavallo mais minha mãe. Aí nois almoçava, faziam o Baião de Dois e aí voltava para casa todos os dias. Ela era responsável e fazia a alimentação dos cassacos que se se chamava cassaco<sup>40</sup>*

Nos campos de trabalho ela vivenciou com seus olhos a atuação de homens nesses espaços, e em sua lembrança ficou registrado o sabor da comida que sua mãe preparava para os “casacos”. Ali ela conheceu um espaço que futuramente nas décadas de 1980 iria atuar como quebradeira de pedra, das memórias de sua infância ela se recorda com muito

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe(PB).

saudosismo da sua mãe e do sabor do baião de dois, preparador por ela, que alimentava aqueles trabalhadores.

Esses dois dados são apenas um fragmento de uma realidade que muitos passaram na cidade Monte Horebe. Interessante observar que essas lembranças e esses trabalhos foram vivenciados por essas crianças como parte dessa realidade. Eles entendiam como era a rotina, o alistamento desses sujeitos e como funcionavam essas obras.

Toda a família compartilhava dessa realidade, os seus animais de carga como jumento e burros participavam das obras de emergência e os seus donos recebiam pelo aluguel dos animais, que recebiam nomes humanos nas litas de chamada.

*Agora tinha que colocar o nome de uma pessoa nos jumentos. Quando o apontador vir chamar, chamar o nome daquele jumento como que se ele fosse uma pessoa. O jumento ia, e tinha que ir por trecho que era para o apontador ver aqueles jumentos lá. Os jumento tudo arriado. E aí vinham uma pessoa que fotografava, não sei de onde vinha, não sei se de João Pessoa, quando chega os jumentos tava tudo em ordem, os donos do jumento tudo ali em frente, ele fotografava. Essas coisas eram tudo filmado no pé do trecho do trabalho<sup>41</sup>.*

Observamos que o senhor José Barbosa nos apresenta uma hierarquia de trabalho nas Frentes de Emergência, aquele espaço era, de certa forma, controlado, manipulado e coordenado por homens que estabeleciam ordens para os “cassacos”. As obras distribuídas pela SUDENE, órgão responsável por estudar e aloca-las em pontos estratégicos as obras.

A nível local, órgãos como Departamento de Estradas e Rodagens, seja municipais ou estadual, ou outros órgãos como, por exemplo, o Exército, ficavam responsáveis por fiscalizar e executar as obras nos municípios. Dentro do campo de trabalho existiam outro tipo de hierarquia, relacionada ao controle e fiscalização do trabalho *inlocus*, tais como comandantes geral das obras, diretamente subordinado ao órgão de execução ou prefeituras, os apontadores reesponsáveis, pela frequência dos trabalhadores braçais, e na base dessa hierarquia estavam os cassacos

Entre todas essas relações, na base da hierarquia, encontravam-se os sertanejos, que se adaptavam da forma que fosse melhor para conciliar a sua vida cotidiana com seus afazeres domésticos e da agricultura com os trabalhos emergências. Esse quadro exposto repetiram-se em outros momentos na cidade de Monte Horebe das décadas de 1960 a 1980.

### **“Água, rapadura e farinha para eles”: um socorro paternalista (1965 a 1983)**

Foi dentro de um cenário de secas que se agravavam cada vez mais que homens começaram rodear a cidade de Monte Horebe, tumultuar os espaços públicos e ameaçavam

---

<sup>41</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

invadir o mercado central. Não se sabe bem de onde vieram esses homens: se de Santa Fé ou de outras localidades, de certo era homens do campo trabalhadores rurais, que por meio da pressão social exigia dos poderes públicos locais respostas as suas demandas.

[...] acúmulo dos flagelados em toda cidade e, inclusive aos arredores da Prefeitura e Câmara de Vereadores, forçando o presidente e os demais vereadores a suspender a reunião e tomarem providências no sentido de amparar a situação dos flagelados naquele dia<sup>42</sup>.

Os dados do legislativo, como se vê, fez menção à ação de camponeses dentro da cidade de Monte Horebe no ano de 1983, mas não se faz revelar de que forma foi solucionada a situação. Quando nos deparamos com os relatos orais, ela nos fala que esses homens vinham de todas as partes da zona rural da cidade e que eles exigiam emergências, que aqui na cidade de Monte Horebe se resumia a obras públicas que podiam empregar esses homens.

Diante da situação, então vem à tona a resposta paternalista de um tipo político com características de coronel: “*Bote ali que eu vou ajeitar a alimentação para eles*”<sup>43</sup>; uma fala registrada na memória da colaboradora que expressa bem o papel que o poder público local assumia diante dessas situações, as respostas que não foram evidenciadas se resumiu a oferta de alimento para sanar fome e permanência das obras de emergências, mecanismos de controle social que evitou uma possível revolta em meio à cidade.

Dentro desse cenário, vemos que as políticas públicas Frentes de Emergência na prática foram utilizadas como um mecanismo político para assistir os flagelados das secas. As governanças locais se faziam desses socorros públicos, também como um modo de silenciar possíveis revoltas que poderiam ser ocasionadas. Estamos falando de um período em que eram bastante comuns os saques em feiras públicas, essa era uma das ameaças que estava preocupando o poder local e a vizinhança, o medo de invasões, que prontamente ajudaram esses homens para “conter possíveis revoltas”.

*Aí abriram o mercado público. Luiz deu farinha e rapadura. E nós, todo mundo ali vizinho ali perto do mercado, lá de casa a gente levando água para os home para tomar água.*<sup>44</sup>

Atender as reivindicações da população era necessário, apesar do modo que seria feito, não importava se estaria de fato produzindo efeitos que pudessem solucionar problemas ou se eram apenas uma medida paliativa que pudesse ajudar de forma momentânea à população que passa por a fome e a necessidade de empregos.

<sup>42</sup> LIVRO DE ATA 02. Ata de reunião da câmara de vereadores de Monte Horebe do segundo período legislativo aos 20 dias de setembro de 1983, p. 97.

<sup>43</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe (PB).

<sup>44</sup> *Idem*.

Essa ajuda que a sociedade esperava foi solucionada com alguns punhados de farinha, rapaduras e copos de água, as obras das emergências foram acionadas, mas rápido elas acabam, caso contrário o sertão se tornaria um verdadeiro canteiro de obras intermináveis.

*No outro dia lá ele tomou providência, foi no outro dia (pausa) eles se controlaram quando foi outro dia Luiz Pedrosa fez para cada um a feira distribuiu a feira eles foram pra casa. Ai pediu emergência novamente ai veio emergência<sup>45</sup>.*

A partir desse momento inicia-se, mais uma vez, a saga de um assistencialismo precário que foi prestado para aqueles homens e mulheres do campo, onde a resposta do poder público se resumiu na oferta de alimento e um trabalho temporário.

### **Tornando-se flagelados: convívio e cotidiano entre as obras públicas e a lavoura**

Observamos esse dado quando notamos que os agentes sociais não questionam o porquê do poder público os submeter a um trabalho insalubre que rendia tão pouco.

*Mas um pouco que agente comprava uma feira um mantimento, vinha uma sexta básica que eles davam, o governo do estado mandava essas sextas básicas e despachava ai em Monte Horebe e todo trabalhador que tava na frente de emergência recebia uma sexta básica daquela, quando era para receber ia tudo para rua, tinha o dia de receber a sexta básica, só era sexta, agora no dia do pagamento só era pagamento não tinha outra coisa<sup>46</sup>.*

Desse modo, percebemos que as Frentes de Trabalho Emergenciais e toda ajuda vinda do governo está registrada na memória dos colaboradores como uma assistência precária, que não solucionava as demandas da sociedade e tem um caráter de complemento. É interessante observar que os colaboradores não se lembram da política pública como um trabalho, mas como uma assistência que lhes fornecia alguns subsídios complementares. Reforçam essa perspectiva quando os colaboradores se recordam da água, da fome e do pagamento, e afirma que o sustento vinha da roça e não das emergências.

Vemos uma via de mão dupla: um governo que mal administrava as verbas destinadas para ações emergenciais e as medidas tomadas que eram aplicadas de forma paliativa, resolvendo temporariamente os problemas de uma sociedade que, quando era assistida por esses socorros, continha possível revolta como os saques a feira pública mostrada no capítulo 01. Vemos que essas medidas assistências nem sempre eram efetivas porque não conseguiam dar respostas eficazes à falta de água: construíam açudes que secavam, e atendiam interesses políticos eleitorais e abriam estradas que nem sempre eram utilizadas ou necessárias.

<sup>45</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe(PB).

<sup>46</sup> Entrevista concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

O alistamento desses homens era intermediado pela Prefeitura Municipal, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, ligada ao governo estadual, e o Exército Brasileiro. Eram essas instituições que comandavam o trabalho e faziam a supervisão e o alistamento dos trabalhadores. Pouco se sabe como funcionavam as seleções dessas pessoas para trabalhar.

*Era na prefeitura. Era assim, vinha. No tempo do exército, o exército que vinha para a prefeitura. Então o exército vinha e falava com o prefeito: “tal dia você junte o povo do município que nós vem alistar o povo”. Pronto, ali o Prefeito já estava sabendo. Tinha uma Difusora velha na frente da prefeitura e o prefeito anunciava por aquele alto falante, todo mundo que tava na feira tava escutando, os que estavam na feira avisavam para os que não tava na feira, quando era no dia todo mundo já sabia. Descia era o eilmo de gente para se alistar. Era nesse rojão, todo mundo se alistando, ai depois que se alistava ai ai ia aqueles nome daquelas pessoas para Brasília, tinha os comitê das lista de nome<sup>47</sup>.*

Vem-me em mente como corriam essas notícias, de que forma esses homens e mulheres procuravam a prefeitura para se alistarem. Será que chegavam a todos? Como escolhiam essas pessoas? Quem era esse comitê? Respostas que nem os colaboradores sabiam dar. Sem dúvida mecanismos eram usados para de algum modo assegurar ajuda de familiares e parentes de políticos. Ouvi muitas histórias informais de pessoas que não trabalhavam e apenas recebiam os rendimentos, enquanto outros se submetiam a condições desumanas de trabalho.

Foi no ano de 1970 que foi empreendida uma emergência para construção do “Açude de Aldo” e o asfalto da PB-400 no trecho que passa em Monte Horebe. Os colaboradores me falam que o trabalho infantil existia apenas para as crianças do sexo masculino, obra da qual existem vários relatos desses trabalhos, que como mostrado anteriormente já era uma prática comum desde o ano de 1958. As obras eram temporárias, poderiam durar anos ou meses, mas eram intercaladas por várias chamadas para esses trabalhos. Vemos que entre os anos de 1958 até a década de 80 houveram atividades intensas e interrompidas de obras de emergência.

Mulheres trabalharam nessas obras como quebradeiras de pedras, algumas inclusive grávidas. Elas faziam britas para essas obras. Pedras que foram quebradas e não foram utilizadas, o serviço era apenas um modo de assistir o flagelado para não receber os pagamentos sem trabalhar. Provavelmente com esse material, ainda na década de 1980, foi feita a construção do Açude da Serrinha, conhecido como açude da emergência, obra que o senhor José Barbosa trabalhou.

Foram nessas obras que esses indivíduos, sertanejos da cidade de Monte Horebe, protagonizaram essas experiências que em suas memórias se registram de maneiras diferentes.

---

<sup>47</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

Por meio dos relatos orais veem a tona várias representações desses trabalhos, reforçando o caráter particular dessas vivências. Os trabalhos nas emergências foram caracterizados de maneira diferente. Aqueles homens que trabalhavam nessas obras tinham o apelido de cassacos: “se chamava cassaco os que trabalhavam porque eles trabalhavam! era trabalhando! Não era como hoje!”<sup>48</sup>.

Casacos é o nome popular que se dá a um animal fétido e feio que é encontrado por todos os estados da região Nordeste. Aqueles homens submetidos a trabalhos insalubres e com vestes inadequadas chegavam ao fim do serviço com seus corpos sujos, o cheiro não era muito peculiar. Aos poucos foram sendo comparados com o animal citado. As Frentes de Emergência tornou-se uma política pública que mais precarizou, ao longo do tempo, os horebenses do que os assistiu.

Feitos por mulheres e homens eles quebravam pedras, cavavam açudes e poços, e atuavam em construções de prédios públicos. Os trabalhos eram manuais e não existia a mínima preocupação com o emergente, nem sequer ferramentas eram fornecidas. Aqueles trabalhadores “Se tivesse ferramenta levasse”. Nem sempre todos precisavam levar ferramentas: “eu não mesmo não precisava porque eu fazia só carregava pedra na cabeça carregava na mão era de todo jeito que a gente carregava”<sup>49</sup>. Revelava-se desse modo os meios de sobrevivência em que esses emergentes se sujeitavam nestes campos de trabalho em locais insalubres, sem proteção.

*Carregando pedras, juntado, cavaqueira, acabava aqui, umas arrancava as pedras outras pegava jogava lá no monte de pedra só para juntar o “monde” de pedra lá que eu acho se você conhecer ali aquelas matas ali da serrinha eu acredito que ainda hoje tem monde de pedra lá junto.*

*Só ajuntando as peda lá só para dar o que ter as muler pa trabalhar para não ganhar sem fazer nada ai eu comecei a trabalhar um dia eu me senti ruim .. Ai Fulana disse: não! não dou Licença de jeito nenhum. ai eu digo é danado mesmo.*

*Eu subia e descia e Quando eu chegava tinha que ter que fazer comida para meus dois filhos que estava em casa e para mim também*<sup>50</sup>

Quebrar pedras e amontoá-las: uma rotina enfadonha que era repetida cotidianamente “só para não ganhar sem fazer nada”; Arlete me fala de um desses locais onde essas pedras estavam amontoadas nas matas do sítio Serrinha, e de fato estavam lá até certo tempo.

Assim era o trabalho das mulheres emergentes, onde os seus direitos básicos eram negados, como uma folga por motivos de saúde, e licenças maternidades eram negados. O trabalho nas emergências não tinha caráter formal, e sim de assistência social que era prestada, sendo condicionado a um trabalho para haver recebimento de dinheiro e cestas

<sup>48</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe (PB).

<sup>49</sup> *Idem.*

<sup>50</sup> *Idem.*



básicas. A ausência do trabalhador nos campos de trabalho e dias faltosos significavam cortes do dinheiro que recebiam. Uma das colaboradoras expressa sua preocupação de estar em uma situação delicada no fim da gestação, necessitando se ausentar desses trabalhos, mas com o medo eminente de perder o seu ganho nas emergências.

A memória é seletiva, não nos lembramos de tudo, mas também não nos esquecemos de tudo. Nossa mente recorda das coisas na medida em que elas nos causam algum impacto, que faz com que elas se tornem marcos da memória elementos de reconhecimento.

Neste sentido, a luta por direitos é recordada com muito fervor. A busca por uma licença que de início foi negada, mas que com a ajuda de familiares de seu esposo consegue o afastamento. Sua exposição oral dá um sentido maior ao que ela passou. Ela me conta os detalhes desses episódios:

*Ai quando foi uma vez, veio a fiscalização aí chegou um primo de Delfino, meu esposo, aí ele foi na casa de mãe; ele disse “quede a esposa de meu primo? Que eu vim conhecer ela”, aí mãe disse: “ela tá quebrando pedra”, aí ele foi e disse: “ela grávida e quebrando pedra?” Aí mãe disse: “sim”. Aí ele disse “apois diga a ela que quando ela chega, ela vá na prefeitura tire licença, que ela só tem direito a três meses de licença, ela vai receber em casa sem trabalhar”.*

*Aí assim eu fiz, fui na prefeitura, peguei a licença e entreguei a fiscal. Que era ordem, ela não podia tá liberando ninguém, né? Que o certo é certo. Entreguei pra Fulana e fiquei recebendo meu salariozinho em casa<sup>51</sup>.*

Por meio da arte de lembrar, o passado se faz presente por meio das lembranças dessa senhora que nos apresenta suas vivências a partir dos olhos do presente. Assim conseguimos entender a forma como uma realidade é construída e pensada por quem a vivenciou, mostrando, ainda, que as lembranças de um tempo vivido no passado, na arte de lembrar, esse passado que não é mais passado, é produto do presente.

À medida que experimentamos o mundo, ganhamos novas leituras de nossas experiências, essas memórias do passado também são reelaboradas quando buscado, o tempo sem dúvida à fez superar o seu passado, que no tempo vivido da memória<sup>52</sup> pode ter sido traumático, mas pelas ações do, que permite tais mudanças pontuadas, no presente fala sobre esses acontecimentos de uma forma tranquila, mas com marcas de superação. Neste sentido percebemos a resiliência do indivíduo em relação ao seu passado, notado pela maneira à qual ele é superado e ressignificado, sem rancores, sem raiva e entendendo que é algo que ficou no passado e lembrado por ter produzido impacto em sua vida.

<sup>51</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe (PB).

<sup>52</sup> Trata-se de acontecimento vividos pessoalmente e que as suas memórias são produtos da experiência do sujeito com o fato vivido por ele. Para mais informações sobre o processo de estruturação da memória e sua transmissão (POLLAK, 1992).

Dona Arlete, assim como as outras grávidas que estavam nos campos de trabalho, se sujeitou durante a sua gestação a momentos difíceis. Raros eram os casos em que permitiam os afastamentos como o que ela conseguiu, e ainda observamos que tal direito foi conquistado por meio de favor político e relações parentais e de amizade. Um espaço onde a “*a ordem era trabalhar*”, os direitos não tinham voz e nem vez.

Esse caso teve um desfecho diferentemente das outras mulheres que passaram pela mesma situação, pois nem todos tinham a sorte de ter parentes com poder de voz, que as favorece assim como dona Arlete, que pode descansar e ficar tranquila até o nascimento de sua filha. Imaginemos quantas mulheres grávidas quebraram pedras com marretas e carregaram com as suas mãos até o fim da gestação. Só elas sabem as dores que foram medicadas e “curadas” com a sua coragem. Só elas sabem a fraqueza que seus corpos sentiram e tiveram que superar pelas necessidades.

Vemos que experiências com as emergências ainda criam histórias de vida para a cidade de Monte Horebe, já que boa parte da população recorria a esses trabalhos como uma forma de angariar uma “ajuda” para seus lares. Não existiam empregos formais e a única renda gerada era por meio da agricultura e dos seus derivados. Ao questionar sobre o trabalho de homens e mulheres, se fazia algumas distinções e geralmente as mulheres trabalhavam como barraqueiras ou quebrando pedras e os homens trabalhavam diretamente nas obras.

Um dos aspectos das ações dessas Frentes de Emergência, que ocorreram na região de Monte Horebe, é que eram ações que atuavam dentro de dois aspectos: um voltado para o desenvolvimento regional, por meio dessas diversas obras que eram construídas; e o outro aspecto se resume ao assistencialismo através de trabalhos temporários, que era prestado por esses sujeitos em troca de dinheiro e alimentos, e que eram fornecidos como uma forma de “ajuda” entregue aos emergentes que ofereciam sua mão de obra barata ao estado.

Pensar essas políticas públicas e o caráter que elas assumem no poder local por vez é uma tarefa complexa, principalmente quando tratamos de espaços que possuem uma cultura de mando e de estreita relação com o coronelismo, onde o poder é localizado na mão de uma elite. A rede de poder que se instala em todos os níveis da administração pública que ocorrem de forma a favorecer um grupo específico de políticos. A esfera pública assume outro caráter, passando a ser administradas com práticas patrimonialistas onde as esferas públicas e privadas se integram, ou seja, a esfera pública é utilizada para atender demandas pessoais e fazem uso dela de modo a favorecer suas demandas e de terceiros de forma “cordial”.

### As emergências chegam ao fim (1983 a 1985)

No ano de 1985 ocorreram as últimas obra das Frentes de Emergência em Monte Horebe. A construção do açude da emergência no Sítio Serrinha durou cerca de cinco anos: uma procrastinação das obras. Enquanto as obras existissem era um modo de reter investimentos na região e manter aqueles homens tidos como “flagelados” trabalhando.

Essa obra foi gerida pelo Exército Brasileiro, que segundo o colaborador da pesquisa era responsável por coordenar a obra:

*No ano de 1981, aí vem uma frente de emergência aqui para Serrinha pá esse açude da Serrinha. Era o exército quem comandava aquele trabalho e todinho era o Exército Brasileiro.*

*Olha eu entrei no trabalho lá em 81, 82, 83, 84 e 85, foi 5 anos essa luta que nós trabalhando lá com o exército no pé.*

*E o certo, Ramon, é dizer que muita gente trabalhava, Ramon. Tinha muitos dias de nos contar de 500 homens trabalhando naquele açude tudo a braço<sup>53</sup>.*

Eram tantos homens trabalhando que as atividades eram divididas em dois turnos de trabalho. A força humana de 500 pessoas foi utilizada para construir o açude de emergência no sítio Serrinha. Até os dias de hoje é um dos poucos açudes que conseguem reter e distribuir água para a população por um maior tempo de estiagem, tanto pelo seu tamanho quanto pelo local que favorece a sua captação de água por meio de riachos que desaguam no local.

O governo forneceu algumas ferramentas para auxiliar na obra, mas a sua parede foi toda construída e “batida” à mão, um trabalho organizado por aqueles homens.

*A última coisa que os agricultó fizeram foi umas mão de pilão de pau, toda de miolo de aroeira, os sargento, ainda hoje me lembro de nome: sargento Araújo, ele era por conta da frente de serviço, o sargento Araújo e o capitão Maiolino; eles mandaram aquelas pessoas que eram mestre cortar miolo de pau, miolo de aroeira, pauzão de aroeira e fazer as mão de pilão que a água era quase no pé do serviço, assim ainda hoje tem um paro bem grande depôs do açude assim depôs de metro, ai tinha uma mangueira e aquele paró era cheio de água direto, o carro pipa abastecendo cheio de água e a mangueira lá aguando a parede, um rapaz diretamente com a mangueira agoando e uma turma de homem pisando com aquelas mão de pilão, pisando o barro molhado, bem feita a luta!<sup>54</sup>*

Existia um sistema de organização e funcionamentos dos campos de trabalho, homens chamados “cabos de turma”. Eram os responsáveis por organizar grupos de cerca de 25 homens para o trabalho. O cabo de turma trabalhava e supervisionava o trabalho do seu grupo. O apontador era o responsável por fazer a chamada nominal dos homens que trabalhavam na obra e o fiscal do trecho da obra era o responsável geral pela supervisão da obra.

<sup>53</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

<sup>54</sup> *Idem.*

Nas obras das mulheres, para aquelas que quebravam pedras, existia apenas uma fiscal, também do sexo feminino. Ela era responsável geral por aquele campo de trabalho. Homens e mulheres não trabalhavam no mesmo espaço, exceto nas barracas de apoio aos trabalhadores.

Com o fim dessa obra no ano de 1985, me questiono o que aconteceu com esses 500 homens que trabalharam nessa obra? O discurso da política pública “Frentes de Emergência” prega a fragilidade do sertanejo, nos fazendo pensar que em sua ausência esses homens e mulheres estão vulneráveis a seca e expostos a fome e a morte.

Na experiência particular desses sujeitos na década de 1980, nos revela uma experiência contrária, mostrando que essas obras, como já pontuado, não era o único meio de sobrevivência desses homens. Eles não sobreviviam e dependiam unicamente dela.

*Mas era bom porque todo mundo tava empregado, tava ganhando um sustento, fazendo suas rocinha nas hora que podia trabalhar, eu fiz, muitos fizeram! não atrapalhava. Era bom a luta, não atrapalhava ninguém, todo mundo fazia suas roças, ganhava seu dinheirinho, as coisa era mais barata mais em conta e todo mundo escapou, não morreu ninguém aqui, escapemos, tudim contando a história<sup>55</sup>.*

Os relatos orais nos mostra que os efeitos da seca nem sempre são devastadores como as políticas públicas tentam mostrar. Eles impactam de forma diferente as famílias. O convívio com a seca no sertão não é algo recente, e os períodos longos de estiagem tem uma história pregressa no sertão.

Os colaboradores me falam de um fenômeno chamado de “secas verdes”, em que apesar das secas, eram sempre feitas as colheitas.

*Mas era assim, as secas era nesses anos nessas datas determinada mesmo. Como já houve essas secas agora né! Mas uma seca verde! Sempre quem fazia quem... Quem botava uma rocinha colhia alguma coisa<sup>56</sup>.*

As famílias do sertão sabiam lidar com a seca e suas variáveis. Com a ausência ou a presença de emergências esses homens viviam da agricultura. Essa era a base da economia familiar. Esses homens lidavam com essas secas por meio de observações da natureza, da sua própria experiência: “Quem é esperto tira uma coisinha, quem não é não tira nada”, onde mesmo nos anos que foram marcados de difícil convívio com como na década de 1970 (ASSIS, 2018), os colaboradores falam que suas casas ficaram “cheia de legume”.

*Pai botou a roça subindo ali pra cima da barragem naqueles pedregulho lá que dava o feijão bem bonitão! Quando dava uma chuva papai mandava limpar na mão, arrancando o mato com a mão. Nós tudinho ajudava. Encheu a casa de legume essa*

<sup>55</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

<sup>56</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe (PB).

*seca no ano de 70. No ano que eu me casei, em 72 só gigilim ele bateu meio saco de gigilim*<sup>57</sup>.

A agricultura representa dentro desse contexto como uma prática familiar e coletiva, onde todos estavam envolvidos nesse processo. Os momentos eram vividos em família e compartilhados por todos. O cuidado com as roças não era uma tarefa unicamente do pai, ou do responsável pela família. Essa atividade incluía também os filhos e a esposa, que se esforçavam para preparar a terra e cuidar dos legumes. Esse cenário exposto se refere unicamente às experiências desses indivíduos que colaboraram com a pesquisa, mas não significa dizer que existiram outras realidades isoladas a essa apresentada.

O que quisemos aqui expor é que as políticas trazem em seu discurso generalizações e coloca as pessoas assistidas por ela em uma situação de vulnerabilidade e que o seu discurso de certa maneira anula o protagonismo desses agentes sociais, negando sua sabedoria e forma de viver sem a assistência pública.

As Frentes de Emergência, segundo os relatos orais, foram encerradas na cidade de Monte Horebe no ano de 1985. Esses homens, como indivíduos do campo, continuam a trabalhar em suas roças. Foi neste mesmo período que se intensificou as migrações temporárias para a região sudeste do país para o trabalho com a agroindústria, no corte de cana de açúcar ou em empresas metalúrgicas.<sup>58</sup> Muitos cidadãos horebenses migraram para outras regiões do país, mas boa parte também ficou, mas essas migrações não foram motivadas pela ausência de políticas públicas e sim pela oferta de emprego e desejo de melhorar a vida.

### **Para além das emergências**

Paralelo aos trabalhos das emergências dos anos de 1959 a 1985 esses camponeses buscaram outros meios de subsistir, pois o ganho dessas emergências era uma “*coisinha pouca*”. Esse trabalho, por si só, não seria capaz de assistir essas famílias em períodos de seca. Afirma-se, então, que os ganhos eram oriundos principalmente da roça

*Era mais da roça porque os anos eram fracos, mas um fraco que botava as roças cedo, porque o homem do campo cuida das roças dele cedo! Tacava roça cedo, cedo plantava toda chuva que desse, pouca ou muito os legume estava desenvolvendo.*

<sup>57</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe (PB).

<sup>58</sup> Essa informação requer um estudo mais detalhado sobre os motivos que levavam esses sertanejos a migrar para outras regiões do país, bem como a influência da indústria e mão de obra nos espaços que esses homens migraram. Levanto essas informações com base no meu conhecimento e vivência como cidadão horebenses e por conhecer diversas histórias que corroboram essa afirmação.

*O que plantava na roça naquele tempo era milho, feijão de corda, fava mandioca, macaxeira, jerimum, melancia e pepino era coisa do sustento do nordestino era essas coisa.<sup>59</sup>*

Os plantios a qual se refere eram seus próprios cultivos, de milho, feijão e macaxeira, que eram feitos aos arredores de suas casas em pequenos pedaços de terra. Aqueles que não possuem terras, trabalhava como meeiros de latifundiários, ou de pessoas que dispunham de espaço excedente.

Assim esses indivíduos afirma que existiam outros meios de renda, como a cultura da mandioca, matéria prima para a produção de goma e farinha; mostra que as casas de farinha era outra forma de renda e reunia uma parte da comunidade para trabalhar no processamento da raiz.

*Era uma fonte de renda as casas de farinha, porque veja bem, o caba botava a mandioca na casa de farinha, 14 pessoas para trabalhar numa arranca de mandioca, 2 arrancado, 2 carregador, 1 destroncador, 4 raspadeira um preneiro, um forneiro, 2 carregador de água e uma lutadeira dentro de casa ajudando a dona da casa a cozinhar e fazia a farinhada!<sup>60</sup>*

Os produtos que eram feitos nessa comunidade eram integrados aos comércios locais, e esses camponeses se tornavam tropeiros para comercializar seus produtos feitos em suas terras e vendiam o excedente de suas produções.

*vendia goma, vendia farinha, pagava os trabalhador e sobrava goma e farinha. Eu, seu avó e meu pai, muito, muitos aqui plantou mandioca. Seu avó não está vivo aqui para provar, mas ele desceu muitas vezes aqui por dentro tangendo caiga de farinha, caiga de goma aqui por dentro saia ali na ponta da serra e descia e ia sair ali, lá nos cacau, lá nos menino de louro marinheiro, tangendo de pé o animal com uma caiga para vender no comércio em são José de Piranhas. Ah meu filho, eu já passei muita coisa.<sup>61</sup>*

Salientamos que nem todos tinham acesso a esses bens como a casa de farinha, nem todos podiam plantar a mandioca, mas como se viu existiam outras formas de estarem inseridos nesses trabalhos, trabalhando por diárias para os produtores de farinha, e aqueles que não dispunham de casa de farinha e tinham plantações de mandioca alugavam o espaço aos donos que recebiam uma parte da produção em troca.

As casas de farinha também eram espaços de sociabilidades e festas durante o seu funcionamento. Era o local de paqueras e tornava-se ponto de encontros, pois ali encontravam-se diversas pessoas da comunidade inteira e, quando a casa de farinha estava “rodando” a “farinhada” tornava-se “uma farra medonha” para aqueles homens e mulheres que a frequentava.

<sup>59</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

<sup>60</sup> *Idem.*

<sup>61</sup> *Idem.*

Durante a segunda metade do século XX na cidade de São José de Piranhas, existiam grandes produtores e fábricas de descaroçamento de algodão que foi importante fator para o desenvolvimento, crescimento e sustento das populações das comunidades rurais dos municípios vizinhos, como o de Monte Horebe (SILVA, 2017, p. 32).

A cultura do algodão foi muito abundante no sertão paraibano e possibilitou, também, aos pequenos agricultores outra fonte de renda. Trabalhavam de “aluguel” ou por diária para os produtores da região. Esses camponeses que cultivavam em suas roças os bens de subsistência como milho, feijão e fava, nos dias propícios iam trabalhar aos grandes produtores que lhes pagavam pelo seu serviço de catadores de algodão, que como mostrado era bem lucrativo.

*Eu só catava, eu não ia plantar, eu botava minha roça aqui, eu tinha meu legume aqui, já que eu colhia a roça aqui eu ia catar algodão lá ganhar dinheiro, catava o algodão entregava para o dono, no fim da semana ele pesava aquele algodão que cada um catava e passava lê o dinheiro vivo! Até porque o dono do algodão se precisasse de dinheiro ele ia lá nos corretor em Cajazeiras, lá em Cajazeiras tinha uma Sanbra , trazia os maço de dinheiro para pagar os trabalhador.<sup>62</sup>*

O algodão passou a dividir espaço com a agricultura e a pecuária, proporcionando ao agricultor e aos seus trabalhadores uma fonte de renda para além das que já existiam. São José de Piranhas, como umas das notáveis cidades produtoras desse bem na região, passa a receber os agricultores das comunidades adjacentes que não tinham cultivo do algodão. Monte Horebe, por exemplo, devido a sua altitude e temperatura amena, algodão não “vingou”; já São José, com suas temperaturas elevadas, a produção era abundante e demandava inclusive trabalho de camponeses da cidade de Monte Horebe.

O senhor José ao fazer um relato sobre outras formas de ganho na região, nos revela essa integração dos camponeses com a cultura do algodão que estava em ascensão na região:

*Era a mira do sertanejo aqui, isso tudo aqui é sertão! A mira era algodão, não havia esse tempo que tem hoje eles e desloca para São Paulo cortar cana, de primeiro homem novo, homem velho, vivia a vida dele aqui porque plantava a mandioca aqui em cima dessa serra que nós mora; ai depôs do Braga, tem sertão ai que dá algodão para se perder, é ali nas terras do João Mane, finado Marinho Mané, Felizardo Mané, Joaquim Ribeiro, em São José de Piranhas, diversos homem que tinha muita propriedade grande, plantava muito algodão e era um dinheiro sorto! (bate com a mão) o caba novo ia catar algodão, ganhar dinheiro no fim da semana tinha dinheiro.<sup>63</sup>*

Vemos que o colaborador ao relatar suas vivências nos apresenta uma cultura do trabalho que integrava esses pequenos agricultores aos sistemas econômicos da cidade de São

<sup>62</sup> Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

<sup>63</sup> *Idem.*

José de Piranhas, que comercializava o algodão com outras cidades da região da Paraíba e do Ceará (SILVA, 2017).

E durante os períodos de seca os alistamentos nas obras públicas, como mostrado, possibilitava o ganho de um auxílio que era complementar às atividades já praticadas no sertão.

Os colaboradores afirmam esse aspecto quando mostram os rendimentos vindos dos seus trabalhos nas obras:

*Não sei se era 15 contos era uma coisa assim era coisinha pouca, mas na época era muita coisa ajudava. Ai ainda vinha também a gente recebia uma ferinha também nós ia para prefeitura e recebia. Era um feijão preto nós botava bicarbonato para poder cozinhar. (...) O arroz... Mais aveia essas coisas que vinha assim. (...) Distribuía na prefeitura quando era o dia certo todo mundo já ia receber o pagamento e a feira<sup>64</sup>.*

*Nos ganhava pouco viu, Ramon, trabalhava e recebia por mês. Era quanto fosse, era um salario, só que era uma coisa pouca um negócio pouco<sup>65</sup>.*

As falas dos colaboradores se complementam quando ambos concordam que o rendimento advindo dos trabalhos nas emergências era pouco, um pouco que complementava a renda familiar. O alimento da família não suprido pelos cereais fornecidos, os 15 contos do seu trabalho não pagavam suas despesas e esses trabalhos não eram fixos. Assim, a subsistência dessas famílias repousava na agricultura.

O que nos impacta é que essas as formas de sobrevivência adotadas por eles; o que prevalece é uma readaptação da vida cotidiana desses homens entre os trabalhos da agricultura que aqui foram mostradas e as políticas públicas que passam a surgir na segunda metade do século XX.

Certeau (1994) nos mostra que homens e mulheres ordinários inventam o seu cotidiano de diversas maneiras como uma “caça não autorizada”, onde buscam escapar de forma silenciosa a essas conformações que são impostas; inventadas no seu cotidiano ou adaptando a novas formas de convívio. Assim, esses homens por meio de seus fazeres diários se adaptam a essas novas formas de convívio com a seca e fabricam um cotidiano condizente com sua realidade vivida.

Esta fabricação do cotidiano se dá por meio do que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis” e “táticas de resistência” que vão alterando o cotidiano como lhe é imposto, possibilitando ao indivíduo estabelecer (re)apropriações do espaço e dos seus usos na conformação que for peculiar a cada sujeito. Então, o camponês que faz parte dessas políticas

<sup>64</sup> Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe(PB).

<sup>65</sup> Entrevista concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).



públicas não é submisso a ela. O que existe é outra forma de compreensão e convívio com novos sistemas que se instalam no seu cotidiano (CERTEAU, 1994).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mostramos que o Nordeste brasileiro possui uma história pregressa, que se relaciona ao declínio da antiga região Norte, contribuímos para o entendimento de que a sua formação, assim como a de outras regiões, deve ser percebida como estando inserido na própria trajetória do país, incluindo o percurso político econômico e social da nação, desmistificando desse modo o discurso de seca como a única causadora de todas as desordens da região.

Com isso queremos dizer que a história do Nordeste não está dissociada da história dos pais e ela tem relações com a história de outros espaços da nação, como o processo de industrialização e modernização do país e o quadro político na divisão de poder ao longo do século XX, que contribuíram de algum modo na construção do Nordeste, filho do Norte que passou por um declínio político e econômico em relação a uma região sul industrial, leiteiro e cafeeiro que ganhava espaço no país.

Foram justamente essas progressivas diferenciações que se estabeleciam no plano nacional, que causou reações nas elites políticas do Norte, que viram no discurso de seca uma ferramenta para chamar atenção novamente para essa região, discurso esse que se iniciaram no ano de 1888 e possui ressonâncias até os dias de hoje, que paulatinamente tornou a seca um fenômeno histórico, fruto de práticas e discursos, como invenção histórica e social.

O que nos falta entender, de forma mais clara, é como esses discursos que surgiram em 1887, como marca a historiografia clássica, são efetivados a partir do século XX por meio de sua institucionalização com a criação de verbas, leis e autarquias federais como o DNOCS e a SUDENE, que se prestaria a solucionar o “problema” das regiões afetadas pela seca. Assim podemos perceber como esses mecanismos políticos de seca ancoram práticas patrimonialistas e clientelísticas que interferem nos espaços de ocorrência; se faz necessário identificar sua repercussão nos planos locais, assim como em Monte Horebe, detalhando como as verbas e instituições públicas eram utilizadas como estratégias política.

Monte Horebe, como parte deste Nordeste, não estaria livre dessas influências políticas, como mostrado, que vai desde a sua criação como cidade até a instalação das políticas públicas de enfretamento contra a seca. Acreditamos que se em Monte Horebe houve esse tipo de relação: clientelista, paternalista e patrimonialista, em outras cidades do sertão paraibano, que surgiram na década de 1960, também passou por processo semelhante, desse modo não estamos falando de um quadro isolado, mas de uma possível realidade compartilhada por outros municípios do sertão paraibano.

Ao falarmos que a seca era uma “senhora desconhecida” no legislativo, estávamos querendo afirmar que não havia discursos desse teor ao menos até o ano de 1981 na câmara de vereadores e quando tornou-se objeto de discursão, foi motivado por um conjunto de revoltas de camponeses que assolou a região e temia chegar até essa cidade. O que nos leva a refletir questões referentes às competências administrativas das políticas públicas, se era ou não uma demanda da esfera municipal, e o porquê de somente no ano de 1981 ela tomar espaço nos discursos legislativos, e mesmo assim tinham o teor de pedir, e não executar.

O poder decisório que estava na mão do estado e da nação percebiam os municípios, a esfera menor, apenas como espaço de intervenção?

Acredito que outros estudos que foquem a organização das políticas de secas podem mostra de forma mais clara como essas relações, entre as esferas nacional, estadual e municipal, funcionavam salientando que quase toda parte do estudo está situada no período do Regime Civil Militar instalado no país, que se caracterizava por ser um estado forte e centralizador, nos levando a acreditar que as demandas de poder não eram bem escodas em todas as esferas da nação. Seria importante pensar a influência do período na constituição e execução de políticas pública e como essas relações mudam a partir do ano de 1985, com o fim do regime.

Ao evidenciarmos essas questões, que se fizeram necessário para contextualizar o espaço tempo a qual nossa temática de estudo estava situada, quisermos mostra que esses elementos, apesar de serem necessários, eles por si só não são capazes de expressar as sociabilidades dos sertanejos, que não se limitam a esse viés político e assistencialista da seca.

Os senhores e senhoras aqui entrevistado nos mostram outras formas de lidar com os fenômenos da seca, algo próprio do seu cotidiano, elementos comuns que a torna um fenômeno de convívio diário, que em seu dia a dia, tais homens e mulheres criam mecanismo de vivências com a ocorrência das secas que se integram com elementos de sua cultura, onde esses agentes históricos, por meio de regras próprias, inventam o seu cotidiano com costumes e credices que são compartilhados pelas comunidades rurais.

Assim vemos que as experiências de inverno, um saber tradicional compartilhado entre os sertanejos camponeses e sua relação com os santos, como forma de lidar com a ausência ou a presença de chuvas, assuem um lugar de cultura, por serem compartilhadas, criadas e validadas por esses indivíduos e possibilitaram uma forma de sociabilidade e convívio com a seca para além daquela impostas pelo mundo material citadas no primeiro capítulo da pesquisa.

Entender a construção de um mundo próprio, que passa pelas experiências desses indivíduos, implicou problematizar, por meio das lembranças dos colaboradores, suas experiências ao longo da vida, que nos mostraram como essas gentes se adaptam e criam mecanismo para viver mediante as realidades que despontam no seu dia a dia. Assim, longe de serem subordinados a uma política pública, ou determinada cultura, esses homens, com o percurso da sociedade, se adaptam as novas realidade ao longo do tempo onde seus costumes são reinventados.

Desse modo expomos que as políticas públicas trazem, em seu discurso, generalizações e coloca, muita das vezes, as pessoas assistidas por ela em uma situação de vulnerabilidade que anula a possibilidade dos indivíduos protagonizarem sua realidade para além dos “socorros” públicos. Ao percorremos pelas lembranças narradas pelos colaboradores percebemos, um discurso que vai de contra a realidade criada pelo assistencialismo. Percebemos que os chamados “flagelados” e “cassacos” tem uma vida paralela as sua participação nas obras Frentes de Emergência.

As famílias do sertão sabiam lidar com a seca e suas variáveis. Com a ausência ou a presença de emergências esses homens viviam da agricultura. A partir do momento em que passa existir um Estado mais presente nestes espaços na forma de obras públicas, que permitiu o trabalho de parte desses homens e mulheres nas Frentes de Trabalho Emergencial, notadamente interferiu em menor ou maior grau no cotidiano e na lida com o campo. Apesar disso constatamos que esses sujeitos criaram táticas de convívio paralelas aos trabalhos públicos, adaptando elementos do seu cotidiano nestes espaços, como o trabalho animal, o trabalho infantil a busca de outros meio de renda como: o trabalho por diária nas plantações de algodão, o plantio de mandioca e venda dos seus derivados.

Por meio desses “modos de fazer” nos mostrou o que torna esse espaço, em certa medida, possível de tais práticas que caracterizamos como populares no convívio com a seca, onde não existe uma submissão desses sujeitos, mais sim uma readaptação do seu cotidiano conforme a realidade que desenrola em sua frente. Esses elementos nos mostraram, ainda, que tais sociabilidades no convívio com a seca no sertão paraibano ainda estão em voga entre os seus praticantes, nos revelando que aspectos da cultura e saber popular, mesmo com suas reconfigurações no tempo presente, ainda estão vivos nas comunidades rurais e que tais tradições continuam sendo transmitidas de forma oralizada e por meio de observação das vivencias na prática.

Pensar como tais culturas e saberes populares circulam no sertão paraibano, seria importante para entendermos a forma e sentido como tais práticas se fazem presente em

diferentes espaços. Assim construir estudos que levante a perspectiva de que são as experiências práticas que qualificam a realidade, portanto foram tais vivências, desses sujeitos com campo e todos os elementos exposto, que possibilitou a construção de tais memórias que produzem um espaço peculiar ao narrador, que tece suas considerações conforme suas vivências nele.

Ao produzirmos este estudo, sobre as vivências cotidianas de sertanejos horebenses, ao longo da última metade do século XX não pretendemos encerrar as possibilidades de pesquisa sobre esta temática, pelo contrário, ele abre caminhos, que este trabalho monográfico, em sua simplicidade, não foi capaz de trilhar, assim, ao “concluir” este texto deixamos *gaps* para futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

### Arquivos Consultados

- **Câmara Municipal de Monte Horebe (PB)**

#### LIVRO DE ATAS 01

**Atas de sessão da câmara municipal de Monte Horebe-PB**, 1962 a 1975.

2º sessão extraordinária de 23 de agosto de 1967, p. 35.

6º Reunião de 12 de abril de 1973, p. 78.

Reunião extraordinária, 26 de dezembro de 1973, p. 82.

Reunião extraordinária de 8 de agosto de 1974, p. 85.

4º Reunião extraordinária de 20 de junho de 1974, p. 92.

#### LIVRO DE ATAS 02

**Atas de sessão da câmara municipal de Monte Horebe-PB**, 1976 a 1983.

Reunião ordinária realizada em 03 de outubro de 1980, p. 51.

10º reunião ordinária realizada em 11 de novembro 1981, p. 69.

10º reunião ordinária realizada em 11 de novembro 1981, p. 70.

Ata da 2ª reunião ordinária da câmara realizada em 8 de março de 1982, p. 74.

3ª reunião ordinária da Câmara Municipal, 12 de Março de 1982, p. 74.

3ª Sessão ordinária da Câmara de vereadores, 25 de outubro de 1982, p. 86.

Ata de reunião do segundo período legislativo aos 20 dias de setembro de 1983, p. 97.

(Acervo da Câmara Municipal de Monte Horebe localizado na Rua Presidente Médici, Nº 22, Centro. E-mail: [camaracmmh@gmail.com](mailto:camaracmmh@gmail.com) SITE: <https://montehorebe.pb.leg.br/>).

- **Periódico Jornal do Brasil** (anos de 1970 a 1979 e de 1980 a 1989)

Seca provoca no Nordeste saques em dois estados. Rio de Janeiro, 11 abr. 1981. p. 12. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Bonito%20de%20Santa%20F%C3%A9%22&pagfis=21659](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Bonito%20de%20Santa%20F%C3%A9%22&pagfis=21659).

Chuvas param na Paraíba e o sertão começa a temer reinício da seca. Rio de Janeiro, 04 mai. 1981. p. 05. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Bonito%20de%20Santa%20F%C3%A9%22&pagfis=24366](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Bonito%20de%20Santa%20F%C3%A9%22&pagfis=24366)

Na Paraíba. Rio de Janeiro, 15 de jan. 1976. p. 19. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano%20197&pesq=%22Monte%20Horebe%22&pagfis=134185](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22Monte%20Horebe%22&pagfis=134185)

(Acervo consultado no site da **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>).

## Livros e capítulos de livro

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1978.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Nordestino, uma invenção do falo**, uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940). Maceió: Catavento, 2003.

\_\_\_\_\_. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo: EDUSC p. 199-209, 2007.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114-119.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORBIN, Alain. **Les cloches de la terre: paysages sonores et culture sensible dans les campagnes au XIXe siècle**. Paris: Albin Michel, 1994.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

DIAS, Mércia Maria, *et al.* Monte Horebe 50 anos de Histórias e estórias. Monte Horebe, 2011.

ELIAS, Nobert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2012. 750p. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-os-donos-do-poder-raymundo-faoro-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 14 de Maio 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 42ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de. O homem cordial. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes Do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 139-152. Disponível em:

<http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/wpcontent/uploads/sites/31/2017/09/HOLANDA-S%C3%A9rgio-Buarque-Ra%C3%ADzes-do-Brasil.pdf>.

HUIZINGA, Johan et al. **O outono da Idade Média**: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos. Cosacnaify, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. Ateliê Editorial, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. Editora Contexto, 2ª Ed. Ver e ampl. São Paulo, 2008.

MEIHY, J. C. S. B; Holanda, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PESAVENTO, Sandra; LANGUE, Frederique (Orgs.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frederique (Orgs.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. UFRGS. Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **FESTAS, PROCISSÕES, ROMARIAS, MILAGRES**: aspectos do catolicismo popular. Natal: IFRN Editora, 2013. 160 p. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1090/Festas%20Procissoes%20Romarias%20Milagres%20-%20Ebook.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 abr. 2020.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

## Artigos

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. "Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste". In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, pp. 111-120; 1995.

ASSIS, Roberto Ramon Queiroz. um exercício entre história e imagem: a seca e as frentes de emergência em Monte Horebe-pb na década de 1970. **Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**., [S.l.], v. 6, n. 12, p. 57-72, set. 2018. ISSN 2357-8556. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=3483&path%5B%5D=2563>. Acesso em: 08 dez. 2019.

DE SÁ JÚNIOR, Lucrécio Araújo. Imaginário e representação na memória coletiva das vozes em latim dos benditos populares. **Gragoatá**, Niterói, n. 27, p. 219-234, 2009.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n. 6, p. 9-25, 2003.



MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **An. Mus. Paul.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, jun. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010147142005000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142005000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 11 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142005000100005>.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-129, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882001000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em 01 de agosto de 2020.

PESAVENTO, Sandra. Cultura e representações, uma trajetória. **Anos 90**, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006.

POMPONET, André Silva. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. **Conj. & Planej.**, Salvador, n. 162, p. 58-65, jan. 2009. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162\\_pag\\_58.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_58.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

RODRIGUES TAVARES, T. A religião vivida: expressões populares de religiosidade. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 10, n.2, p. 35-47, jul-dez. 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2-4.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

## Monografias

FARIAS, Roger Bráulio de Souza. **A grande seca de 1979-1983: Estado, oligarquias, frentes de emergência e resistência camponesa em São João do Cariri - PB.** 2018. 88f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2018.

NEVES, Domingos Sávio. **Os impactos da seca do nordeste: uma questão histórica e social na região do sertão paraibano e no município de bonito de santa Fé – PB.** 2018. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2018.

OLIVEIRA, Cláudia Cardoso de. **“Diante de tantas lembranças me ponho a chorar”: memórias de amor e saudade em Monte Horebe - PB. (1960-1970).** 2017. 100f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2017.

OLIVEIRA, Leiana Isis Soares de. **Entre o sereno e as prosas: um estudo historiográfico sobre o processo de urbanização em Monte Horebe- PB nas décadas de 1960 - 1970.** 2018. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2018.

SOUSA, Emerson José Ferreira. **“Vivas ao santo padroeiro das chuvas”: (re) significações religiosas no culto a São José, Pombal-PB (1950-1980).** 2018. 152 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2018.

## Leis

BRASIL. Lei nº 43.558, de 22 de Abril de 1958. Autoriza a execução de obras de emergência em Estados do Nordeste associados pelas secas. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43558-22-abril-1958-382538-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de Dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/13692.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13692.htm)>.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.486 de 28 de Dezembro de 1945. Dispõe sobre a reorganização da Inspeção Federal de Obras Contra as Sêcas (I.F.O.C.S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (D. N. O. C. S.). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8486.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8486.htm)>.

BRASIL. Decreto Nº 7.619, de 21 de outubro de 1909. Approva o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das secas. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7619-21-outubro-1909-511035-republicacao-109509-pe.html>>

BRASIL. Lei Nº 4.229, de 1º de Junho de 1963. Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4229.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4229.htm)>.

## APÊNDICES

### Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo: **UMA QUESTÃO DO SENTIR: Memórias e sensibilidades das vivências cotidianas com a seca, em face às experiências dos horebenses, Monte Horebe – PB (1958-1985)**, desenvolvida pelo aluno: **ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS** orientado pelo professor: **RODRIGO CEBALLOS** vinculados a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE** (Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro Formador de Professores de Cajazeiras-UACS-UFCG-CZ).

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo **COMPREENDER AS SOCIABILIDADES COTIDIANAS DA SOCIEDADE HOREBENSE QUE ESTÁ EMERSA EM UM CONTEXTO TÍPICAMENTE RURAL** e se faz necessário por **PROPORCIONAR UMA COMPREENSÃO DA MANEIRA A QUAL ESSES AGENTES CONSTROEM REPRESENTAÇÕES E ATRIBUEM SENTIDOS A SUAS PRÁTICAS DIÁRIAS E DO ESPAÇO QUE OCUPAM.**

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: **ENTREVISTA ORAL QUE SERÁ GRAVADA BEM COMO A ANÁLISE DOS ARQUIVOS PRIVADO TAIS COMO FOTOGRAFIAS E CARTAS E OS DEMAIS QUE O SR.ª PERMITA O ACESSO** estando ciente de que esse material pasará por uma análise qualitativa onde a sua participação implica a concessão de todos os direitos autorais ao responsável da pesquisa bem como permite a publicação parcial ou total dos dados obtidos por esta pesquisa, seja pelo pesquisador ou por terceiros.

Esta pesquisa Respeitando a **RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016** que dispõe sobre ética em pesquisas envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais: Todas as informações obtidas serão tratadas de forma ética, sendo que o seu nome será identificado, caso permita. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de modo que possa reduzir qualquer tipo de agravo moral e constrangimento para o voluntário a qual esta pesquisa venha causar ao participante.

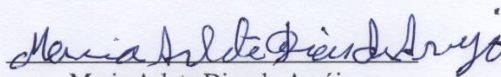
Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS** cujos dados para contato estão especificados abaixo.

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa**

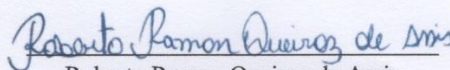
**ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS, Universidade Federal de Campina Grande. Endereço: Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras. Email: roberto.ramon9@gmail.com**

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos (morais e constrangimento) e benefícios (para a ampliação da historiografia local) que estão relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Monte Horebe (PB), 10 de Março de 2020.



Maria Arlete Dias de Araújo  
(Participante Voluntário)



Roberto Ramon Queiroz de Assis  
(Responsável pelo estudo)

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo: **UMA QUESTÃO DO SENTIR: Memórias e sensibilidades das vivências cotidianas com a seca, em face às experiências dos horebenses, Monte Horebe – PB (1958-1985)**, desenvolvida pelo aluno: **ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS** orientado pelo professor: **RODRIGO CEBALLOS** vinculados a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE** (Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro Formador de Professores de Cajazeiras-UACS-UFCG-CZ).

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo **COMPREENDER AS SOCIABILIDADES COTIDIANAS DA SOCIEDADE HOREBENSE QUE ESTÁ EMERSA EM UM CONTEXTO TÍPICAMENTE RURAL** e se faz necessário por **PROPORCIONAR UMA COMPREENSÃO DA MANEIRA A QUAL ESSES AGENTES CONSTROEM REPRESENTAÇÕES E ATRIBUEM SENTIDOS A SUAS PRÁTICAS DIÁRIAS E DO ESPAÇO QUE OCUPAM.**

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: **ENTREVISTA ORAL QUE SERÁ GRAVADA BEM COMO A ANÁLISE DOS ARQUIVOS PRIVADO TAIS COMO FOTOGRAFIAS E CARTAS E OS DEMAIS QUE O SR.ª PERMITA O ACESSO** estando ciente de que esse material pasará por uma análise qualitativa onde a sua participação implica a concessão de todos os direitos autorais ao responsável da pesquisa bem como permite a publicação parcial ou total dos dados obtidos por esta pesquisa, seja pelo pesquisador ou por terceiros.

Esta pesquisa Respeitando a **RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016** que dispõe sobre ética em pesquisas envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais: Todas as informações obtidas serão tratadas de forma ética, sendo que o seu nome será identificado, caso permita. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de modo que possa reduzir qualquer tipo de agravo moral e constrangimento para o voluntário a qual esta pesquisa venha causar ao participante.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS** cujos dados para contato estão especificados abaixo.

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa**

**ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS, Univercidade Federal de Campina Grande. Endereço: Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras. Email: roberto.ramon9@gmail.com**

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos (morais e constrangimento) e benefícios (para a ampliação da historiografia local) que estão relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Monte Horebe (PB), 16 de Março de 2020.

*Maria de Fátima Queiroz de Assis*  
Maria de Fátima Queiroz de Assis  
(Participante Voluntário)

*Roberto Ramon Queiroz de Assis*  
Roberto Ramon Queiroz de Assis  
(Responsável pelo estudo)

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo: **UMA QUESTÃO DO SENTIR: Memórias e sensibilidades das vivências cotidianas com a seca, em face às experiências dos horebenses, Monte Horebe – PB (1958-1985)**, desenvolvida pelo aluno: **ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS** orientado pelo professor: **RODRIGO CEBALLOS** vinculados a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE** (Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro Formador de Professores de Cajazeiras-UACS-UFCG-CZ).

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo **COMPREENDER AS SOCIABILIDADES COTIDIANAS DA SOCIEDADE HOREBENSE QUE ESTÁ EMERSA EM UM CONTEXTO TÍPICAMENTE RURAL** e se faz necessário por **PROPORCIONAR UMA COMPREENSÃO DA MANEIRA A QUAL ESSES AGENTES CONSTROEM REPRESENTAÇÕES E ATRIBUEM SENTIDOS A SUAS PRÁTICAS DIÁRIAS E DO ESPAÇO QUE OCUPAM.**

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: **ENTREVISTA ORAL QUE SERÁ GRAVADA BEM COMO A ANÁLISE DOS ARQUIVOS PRIVADO TAIS COMO FOTOGRAFIAS E CARTAS E OS DEMAIS QUE O SR.ª PERMITA O ACESSO** estando ciente de que esse material pasará por uma análise qualitativa onde a sua participação implica a concessão de todos os direitos autorais ao responsável da pesquisa bem como permite a publicação parcial ou total dos dados obtidos por esta pesquisa, seja pelo pesquisador ou por terceiros.

Esta pesquisa Respeitando a **RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016** que dispõe sobre ética em pesquisas envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais: Todas as informações obtidas serão tratadas de forma ética, sendo que o seu nome será identificado, caso permita. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de modo que possa reduzir qualquer tipo de agravo moral e constrangimento para o voluntário a qual esta pesquisa venha causar ao participante.

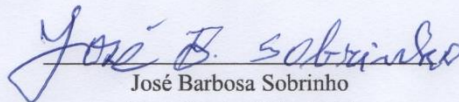
Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS** cujos dados para contato estão especificados abaixo.

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa**

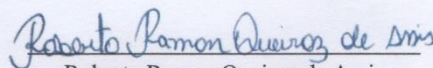
**ROBERTO RAMON QUEIROZ DE ASSIS, Universidade Federal de Campina Grande. Endereço: Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras. Email: roberto.ramon9@gmail.com**

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos (morais e constrangimento) e benefícios (para a ampliação da historiografia local) que estão relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Monte Horebe (PB), 05 de Abril de 2020.



José Barbosa Sobrinho  
(Participante Voluntário)



Roberto Ramon Queiroz de Assis  
(Responsável pelo estudo)



## **Entrevistas de história oral**

**Entrevista de história oral I:** Maria Arlete Dias de Araújo. Concedida a Roberto Ramon Queiroz de Assis. Monte Horebe (PB), 10 Mar. 2020.

**Ramon:** Boa tarde. Eu convido a senhora pra participar da minha pesquisa e dizer pra senhora que essa gravação a gente vai usar pra escrever esse trabalho de conclusão de curso. Eu gostaria de saber se a senhora permite utilizar essa gravação para pesquisa científica.

**Arlete:** Pode sim.

**Ramon:** Como é o nome da senhora?

**Arlete:** Maria Arlete Dias de Araújo.

**Ramon:** A idade da senhora?

**Arlete:** 68.

**Ramon:** A senhora nasceu aqui em Monte Horebe?.

**Arlete:** Nasci no sitio pedreira município de Monte Horebe

**Ramon:** Qual foi o ano de nascimento da senhora?

**Arlete:** 1958. Em 28 de junho de 1958

**Ramon:** a senhora já trabalhou em alguma frente de emergência dona Arlete?

**Arlete:** Bem quando era menina. Eu andava mas minha mãe nas primeiras emergências tinha 7 anos de idade eu vinha ela era barraqueira fazia aquela barraca para fazer comida para os... como e que chama? os casacos chamava os casacos. ai eu vinha da pedreira para a aqui pa bem pertim aqui poço cavalo mais minha mãe.

**Arlete:** Aí nois almoçava faziam o Baião de Dois e aí voltava para casa todos todos os dias

**Ramon:** A senhora acompanhava desde pequena?

**Arlete:** Acompanhava a minha mãe a minha mãe

**Ramon:** Saía da Pedreira e ia para ande?

**Arlete:** Aqui poço cavalos pertinho daqui da cidade. Ela era responsável e fazia a alimentação dos casacos que se chamava-se casaco os que trabalhava porque eles trabalhava. Era trabalhando não era como hoje. Era tudo era difícil e nois ia mais para poder comer a comida que era gostosa, ai depois é que foi do meu tempo essa ai eu tinha sete anos de idade. Aí depois veio a emergência essa do tempo de Luís Pedrosa houve uma seca aqui

**Ramon:** A senhora lembra mais ou menos o ano?

**Arlete:** Rapaz eu não tou bem lembrada o ano não... Luiz Pedrosa foi o prefeito... Foi Luiz foi o prefeito aqui.

**Arlete:** Aí veio essa seca aí quando ele ele quando nos cuidamo que não chegou a turma da gente pá evadir a cidade tudo com fome fome! era fome que não tinha ninguém não tinha ajuda de nada nessa época nem vereador ganhava dinheiro nessa época para ajudar ninguém tinha nome de vereador para ser vereador aí Luiz Pedrosa como meu pai era fichado dessa época era fiscal procurador do município Luiz veio da casa de pai e disse Bitonho reúna .....a turma. bote ali que eu vou ajeitar a alimentação para eles ai abriram o mercado publico . Levaram nois Luiz deu farinha rapadura é nós. Todo mundo ali vizinho ali perto do mercado lá de casa a gente levando água para os home para tomar água. No outro dia lá ele tomar providência foi no outro dia... eles se controlaram quando foi outro dia no Luiz Pedrosa fez para cada um a feira distribuiu a feira eles foram pra casa. Aí pediu emergência novamente ai veio emergência.

**Arlete:** Nessa época vinha a Alimentação e a aveia vinha o olho enlatado era distribuído e distribuído alimentação para todos os pobres.

**Ramon:** Quem era essas pessoas que tentaram invadir a cidade

**Arlete:** Não lembro bem do nome vem desse lado de Santa Fé Santa Fé para ca . Foi só nos os agricultores daqui não tinha nada para comer... Era da região.

**Ramon:** Mas para ficar para evadir assim como o que fosse não fosse um mercado e se evadisasse o mercado era para o governo pagar o Governo

**Ramon:** Vieram atrás de ajuda

**Arlete:** Vieram atrás de ajuda foi. Ai ai passou essa época ajeitaram emergência ai passou.

**Arlete:** Aí veio a de 70 ai foi parar construí.. eu não trabalhei. não trabalhei só meus irmãos trabalharam .Nessa época trabalhou bem uns quatro deles. Eles trabalharam também.

**Arlete:** Aí eles trabalharam ai na fazendo e esse asfalto Aí fizeram o asfalto e fizeram aquele açude aqui chama se O Açude Aldo. Tudo isso tem vários açudes que eu não lembro do sítio que foi construído na época dessas emergência

**Arlete:** Ai pronto dai para cá veio do essa de se o espirito não me engana de 82..83 por ai assim né? Que estava grávida de Arlene.ai eu me alistei.

**Arlete:** Meu marido está trabalhando fora e eu não tinha ganho só tinha eu e 3.. Dois menino três! tinham dois filhos em casa e eu grávida de Arlene ai eu me listei e comecei a trabalhar e subia todo dia essa ladeira aqui.

**Ramon:** Grávida ?

**Arlete:** Sim de oito meses grávida de oito meses subia e ia carregar pedra e a Fulana que era quem era a fiscal.

**Arlete:** Ela não liberava nem o dia pra ninguém porque era ordem do governador. Que Nessa época lembra o governador Wilson Braga.

**Ramon:** Tinha outras mulheres na mesma situação.

**Ramon:** Muitas gestantes... Tinha que trabalhar! que era hora de para trabalhar

**Ramon:** E trabalhar fazendo o que?

**Arlete:** Carregando pedras junta no carro acaba aqui umas arrancadas outras pegava jogava lá dentro só para juntar o monde de pedra lá que eu acho se você conhece ali e aquelas matas ali da serrinha acredito que ainda hoje tem monde de pedra lá.

**Ramon:** Nem chegavam a usar?

**Arlete:** Não só ajuntando as peda lá só para dar o que ter as muler pá trabalhar para não ganhar sem fazer nada ai eu comecei a trabalhar um dia eu me senti ruim .. ai fulana disse não não dou Licença de jeito nenhum ai eu digo é danado mesmo. eu subia e descia e a pé e Quando eu chegava tinha que ter que fazer comida para meus dois filhos estava em casa e para mim também.

**Arlete:** Ai quando foi uma vez veio a fiscalização aí chegou um primo de Delfino (NOME DO MEU ESPOSO) ele foi na casa de mãe ele disse quede a esposa de meu primo que eu vim conhecer ai mãe disse ela tá quebrando pedra . ai ele foi e disse Ela grávida e quebrando pedra? ai mãe disse sim. apois diga a ela que Quando ela chega ela va na prefeitura tire licença que ela só tem direito a três meses de licença ela vai receber em casa sem trabalhar. Aí assim eu fiz na prefeitura peguei a licença entreguei a fiscal.. que era ordem ela não podia tá liberando ninguém.

**Arlete:** Ninguém né que o certo é certo. Entreguei pra Fulana, fiquei recebendo meu salários em casa

**Ramon:** Era quanto mais ou menos na época.

**Arlete:** Não sei se era 15 conto era uma coisa assim era coisinha pouca mas na época era muita coisa ajudava era. ai ainda vinha também gente recebia uma ferinha também nos ia para prefeitura e recebia. Era um feijão preto nos botava bicarbonato para poder cozinhar. o arroz... Era Mais aveia essas coisas que vinha assim.

**Arlete:** Distribuía na prefeitura quando era o dia certo todo mundo já ia receber o pagamento e a feira.

**Arlete:** Aí eu fui tirar a licença quando (pausa) eu voltei para mim voltar a trabalhar Ai acabou a Emergência.

**Arlete:** Ai ela nasceu no dia 3 de fevereiro de 83 e ela a emergência terminou em março ou em março só seu que quando foi para mim voltar a trabalhar já tinha acabado a emergência.

**Ramon:** Para escolher essas pessoas para trabalhar nessas emergências. Era quem que escolhia? Procurava a prefeitura se alistava ou era indicado

**Arlete:** Não a gente a gente ia dependendo da quantidade do pessoal e não tinha ninguém trabalhando era que se alista para trabalhar. Aí ia na EMATER

**Arlete:** Aí nessa época se o espírito não me engano era Marcos José Marques que trabalhava lá

**Ramon:** E esse trabalhos? se ali estava ia para o campo de trabalho e eles davam ferramenta para trabalhar ?

**Arlete:** Se tivesse ferramenta levasse eu não mesmo não precisava porque eu fazia só carregava peda na cabeça carregava na mão era de todo jeito que agente carregava.

**Ramon:** Quantas horas de trabalho a senhora lembra?

**Arlete:** Rapaz eu acho.. se espirito não me engana eu acho que era todo dia todo dia a gente tinha que ir.

**Arlete:** Agora eu não tô bem lembrado Se a gente ia de manhã e a trade eu sei que todo dia de manhã tinha que ir que tá lá na hora do ponto. Tinha que assinar o ponto como na escola à frequência né fulano presente à frequência todo Santo dia.

**Ramon:** Aí lembrando desde a infância da senhora com essas primeira experiência da senhora na infância com essas frentes de emergência acompanhando a mãe da senhora. Essas últimas que a senhora já teve adulta sendo mãe, já teve algum momento ou alguma coisa que aconteceu nesses campos de trabalho durante essas experiências de trabalho da senhora que marcou a vida da senhora e que a senhora se lembra com muita força.

**Arlete:** O que mais me marcou (rissos) é que eu vinha mais mãe só para eu comer o rubacão (risos) isso eu não esqueço nunca, de trabalhar não porque eu era acostumada a trabalhar, mas aquilo me marcou mais.

**Arlete:** Eu tinha sete anos de idade eu me deslocava da Pedreira quase uma légua só para almoçar o rubacão.

**Ramon:** Tinha caso de criança trabalhar nessas emergências?

**Arlete:** Não... Assim as crianças trabalhava não só os adultos de maior .

**Ramon:** Você tem mais alguma coisa que a senhora queira acrescentar?

**Arlete:** Não só isso mesmo!

**Ramon:** Faltou uma coisa que eu me esqueci de perguntar à senhora. Eu conversando com outras pessoas me disseram assim que nem sempre as mulheres trabalharam nas emergências. antes tinham Só os homens aí teve um tempo que começou a permitir a mulher entrar

**Arlete:** Quando eu lembro esse ano que eu falei que minha mãe foi barraqueira teve mulher trabalhando trabalhou mais eu acho eu acho que teve mulher aqui não tinha marido se alistou-se também para trabalhar só o que assim na casa que o marido trabalhava mulher não ia. Pronto no meu caso como se eu não tivesse o meu salário fosse uma emergência eu tinha que ir trabalha agora hoje não, está bom de mais! hoje num tem mais nem emergência vem é o dinheiro vem é o dinheiro. Ainda hoje eu vi uma mulher dizendo ali de primeira era mais .... Agora é bem mais difícil da pessoa se formar. Eu digo é não! Aí eu protesto com qualquer pessoa agora tem ajuda de todo lado e agora a pessoa só não estuda se não quiser. No meu tempo que eu estudei eu botei água numa jega! eu botava água numa jumenta daquele açude acula lá aqui na rua nas caçamba para pagar minha escola particular. Só tinha afinada Iracema que ensinava aqui e era o ABC que ela ensinava e eu cheguei aqui estudando na cartilha na cartilha nos morava na pedreira que era a finada Nuscia Ponciano que ensinava la na aquele grupo velho que eu acho que já caiu nas queimada .... eu pegava cinco conto a Dalvina quando era . Meus professor foi Dalvina,Nilda de Mundor viu .

**Arlete:** Dava Graças a Deus quando quando Desinha de Miguel Pereira me chamar para eu encher a caixa do Banheiro dela. Que naquele dia eu botava era cinco conto era o dia de eu pagar minha escola

**Ramon:** E não não tem escola gratuita

**Arlete:** Tinha Não tinha não veio começar depois de de de Severino Gabriel para cá quisesse estudar tinha que pagara até o ABC era aqui.

**Ramon:** Mais que era só tinha uma professora só só era a finada iracema sabe.

**Arlete:** Era difícil quando eu já ia fazer a 4ª série. Aí foi aqui Severino Gabriel Gabriel já era prefeito ai trouxe dona Neni e Lurde Lacerda para cá

**Arlete:** Dona Nenê ficou na casa de Severino Gabriel e Lurde Lacerda na casa de Lourival.

**Arlete:** Aí Lurdinha começou a namorar com Raimundo Pereira filho de de de seu Nazário.

**Arlete:** Aí casou quando e ficou na casa dela ai ela ficou sendo a diretora ai dai pra cá foi desenvolvendo . Ai tem esse transporte tudo agora mas no meu tempo tinha isso não.

**Ramon:** Mas a senhora conseguiu terminar o primário?

**Arlete:** Eu só fiz até a quarta eu fiz ate quarta eu fiz duas vezes porque eu era muito amiga dela. Eu estudava com ela ai nois era muito amiga e ela me chama de leta... Leta vem estudar mais vem

**Arlete:** Ai eu repetir a quarta série por caso.....e nesse tempo o quinto o ano chamava a demissão. A demissão quem ensinava ensinava particular era J. Fernando quem ensinava.

Aqui era cinco conto o mês. Sim era cinco mi reis já era mireis. Aí ele ensinava ai quem tinha condições ia pagar.

**Arlate:** Quem não tinha pronto ficava assim. Aí os que teve condições como Lourival alugou uma casa em Santa Luzia levou os filho dele para Santa Luzia hoje são todos formados meus colega de aula Dilma as meninas tudim Ribamar de Chiquinho de Acácio. Um bocado que teve quando que tinha condições de atender continua estudando.

**Arlate:** Ai Deta ainda terminou conseguiu ai dai praca para cá as coisa foi desenvolvendo no tempo que eu me casei também.

**Ramon:** vocês moravam lá no saco?

**Arlate:** lá no trocedor de Messia de Amelha era daqui para lá. Mas as roças era lá vivia daqui pra lá todo dia.

**Arlate:** Agora tá bom de Primeiro eram umas biboca minha gente só se fosse de cavalo e eu mais Delfino nos não cansemos de descer duas da manhã lá no torcedor de Messia de de Amélia. Aí Delfim dizia muié vamos p o HOREBE? ai eu dizia vamos! ai no se arrancava de pé de lá para cá... de pé quando chegava aqui, amanhecia o dia qui, papai já tinha feito o café 5 da manhã, nos tomava o café e nos ia .. ele ia tirar o leite.

**Ramon:** Vocês tinham roça lá, plantava bastante milho, feijão, algodão?

**Arlate:** No anos que eu me casei em 72 só gigilim ele bateu meio o saco degegelim

**Ramon:** Tinha fartura também nesta tempo? o povo falava muito em seca, tudo se acabando.

**Arlate:** Mais era assim as secas era nesses anos nessas datas determinada mesmo. como já houvessem seca agora né mais uma seca verde! sempre. Quem fazia quem quem botavam uma rocinha colhia alguma coisa.

**Arlate:** Era dos mais esperto. No 70 mesmo como pai toda a vida foi esperto em roça ele botou a roça dele aqui nessa barragem aqui que ele tomava de conta da firma no tempo de Raimundo Bento..... aí Raimundo Bento.

**Arlate:** Pai botou a roça subindo ali pra cima da barragem naqueles pedregulho lá quando dava o feijão bem bonitão.

**Arlate:** Quando dava uma chuva papai mandava limpar na mão, arrancando o mato com a mão. Nós tudinho ajudava.

**Arlate:** Tirava! Raimundo Bento uma vez mesmo chegou dizendo Bitonho tu é doido? tá limpando no seco isso ai. ai ele disse você vai ver depois... Encheu a casa de legume essa seca no ano de 70. Quem é esperto tira uma coisinha quem não é não tira nada.

**Arlate:** Agora só que antigamente até 80 antes de Lula entrar (...) o caba só pegava num trocado meu filho se trabalhasse.... Hoje tem bolsa escola... de tudo tem bolsa ai.

**Arlete:** Quando pai se aposentose ele era fiscal procurador que ele se aposentou ele começou a ganhar 15 conto por mês o salário era 15 com pouquinho e dava graças a deus.

**Entrevista de história oral II:** José Barbosa Sobrinho. Concedida a Roberto Ramon Queiroz de Assis. Monte Horebe (PB), 05 de Abr. de 2020.

**Ramon:** seu Zé Barbosa eu vou convidar o senhor para participar dessa entrevista que eu vou utilizar para a construção do meu TCC. Eu queria saber se o senhor permite gravar essa nossa conversa Para eu utilizar na pesquisa científica?

**Zé Barbosa:** Pode gravar eu sei que não vou ser preso por isso.

**Ramon:** Zé Barbosa então vamos aqui primeiro identificar quem é o senho? O nome do senhor?

**Zé Barbosa :** Eu sou o José Barbosa sobrinho . Sou filho natural daqui do Guaiá. Nasci e me criei aqui nesse setor do Guaiá para serra verde. Só que teve uns anos ai que sai e morei no Mauri. No estado do Ceará depois eu voltei para vir pra cá.

**Ramon:** Qual foi o ano de nascimento do senhor

**Zé Barbosa:** Meu ano de nascimento foi no ano de 1948.

**Ramon:** E atualmente o senhor trabalha com que?

**Zé Barbosa:** Com a agricultura com a agricultura.

**Ramon:** Já trabalhou em alguma emergência.

**Zé Barbosa:** Já trabalhei muito de emergência

**Ramon:** Há quanto tempo você mora aqui e aqui na região rural

**Zé Barbosa:** Eu me criei na região de monte Hobrebe, da minha infância até minha idade de vinte e Dois anos. Depois eu fui morar no Ceará ai voltei para aqui novamente. Eu já ia Atingindo a idade de 32 anos quando voltei para aqui. Aí eu morei cinco anos na cidade de Monte Horebe. Depôs eu vim morar aqui. Olha depôs de eu moro na nossa casa tenho 32 anos que eu moro aqui.

**Ramon:** O senhor já precisou migrar. Sai daqui por algum motivo. São Paulo ou outro estado

**Ramon:** Nunca sai daqui sempre fico aqui na região de Monte Horebe, a viagem que eu saí daqui foi ali para O estado do Ceará.

**Ramon:** José Barbosa. O que é para o senhor Esse local que você marca, o que representa pra você essa terra aqui que você vive planta colhe. Qual o sentido que ela tem ou possui para o senhor?

**Zé Barbosa:** Rapaz, aqui é meu natural. Minhas raízes são daqui da serra verde e dai do guaia aqui eu estou bem no meio dos meus familiares os amigos os conhecidos da minha cidade do meu conhecimento, então representa tudo para mim.



**Ramon:** Quando o senhor lembra da infância do senhor o que sente mais saudade? sente mais falta?

**Zé Barbosa:** Da saúde. Que agente quando é novo tem saúde para vender e dar e Depois de 60 anos por diante o caba já começa a sentir alguma coisa, tem alguma coisa que eu sinto mais eu vou levando.

**Ramon:** Quando eu falo em seca, para o senhor o que é que vem na mente?.

**Zé Barbosa:** sofrimento. Seca é sofrimento para o Nordeste.

**Ramon:** Você pode me falar alguma experiência que o senhor teve com seca que te marcou. Alguma segue que o senhor passou aqui que foi difícil.

**Zé Barbosa:** A seca mais difícil que eu já passei por ela foi a seca do ano de 1958. eu tinha meus 10 anos e eu Me deslocava aqui da verdade. Meu pai morava aqui. Eu saía daqui sa serra verde e ia trabalha lá no pinga. Você ate conhece a aquela casa dos meninos de louro marinho aquelas Casas deles ali. Eu trabalhava ali, eu seu avô Rosendo, Mané da paz, Chico da Paz, Antônio da paz ,eu já contava 10 anos de idade e trabalhava, trabalhava carregando carro de terra não podia com o carro cheio, Mais aí eu carregava meio carro. Tinha que trabalhar que era para receber o ponto e ai de 30 em 30 dias vinha um pagamento. Era um presidente muito bom. Juscelino Kubitschek na época no ano de 58 o presidente do Congresso foi ele. Ele foi bom viu, alistou menino homem, todo mundo, criança jumento até o jumento eu te juro como ele alistava o jumento. Mandava alistava os jumento, só que tinha de botar um nome de gente documento mandava os . meu pai tinha dois jumentos, tinha dois jumento meu pai. Era eu o irmão meu, encostado a eu alistado, meu pai e 2 jumento, nos era 5 pessoas. era nos 3 eu, meu irmão e meu pai e dois jumentos. Agora tinha que colocar o nome de uma pessoa nos jumentos. Quando o apontador vir chamar, chamar o nome daquele jumento como que se ele fosse uma pessoa. O jumento ia, e tinha que ir por trecho que era para o apontador ver aqueles jumentos lá. Os jumento tudo arriado. E aí vinham uma pessoa que fotografava, não sei de onde vinha, não se se João pessoa, quando chega os jumento tava tudo em ordem, os dono do jumento tudo ali em frente, ele fotografava. Essas coisas era tudo filmado no pé do trecho do trabalho.

**Ramon:** que obra era que estavam fazendo lá?

**Zé Barbosa:** era rodagem de barro fazer uma rodagem de barro aqui de MonteHorebe a são José de Piranhas.

**Ramon:** A mulher também trabalhava?

**Zé Barbosa:** trabalhava de barraqueira, fazendo o almoço para os trabalhador o café, mulher trabalhava também. Em 58 isso ai.

**Ramon:** teve outra emergência que o senhor trabalhou.

**Zé Barbosa:** Aí veio ota. No ano de 1970, essa eu não trabalhei. Aí. Eu num trabalhei nela porque agora, me chega na memória. No ano de 1970, eu sai para Irecê na Bahia, ganhar muito dinheiro lá, aí eu fui para lá, mas era só conversa do povo. e ficou rolando a emergência em 1970. aí Eu vim de lá em 1971 e fiquei aí no estado do Ceará Morei 12 anos no estado do ceara. Aí voltei praqui. Quando eu cheguei aqui, eu cheguei aqui, no ano de volta pra cá cheguei no ano de 1981, aí vem uma frente de emergência aqui para serrinha pa esse açude da serrinha. Era o exército, quem comandava aquele trabalho e todinho era o Exército Brasileiro. Aí, eu me alistei naquele serviço ali. Arrumei uma turma, cada uma turma tinha 25 homens, eu era um cabo de turma, seu avô Rosendo trabalhava na minha turma, Rosendo seu avo foi apontador na minha turma.

**Ramon:** o apontador era o que seu zé?

**Zé Barbosa:** Fazia a chamada do povo e tinha o fiscal, do trecho era Azarias! Ele não era daqui ele era de cachoeira dos índios, aí teve que vim para qui, o exercito deslocou ele para ca na serrinha .Aí quele serviço foi entregue a seu avo Rosendo, aos cabo de turma e ao fiscal azarias daqui de cachoeira dos índios, então seu avo Rosendo se dava muito bem cmigo e com azarias também no se damos muito e o certo Ramon e dizer que muita gente trabalhava Ramon, tinha muitos dias de nos conta de 500 homem trabalhando naquele açude tudo a braço.

**Ramon:** era o dia todo de trabalho? Como era?

**Zé Barbosa:** Era o dia todim só que do meio para o fim o exercito colocou so para trabalhar meio dia, era dividido em 2 turno, de manha tinha um turno que era azarias que trabalhava mais seu avo Rosendo e eu, eu era cabo de turma, tinha mais cabo de turma, e pela tarde o fiscal era J. Fernandes daqui de Monte Horebe com outro turno. O turno que vinha de manha quando dava meio dia ia todo mundo apontar seu avo apontava aquele povo nos largava e ia tudo para suas casa suas lutas, aí vinha outro turno de tarde, era Jota Fernandes que ficava no pé da obra aí na Serrinha e Rosendo 5 hora da tarde Rosendo vinha e apontava tudim.

**Ramon:** Seu Zé Barbosa, aí você ganhavam quanto? O governo pagava quanto para vocês?

**Zé Barbosa:** Nos ganhava pouco viu Ramon, trabalhava e recebia por mês. Era quanto fosse, era um salario, só que era uma coisa pouca um negócio pouco, mas um pouco que agente comprava uma feira um mantimento, vinha uma sexta básica que eles davam, o governo do estado mandava essas sextas básicas e despachava aí em monte Horebe e todo trabalhador que tava na frente de emergência recebia uma sexta básica daquela, quando era para receber ia

tudo para rua, tinha o dia de receber a sexta básica, só era sexta , agora no dia do pagamento só era pagamento n tinha outra coisa. Quando era para trabalhar todo mundo ia trabalhar.

Era bom rapaz! (exclama) o caba trabalhava até meio dia de tarde vinha para seus serviços, eu praticamente tirei uma roça aqui bem ai eu morava no Horebe na época, eu ia para a serrinha bem cedo, recebia meus trabalhador, era 25 homens, recebia aqueles 25 homem na minha barraca. Todos tinahm uma barraca e um pote frio, um pote novo para o povo beber agua, o de cumer o barraqueiro cuizinando o de comer ali dentro, fazia o decumer lá.

**Ramon:** O senhor lembra das barraqueiras que trabalhavam?

**Zé Barbosa:** Eu lembro bem de Dandinha de das dores que trabalhava, e ti há barraqueiro homem também, cozinhando, o barraqueiro que trabalhou na minha barraca foi Edimilson Mangueira ali dos Mangueira dos Oiti,

**Ramon:** deixa eu te perguntar: Nesse trabalho que vocês faziam, o governo dava as ferramentas para trabalhar, dava alguma assistência?

**Zé Barbosa:** Dava, ele dava carro de mão, mandou pá mandou chibanca mandou alavanca mandou picareta, tudo tinha ai . a ultima coisa que os agriculto fizeram foi umas mão de pilão de pau, toda de miolo de aroeira, os sargento, ainda hoje me lembro nome, sargento Araújo ele era por conta da frente de serviço o sargento Araújo e o capitão Maiolino, eles mandaram aquelas pessoas que eram mestre cortar miolo de pau, miolo de aroeira, pauzão de aroeira e fazer as mão de pilão que a agua era quase no pé do serviço, assim ainda hoje tem um paro bem grande depôs do açude assim depôs de metro, ai tinha uma mangueira e aquele paro era cheio de agua direto, o carro pipa abastecendo cheio de agua e a mangueira lá aguando a parede, um rapaz diretamente com a mangueira agoando e uma turma de homem pisando com aquelas mão de pilão, pisando o barro molhado, bem feita a luta!

**Ramon:** o senhor lembra quantos anos levou para concluir a obra, fazer o açude?

**Zé Barbosa:** Me lembro! Me lembro! Olha eu entrei no trabalho lá em 81, 82, 83, 84 e 85 foi 5 anos essa luta que nos trabalhando lá com o exercito no pé, mas era bom porque todo mundo tava empregado, tava ganhando um sustento, fazendo suas rocinha nas hora que podia trabalhar, eu fiz muitos fizeram, não atrapalhava. era bom a luta, não atrapalhava ninguém , todo mundo fazia suas roças, ganhava seu dinherim, as coisa era mais barata mais em conta e todo mundo escapou, não morreu ninguem aqui, escapemos tudim contando a história.

**Ramon:** Seu Zé Barbosa, o sustento da família vinha mais da roça ou das emergências?

**Zé Barbosa:** Era mais da roça porque os anos eram fracos, mas um fraco que botava as roças cedo, porque o homem do campo cuida das roça dele cedo! Tacava roça cedo, cedo plantava, toda chuva que desse pouca ou muito os legume estava desenvolvendo, era seca verde, era

chamada a seca verde porque não sangrava açude, não havia chuva muita abundante para sangrar açude ! para fazer correnteza nos riacho não tinha.

**Ramon:** Seu Zé Barbosa o que era que plantava?

**Zé Barbosa:** O que plantava na roça naquele tempo era milho, feijão de corda fava mandioca macaxeira jerimum, melancia pepino, era coisa do sustento do nordestino era essas coisa.

**Ramon:** O senhor plantou algodão?

**Zé Barbosa:** Era a mira do sertanejo aqui, isso tudo aqui é sertão! A mira era algodão, não havia esse tempo que tem hoje eles e desloca para são Paulo cortar cana, de primeiro homem novo homem velho vivia a vida dele aqui porque plantava a mandioca aqui encima dessa serra que nos mora, ai depôs do do Braga tem sertão ai que da algodão para se perder, é ali nas terras do João Mane, finado Marinho Mané, Felizardo Mane, Joaquim Ribeiro em são José de piranhas, diversos homem que tinha muita propriedade grande, plantava muito algodão e era um dinheiro sorto! (bate com a mão) o caba novo ia catar algodão, ganhar dinheiro no fim da semana tinha dinheiro.

**Ramon:** O senhor plantava algodão ou só catava algodão?

**Zé Barbosa:** Eu só catava, eu não ia plantar, eu botava minha roça aqui eu tinha meu legume aqui, já que eu colhia a roça aqui eu ia catar algodão lá ganhar dinheiro, catava o algodão entregava para o dono, no fim da semana ele pesava aquele algodão que cada um catava e passava lê o dinheiro vivo! Até porque o dono do algodão se precisasse de dinheiro ele ia lá nos corretor em cajazeiras, lá em cajazeiras tinha uma sambra , trazia os maço de dinheiro para pagar os trabalhador.

**Ramon:** Porque pararam de plantar algodão?

**Zé Barbosa:** Eu vou já lhe dizer por que, veio uma praga de bisoro comendo o fruto, o bicudo, aquilo era besouro. O algodão ele flora ai naquela flor dele sai um biloto e grande o biloto dele assim, ai o besouro vinha e ferroava no pé daquele biloto, o biloto caia, amanhecia tudo no chão ai o povo não plantou mais, foram deixando, foram deixando até acabar a lavra do algodão. Mas hoje se plantas dá porque o bicudo acabou não tem mais.

**Ramon:** E as casas de farinha?

**Zé Barbosa:** Era uma fonte de renda as casas de farinha, porque veja bem, o caba botava a mandioca na casa de farinha, 14 pessoas para trabalhar numa arranca de mandioca, 2 arrancado , 2 carregador, 1 destroncador, 4 raspadeira um preneiro, um forneiro, 2 carregador de água e uma lutadeira dentro de casa ajudando a dona da casa a cozinhar e fazia a farinhada! O: vendia goma vendia farinha, pagava os trabalhador, e sobrava goma e farinha. Eu, seu avo meu pai, muito, muitos aqui plantou mandioca. Seu avó não esta vivo aqui para

provar, mas ele desceu muitas vezes aqui por dentro tangendo caiga de farinha, caiga de goma aqui por dentro saia ali na ponta da serra e descia e ia sair ali, lá nos cacau, lá nos menino de louro marinho, tangendo de pé o animal com uma caiga para vender no comércio em São José de Piranhas. Ha meu filho eu já passei muita coisa. É uma farra medonha a farinhada quando a casa ta rodando.

**Ramon:** seu Barbosa ai nesses tempos de seca a água para beber e para consumo de casa vocês buscavam aonde?.

**Zé Barbosa:** olha em 58. Era escasso da água muito escassa de agua, tinha um pouco d'água naquela açude ali do baixo de seu Tiburtino. O pai da mãe de Tiburtino, tinha um pouco de água. Vamos dizer que tava meio açude em 51 e não tinha água aqui no Guaiá. Não tinha água na Serrinha, não tinha água na Chapada. Só esse pouco de água nesse açude de seu Tiburtino, agora o sustento de água todim para esse povo em 58 foi do olho d'água da gameleira. Abriu uma vareda daqui por dentro dessa serra, um caminho daqui da serra verde até o pé do olho de agua da gameleira. ia da agua o gado de noites de madrugada tocava o rebanho de gado . ia da água lá, o gado do meu avô Bernardo tinha muito gado. e animár, levava os animal um jogo de ancoretta, dava agua o gado enchia as ancoretas, vortava, chegava botava o gado no ceicado Tirava aquela caixa d'água para encher os potes, vinha de lá. Quando as donas de casa ia lavar roupa, Saía daqui a boca da noite, dava de jantar, ai tinha que ir um homem mais elas, ou dois, descia duas muie ou três com uma caiga de roupa, um animal. De noite, a boca da noite. chegava lá fazia um fogo, que num tina energia, no tempo levantava aquele fogo medonho de grande no beicho do olho d'água. levava café e açúcar e lavava tapioca, comia a tapioca com café de noite, passava à noite lá lavando roupa.

**Ramon:** E esse olho de água sustentava?

**Zé Barbosa:** sustentava rebanhos de gado e gente bebendo água e tomando banho e lavando roupa e ele Nunca faltou água naquele olho de agua, nunca. E aí Roseno, seu avô lá mais Mané da Paz. E muitos da Serrinha, aqueles homem mais velho descia por lá, por a estrada de lá, vai sair lá no Braga. Agora, o pessoal daqui daqui da Serra Verde e do Guaiá, discia aqui por dentro. tinha um caminho aqui dor dento até um bocado de ano ai acho que uns 10 anos ai atrás . aqueles homem de lá do Braga, Dezim de Zé Mané, aqueles menino filho de Loredó. Um bocadão deles andava por aqui, cansarm de chegar aqui e tomar café mais eu dia de sábado de manha, que iam para feira no horebe depois pegaram a comprar carro e hoje Tá bom. Cada um tem um carro pa andar e quem não tem vai no carro de quem tem, e hoje ta mais melhor.

**Ramon:** Seu Zé, ai nesses tempos de seca teve algum momento que teve algum conflito alguma briga por causa de água ou em prefeitura atrás de alguma coisa. existiu algum tipo de conflito, alguma coisa, o senhor lembra? em alguma emergência uma briga por causa de água?

**Zé Barbosa:** Por agua ninguém, ninguém brigava, Todo mundo se compreendia. os homens naquele tempo eles tinham um bom senso, os homens velho né, que era quem tinha um açude um olho de água. eles tinham um bom senso, não brigava com o povo, eles exigia uma limpeza. o caba não podia não podia chegar e botar um animal no beicho da agua, tinha um limite de chegar e amarrar um animal lá fora. Tinha que respeitar a aleio. a lei ainda tem isso de se respeitar o que é alei. todo mundo se ajudava. Tinha conflito não. Agora sobre esse negocio de prefeitura de emergência, Você sabe que tem gente, não é todos, mas tem aquelas pessoas mais fraquinha da periferia das cidades, pode ser pequeno ou uma cidade mais elevada, aquelas pessoas mais fraquinho, sempre eles eles apertubam o prefeito o vereador.

**Ramon:** Nessa emergência quem era que escolhia essas pessoas para trabalhar? onde era que se alistava? qualquer pessoa podia ir?

**Zé Barbosa:** Era na prefeitura. era assim, vinha vinha. No tempo do exercito, o exercito que vinha para a prefeitura . Então o Exército. Vinha falava com o prefeito, tal dia você junte o povo do município que nos vem alistar o povo. Pronto, ali o Prefeito ja estava sabendo. tinha uma Difusora velha na frente dela da prefeitura e o prefeito anunciava, por aquele alto falante, todo mundo que tava na feira tava escutando, quem não tava, os que estavam na feira avisavam para os que não tava na feira, quando era no dia todo mundo já sabia. Descia era o eilmo de gente para se alistar. Era nesse rojão. Todo mundo se alistando, ai depois que se alistava ai ai ia aqueles nome daquelas pessoas para Brasília, tinha os comite das lista de nome

**Ramon:** Sim seu Zé, nesses campos de trabalho com era o convívio entre vocês, Ali trabalhando, entre os homens que estavam ali trabalham?

**Zé Barbosa:** Era uma uma farra medonha, Era todo mundo, era uns cantando, outros conversando, outros dizendo brincadeira, outros aboiando; até o próprio sargento do Exército chegava e dizia " quem sabe a boia aqui no meio desses homem" Chico Camilo era o aboiada. ali na serrinha Aconteceu isso não só foi uma vez não foi muitas vezes que aconteceu. era uma farra medonha, uma alegria medonha todo mundo trabalhava, quandoera meio dia tava dentro das barracas, era uma farra dentro das barracas, cheia de gente. de comer e era bom, era feijão, arroz. quem podia comer carne, comia carne. quem não podia podia comprava uma duza de banana e comia com Baião de Dois.

**Ramon:** Aí eles nessas barracas eles só fazia a comida, à mistura quem quisesse que levasse? como era?.

**Zé Barbosa:** Era assim a barraqueira estava lá para cozinhar, o caba que fosse trabalhar, levava arroz, feijão uma panela; entregava lá o barraqueiro E ele botava fogo, cozinhava aquelas panela de dicomer tudim para o povo. comia de baixo da barraca, era de palha de coco, era bem feita as barracas, não chovia dentro não. nem tinha sol era bem feito. Ali na chapada e o que tem muito é palha de coco, pé de coco ali pora casa de Zé Dantas. Ali tirou muita palha de coco para fazer essas barracas.

**Ramon:** e teve algum desses trabalhos aconteceu já aconteceu algum acidente?

**Zé Barbosa:** Na emergência que eu trabalhei, Nunca aconteceu nada, eu não conto de nada de acidente que houvesse. Na época eu trabalhei nunca aconteceu nada. Ok o serviço do governo é insigente, pro caba tá ali no pé do serviço, mas, ele não exigente para o caba exagerar no serião, tá correndo tá sacrificado, basta tá ali no pé do serviço se moigando, bulindo de vagarzinho. Ali dependia do fiscal, se fosse um fiscal ruim. O povo mesmo tirava ele, pedia ao chefe " olhe tire esse homem, não da certo mais nois aqui, troque ele, Traga outro homem que ele não dá certo para trabalhar mais nois".

**Ramon:** Então o pessoal que trabalhava lá tinha Voz?

**Zé Barbosa:** todo mundo tinha voz ativa. Se um fiscal fosse ruim o pessoal mesmo tirava ele dava queixa ao chefe daquele serviço, o chefe trocava ele. Vamos supor, tinha uma emergência lá em Cachoeira dos Índios, ai tinha um fiscal que nem no caso de azarias, ai se ele aruinasse aqui na serrinha ele ia ser trocado, ele ia para Cachoeira dos Índios E Rosendo, Seu avô que trabalhava lá por dois, Rosendo ia ficar e trabalhar de fiscal, tomando conta da frente de emergência. Ficava Rosendo e os cabo de de turma. que nem isso aconteceu muitas vezes de Azarias sair para alguma atividade dele lá, ai ele ia falar com o sargento do Exército, o sargento botava Rosendo no lugar dele: "Seu Rosendo o Senhor vai tomar conta da frente de serviço tal dia, e tal dia Azaria tá de volta, aí o senhor devolve para ele" era assim, era só amizade, era a amizade.

**Ramon:** aqui na região de Monte Horebe senhor sabe quantas obras foram feitas por essas emergências?

**Zé Barbosa:** Sei, Olhe a de Santa Fé foi feito uma obra lá. eu não sei le contar que obra foi, acho que foi um açude., que foi feito lá. por aqui na Serrinha foi feito esse açude daqui da serrinha. Descendo aqui para baixo, eu não sei se houve, alguma ampliação de açude para cá. Eu sei que o povo trabalharam aqui para baixo, quebrando pedra, houve um quebramento de pedra Aqui nesse açudin quando você só baladeira, então ali era um quebramento de pedra,

quem quebrou pedra ali não foi os homem não, foi as mulher que quebrou pedra e quebrou pedra, tinha outra mulher que era feitor dessas mulheres.

**Zé Barbosa:** Minha mulher quebrou pedra lá, ai nesse açude ficou um monte medonho de pedra quebrada. Depois que acabou a emergência o povo pedia aquelas pedra o prefeito Para fazer obra, as pedras ficava quebrada como fosse brita. Quebrada com a marreta. Era um negócio medonho, isso foi no governo de João Batista Figueiredo. foi um governo meio carrasco com Batista de Figueiredo, a luta do açude da serrinha foi no governo dele também. Depois ele saiu ai veio Outro governo. Assim na lembrança que morreu. José Sarney ficou no lugar dele, Era Tancredo Neves ai José Sarney que tirou o governo todinho.

**Ramon:** seu Zé Barbosa agora para encerrar a conversa. Eu vou fazer outras perguntas para o senhor Sobre essas previsões do tempo para agente que é agricultor mora aqui no sertão, sabe quando o ano é bom, tem os sinais de quando o ano é bom quando não é bom. Durante essa vida do senhor toda aqui na roça na agricultura. Como era que o senhor sabia que um ano ia ser bom não de chuva quais os sinais assim que o pessoal costumava usar para dizer que o ano é bom ou não é

**Zé Barbosa:** o primeiro sinal que eu vou lhe dizer é o mês de maio. Mês de maio você já teve todos os sinais se o ano é bom ou ruim. Porque mês de maio já tem criado milho feijão, você já está com a casa cheia, se não tiver havido inverno você não tem nada dento de casa.

**Ramon:** José Barbosa. Sei que o povo fala a barra do ano à bolandeira da Lua, o formigueiro criando asas.

**Zé Barbosa:** Tem a barra do ano, é assim... Essa é uma experiência dos meus avos. é assim, dia de ano é o primeiro dia que entra o ano novo, se chama o dia a dia, ai é o seguinte a barra do ano., o caba se levanta antes do sair Cada sol.ai vai para uma cabeça de Serra disse, que ele veja o nascente todim os 2 canto do nascente. se tiver uma barra bem feita no Nascente por volta de 7 horas da manhã. Até as 8 horas. Na experiência com os antigos o ano é bom, o inverno. Agora se não tiver aquela barra o ano é de variado a seco, isso ai ja aconteceu muito à experiência é experiência. Acontece de eu eu fazer essa experiência muitas vezes e é certo mesmo.

**Zé Barbosa:** Outra experiente boa se Você vê um pé de árvore no final do ano. Novembro Dezembro ele chorar. o pé de árvore ele tando folhadinho, chora. Você fica de baixo dele e chovendo, aqueles pinguinho de agua mesmo da arvore, ali é um sinal bom para o inverno. Se você ver um pé de chorão, pé de chorão que eu digo é um pé de árvore que esteja infolhado, ele seco não. pode ser um pé de laranja um pede de Pinha, um pede pé de canafista, Qual quer pé de pau que tenha folha nele. Então aí é um sinal bom para o inverno.



Zé Barbosa: Outra também! Você vê esses catolezerio da serra se eles botaram muito cacho de coco em dezembro. Eles têm muito cacho de coco dependurado deles. Um sinal bom para o inverno. É um sinal bom para o inverno. E se ele não tiver, e ta pelado. não carregar de jeito Nenhum. ai é um sinal fraco para para o inverno.

**Ramon:** E aquela experiência do dia de São José?

**Zé Barbosa:** é verdade aquela é uma verdade aquela dali é assim: se chover no dia de São José chover ou menos que não chocha se houver relâmpago, ou chuva para Algum canto, escutar um trovão é uma experiência boa para o ano vida e se você não vê não é boa. Se não tiver chuva, se não tiver relâmpago nem trovão a experiência é fraca .

**Ramon:** Aí sim, o senhor já usou essas experiências? E vi que dava certo mesmo?

**Zé Barbosa:** Já usei todas elas! Todas elas da certo. Porque isso ai é experiência dos meus avós meus pais. Eu vi muitos anos muitas vezes eu assiste eles fazer. Ai agente aprender com os pais da gente. Com os mais velhos agente aprende as coisas.

**Entrevista de história oral III:** Maria de Fátima Queiroz de Assis. Concedida a Roberto Ramon Queiroz de Assis. Monte Horebe (PB), 16. Mar. 2020.

**Ramon:** Dona Fátima vou convidar senhora para participar da minha pesquisa para construção sobre meu trabalho do TCC. Eu queria saber se a senhora permite gravar essa conversa e utilizar como pesquisa científica.

**Fátima:** permito sim

**Ramon:** dona Fátima me conte sobre essa sua experiência com o roubo do Santo de São José.

**Fátima:** Meu filho antigamente. Na cultura e na época da seca na época do inverno tinha os anos fraco de inverno ai o pessoal quando já está tudo desesperado a espera a chuva e a chuva não vinha e o legume tudo se perdendo. Aí o povo tinha a cultura de roubar São José. Porque disse que roubando São José o inverno voltava, ai assim acontecia né. Em todas as casas o pessoal de antigamente da minha época de criança usava um monte de Quadro de Santo na parede inclusive São José não podia faltar esse santo né.

**Fátima:** São José era o Santo principal daquele altar na casa de todos os agricultores e como até hoje é né ele é um santo considerado o santo da chuva o protetor dos agricultores. Aí quando a seca tava grande que os agricultores já estava tudo aperreado. Esperando a chuva e a chuva não vinha aí roubava um São José de uma casa né. Agora era um roubo que ninguém via ninguém dava uma notícia desse roubo. Aí quando o dono da casa ou a dona da casa percebia tava lá, o localsinho do quadro de São José, tinham roubado São José! Ai pronto, ai corria a notícia: Roubaram São José na casa de Fulano de Tal.

**Fátima:** Ai ficava Meu Deus quem foi que roubou o São José, quem roubou o São José. Ai suspeitava de um suspeitava de outro sabe.

**Ramon:** Já roubaram da casa da senhora?

**Ramon:** já roubaram da casa da minha mãe quando eu era criança, foi um alvoroço. Ave Maria. quando Mamãe saiu pra fora na sala que olhou lá estava só o localzinho do quadro de São José que tinha sumido, ai mamãe "eita roubaram são José, quem será quem será que roubou?". ficava triste ne porque tinha roubado São José, mas ficava feliz porque Ficava na esperança de vir a chuva aí aconteceu isso na casa da minha mãe Só uma vez quando era criança, acho que eu tinha uns 8-10 anos. Porque eu me lembro do movimento todo como foi. Aí roubaram o Santo lá na casa da minha mãe, ai ficou aquele suspense: Quem roubou o santo?

**Fátima:** Mas só que a pessoa que roubava o santo. Só vinha na casa da pessoa dizer que tinham roubado o santo dele quando chovia, aí quando chovia aí vinham lá na casa da pessoa e dizia olhe fulano foi eu que roubei seu santo.

**Ramon:** Devolvia?

**Fátima:** Devolvia, mas era devolvido em procissão. Quem roubou o santo foi Zé de Vicente primo da minha mãe o homem que roubou o santo que era vizinho da gente lá, aí ele veio dizer que tinha roubado o santo. A pessoa vinha na casa da pessoa. E dizia olhe foi eu quem roubei seu santo. Aí nós vamos devolver tal dia aí marcavam o dia da procissão para devolver a São José. Era um dia de festa. A comunidade toda participava, no sitio Braga no município de São José de Piranhas.

**Fátima:** Aí eu. Aí a gente ficava né! organizava o altar botava flor ou mandava fazer. Umhas flores que tinha uma pessoa lá que fazia, as pessoas mandava fazer. era... tinha várias que trabalhava fazendo essas flores de papel. Tinha uma mulher que chamava de Lurde de Pedro Dunga e outra que chamava se Olindrina de Zefa Dunga. O povo conhecia elas por esse nomes, era quem fazia aquelas arranjos de flores para enfeitar o santo. Para enfeitar o oratório para receber São José de volta, Volta na casa dele.

**Fátima:** Ai era com festejo, com fogos, rezando cantando aqueles Canto da Igreja os bendito, tinha o bendito de Nossa Senhora a 13 de maio Cantando "ha 13 de maio na cova iria...no céu aparece a virgem maria " é assim só que eu não sei cantar, "avé ave avé Maria, ave ave ave Maria" só sei essa partesinha, mas tinha várias.

**Fátima:** A pessoa que roubou o santo fazia aquele andor, que se chamava um andor, Não sei como que se chama hoje. Um andor, fazia andor muito bem enfeitado, igual nas procissão de São Francisco aqui na cidade hoje, o povo não faz aquele? bota São Francisco e sai, aí vem aquela procissão a comunidade toda rezando cantando os hino, e vinha com vela, com fogos era muito bonito, era uma procissão normal pra devolver São José.

**Fátima:** Aí o dono de São José que era dono da casa onde o santo foi roubado estava lá para receber ele na porta quando Chegava e botar lá no lugarzinho dele. Era assim que acontecia. Quando roubavam o santo aí ficava com esse santo escondido até chover quando dava a primeira chuva, Aí a pessoa ia lá na casa do dono da pessoa que era o dono do quadro pra dizer: Foi eu que roubei o seu santo aí agora nos vamos marcar o dia da entrega de São José.

**Fatima:** Aí fazia essa procissão. Esses festejos era um dia de festa, quando chovia já descobria, roubavam para poder chegar o inverno e não perder a agricultura os legumes

**Fatima:** aí a seca mata tudo se acabando tudo, aí vai... Alguém que tenha coragem porque não era todo mundo que tem coragem de roubar né. Ai Quem tinha coragem ia à casa da

pessoa que viu o santo lá. e Vou esperar a oportunidade para eu rouba esse santo. Aí quando tinha a oportunidade... Eram pessoas que frequentava. A casa da pessoa não era uma pessoa estranha né, Quem não frequentar sua casa não. Sempre esses roubos eram pessoas que frequentava sua casa, gente da comunidade.

**Ramon:** essas procissões vinham padre?

**Fátima:** não era só o pessoal da comunidade. Mas era muito bonito, era assim uma noite de festa.

**Fátima:** ai já dizia Olha a entrega de São José lá na casa de Fulano é hoje sai avisando antes, ai vinha à vizinhança toda, ia para a casa da pessoa que tinha roubado o santo e vinham acompanhando a casa do dono do santo.

**Fátima:** ainda tinham uma crença, ainda tinha a crença de roubar um santo e botar ele emborcado, tinha que botar a frente do quadro para baixo e se fosse uma estátua embarcada também.